



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

DÉBORA MARIA MOTTA

**COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO EM TRÊS SETORES DA ECONOMIA
BRASILEIRA NA REESTRUTURAÇÃO TECNOLÓGICA INDUSTRIAL DA
DÉCADA DE 1990**

Maceió
2011

DÉBORA MARIA MOTTA

**COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO EM TRÊS SETORES DA ECONOMIA
BRASILEIRA NA REESTRUTURAÇÃO TECNOLÓGICA INDUSTRIAL DA
DÉCADA DE 1990**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Breitner Luiz Tavares.

Maceió
2011

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

M917c Motta, Débora Maria.
Comportamento do desemprego em três setores da economia brasileira na reestruturação tecnológica industrial da década de 1990 / Débora Maria Motta. – 2011.
106 p.

Orientador: Breitner Luiz Tavares.
Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais, Maceió, 2011.

1. Desemprego – Brasil – 1990. 2. Economia – Aspectos sociais.
3. Economia keynesiana. I. Título.

CDU: 316:331.56

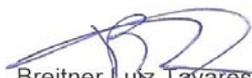
DÉBORA MARIA MOTTA

**COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO EM TRÊS SETORES DA
ECONOMIA BRASILEIRA NA REESTRUTURAÇÃO TECNOLÓGICA
INDUSTRIAL DA DÉCADA DE 1990**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Alagoas, para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Aprovada em: 29 de abril de 2011.

Banca Examinadora



Breitner Luiz Tavares – Orientador
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília
Universidade Federal de Alagoas



Paulo Décio de Arruda Mello (Examinador Interno)
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco
Universidade Federal de Alagoas

Fábio Guedes Gomes (Examinador Externo)
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço aos meus amados pais, meus verdadeiros heróis, por terem me dado a oportunidade de buscar o conhecimento, por terem me apoiado em todos os momentos da minha vida e por terem me dado os valores e suporte necessários capazes de me trazer até este momento de suma importância em minha vida.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Breitner Luiz Tavares, por ter estado presente no momento mais decisivo desta conquista tão importante na minha vida, tendo sido fundamental para a realização deste sonho. Não poderia deixar de citar a Dra. Paula Stroh, pela paciência e gama de conhecimentos compartilhados comigo durante parte deste processo.

Agradeço ao meu marido, Rodrigo, que sempre me apoiou e me incentivou na realização dos meus projetos de vida, dispensando-me amparo e amor, sendo sempre um grande companheiro. Aos meus sogros que sempre torceram e me incentivaram na realização deste mestrado, sem os quais não seria possível alcançar patamar tão almejado. Agradeço aos amigos e colegas que junto comigo procuraram aprimorar e expandir meus horizontes na tentativa de agregar conhecimento não só ao meio acadêmico como nas nossas vidas.

Não poderia deixar agradecer aos professores que sempre me motivaram na busca do conhecimento com grande carinho. Foi por causa de pessoas como estas em meu caminho que hoje cheguei aqui, concluindo mais uma brilhante etapa da minha vida acadêmica e vislumbrando novos e gloriosos horizontes na trilha do saber.

Agradeço ao meu irmão Ricardo por ter estado presente nos momentos importantes da minha vida, ao meu irmão Duda (*in memoriam*) por ter existido em nossas vidas e ao meu irmão Marcos, que sempre foi para mim um espelho na busca incessante pelo saber, contagiando a minha vida e minha mente ávida em aprender. Obrigada pelo exemplo que foi e é para mim.

RESUMO

A dissertação apresenta um estudo do comportamento do desemprego, no contexto da reestruturação tecnológica industrial, que marcou a década de 1990 em três setores da economia brasileira: supermercadista, construção civil e indústria siderúrgica. Assumem-se como hipóteses que a reestruturação do sistema produtivo agravou o fenômeno do desemprego em todos os setores da economia brasileira, bem como culminou no agravamento do desemprego estrutural nos três setores estudados, além de acentuar o aspecto heterogêneo no mundo do trabalho no período assinalado. A dissertação segue a seguinte lógica explicativa: contextualização da sociedade contemporânea após a reestruturação do sistema produtivo, com base nos estudos de David Harvey; o comportamento do desemprego no Brasil e no mundo, após a globalização, bem como os efeitos da mudança de modelo de gestão, com base em Márcio Pochmann; a explanação das três teorias acerca do desemprego, com base em Enric Sanchis; a busca de dados quantitativos e as análises dos mesmos, com base nas pesquisas realizadas pelo DIEESE e IBGE; dentre outras fontes que dão suporte ao estudo do objeto.

Palavras-chave: Reestruturação do sistema produtivo. Desemprego. Desemprego estrutural. Precarização do trabalho.

ABSTRACT

The dissertation presents a study of the behavior of unemployment, within the context of the industrial technological restructure, which marked the 1990s in three sectors of the Brazilian Economy: food industry, civil construction and steel industry. It assumes as hypothesis that the restructure of the productive system aggravated the phenomenon of unemployment in all sectors of the Brazilian economy, as it culminated in the aggravation of the structural unemployment in the three sectors that were studied, besides highlighting the heterogeneous aspect in the world within this period. The dissertation follows the following logical explanation: contextualization of the contemporary society after the restructure of the productive system, based on the studies of David Harvey, the behavior of unemployment in Brazil and in the world, after globalization, as well as the effects of the change in the management system, based on Márcio Pochmann; the explanation of the three theories concerning unemployment, based on Enric Sanchis; the qualitative data search and its analysis, based on the researches that were done by DIEESE and IBGE; among others sources that give support to the object of study.

Key-Words: Restructure of the productive system. Unemployment. Structural unemployment. Precariousness of work.

LISTA DE SIGLAS ABREVIATURAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBS	Instituto Brasileiro de Siderurgia
INEM	Instituto Nacional de Emprego da Espanha
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA	População em Idade Ativa
PICE	Política Industrial e de Comércio Externo
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição dos ocupados, segundo Setor de Atividade Econômica, por Regiões Metropolitanas – 1989-1999 (em %)...	66
Tabela 2	Rendimento mensal médio, nível de ocupação e massa de rendimentos dos ocupados Região Metropolitana de São Paulo – 1989-1999 (Valores em reais de janeiro/2000).....	68
Tabela 3	Taxas anuais de desemprego total, para a Região Metropolitana de São Paulo – 1980 a 1998.....	71
Tabela 4	População ativa (1991).....	75
Tabela 5	Grau de instrução das pessoas com 10 ou mais anos de idade..	75
Tabela 6	Brasil: distribuição da população ativa por regiões (1991).....	75
Tabela 7	Brasil: distribuição da população ativa por setores de atividade (%).....	77
Tabela 8	Distribuição da população ativa por setores de atividades em três países (1991).....	77
Tabela 9	Perfil físico das treze maiores empresas de supermercados do Brasil nos anos de 1987, 1990 a 1996.....	81
Tabela 10	Evolução do emprego nas treze maiores empresas de supermercado no Brasil.....	82
Tabela 11	Participação do salário médio no faturamento dos supermercados no ano de 1996.....	85
Tabela 12	Participação dos treze maiores supermercados no Brasil no ano de 1996.....	87
Tabela 13	Desempregados com Experiência Anterior e que tiveram a Construção Civil como último Trabalho e Tempo Médio de procura por Trabalho - Regiões Metropolitanas – 1998/1999.....	92
Tabela 14	Efetivo Próprio em Exercício na Siderurgia Brasileira – 1989/1998.....	95
Tabela 15	Trabalhadores Terceirizados na Siderurgia Brasileira – 1989/1998.....	96
Tabela 16	Produção de Aço Bruto e Produtividade da Indústria Siderúrgica Brasileira - 1989/1998.....	96
Tabela 17	Indicadores das Empresas Siderúrgicas Brasileiras Privatizadas.....	97
Tabela 18	Faixa de remuneração média mensal no Brasil (em %)......	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	PEA por Região Metropolitana.....	78
Quadro 2	Taxa de participação em % por Região Metropolitana.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Produtividade acumulada dos trezentos maiores supermercados – Brasil – 1978-1996.....	84
Gráfico 2	Faturamento dos 300 maiores supermercados por região do país 1996.....	86
Gráfico 3	Situação dos ocupados na Construção Civil – Brasil – 1999	91

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO.....	18
2.1	A Reestruturação Produtiva Na Sociedade Contemporânea.....	18
2.2	Transformações Político-Econômicas do Capitalismo Segundo Harvey.....	25
2.3	Mudança do Modelo Fordista para o Modelo Flexível.....	26
2.4	A Reestruturação Produtiva no Brasil na Década de 1990.....	32
3	O DESEMPREGO NO BRASIL E NO MUNDO.....	34
3.1	O Desempregado.....	34
3.2	Teorias Sobre o Desemprego.....	36
3.2.1	As Teorias: Neoclássica, Keynesiana e Marxista.....	38
3.3	As Mudanças no Mundo do Trabalho e o Desemprego.....	46
3.4	A População Economicamente Ativa e o Excedente de Mão-de-Obra.....	50
3.5	O Desemprego no Brasil na Década de 1990.....	57

3.6	Reestruturação Produtiva e Características do Desemprego no Brasil.....	63
3.7	Os Tipos de Desemprego e suas Características.....	70
3.7.1	Friccional, Conjuntural e Estrutural.....	72
4	COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO EM TRÊS SETORES DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	74
4.1	Caracterização da Pea no Brasil na Década de 1990.....	74
4.2	Distribuição da População Economicamente Ativa por Setores de Atividade no Brasil.....	76
4.3	Comportamento do Desemprego em Três Setores da Economia Brasileira na Década de 1990.....	79
4.3.1	Efeitos da Reestruturação Produtiva nas Redes de Supermercados no Brasil na Década de 1990.....	79
4.3.2	Efeitos da Reestruturação Produtiva na Construção Civil no Brasil na Década de 1990.....	89
4.3.3	Efeitos da Reestruturação Produtiva na Indústria Siderúrgica no Brasil na Década de 1990.....	94
5	CONCLUSÃO.....	101
	REFERÊNCIAS.....	103

1 INTRODUÇÃO

As sociedades contemporâneas testemunharam consideráveis mudanças no sistema socioeconômico após a reestruturação tecnológica, que teve início na década de 1970, nos países de industrialização consolidada, e pôde ser evidenciada de forma mais acentuada no Brasil, ao longo da década de 1990. De acordo com Antunes (1995), uma das principais características da sociedade contemporânea é o aumento do desemprego seguido do caráter destrutivo que o trabalho vem adquirindo através da precarização das tarefas e da crescente desqualificação dos trabalhadores. Gorz (1987) aponta a inovação tecnológica como um dos fatores responsáveis pelo desemprego no mundo capitalista moderno, sendo, segundo o autor, estrutural e irreversível a causa do desemprego na contemporaneidade. Embora os autores citados diverjam com relação à centralidade do trabalho na sociedade contemporânea e contemplem contextos socioeconômicos diferentes ao analisarem o fenômeno – Antunes concentra seus estudos no Brasil, país em desenvolvimento, enquanto Gorz no cenário europeu, países desenvolvidos -, os mesmos convergem no tocante à gravidade e agressividade do desemprego estrutural após o processo de reestruturação produtiva.

A escolha em estudar as relações entre a reestruturação produtiva e o recrudescimento do desemprego se deu em face das profundas transformações presenciadas no mundo do trabalho nas sociedades capitalistas ocorridas em função da mudança do modelo de administração científica até as formas de gestão associadas ao modelo flexível de gestão. No Brasil, tais mudanças se fizeram presentes, de fato, ao longo da década de 1990, motivo pelo qual neste recorte de tempo concentram-se as análises do comportamento do desemprego, em face da reestruturação produtiva, em três setores da economia brasileira: supermercadista, construção civil e indústria siderúrgica. A escolha dos três setores justifica-se em função da importância destes na geração de empregos no país, bem como a relevância econômica dos mesmos no cenário nacional.

Verificou-se, ao longo da dissertação, que a globalização, fenômeno que ocorreu de forma sistêmica ao processo de reestruturação do sistema produtivo, agravou os efeitos das mudanças socioeconômicas e dos hábitos de consumo dos indivíduos na sociedade contemporânea. De acordo com Ianni (1997, p. 39), as

sociedades contemporâneas estão articuladas em uma sociedade global no que concerne compreender processos, relações, estruturas sociais, política, econômicas e culturais, embora atuem de maneira desigual e contraditória. Ainda de acordo com o Ianni (1997, p. 144), concordando com Pochmann (2001b), sob a égide do capitalismo agravam-se as contradições sociais nos países do terceiro mundo. Assim, a expansão do capital, além de acelerar e generalizar os processos de pobreza e proletarização, tem como efeito colateral índices de desemprego aberto e estrutural cada vez maiores e mais acentuados nos países em desenvolvimento. Analisar e compreender como as mudanças no sistema produtivo e nos modelos de gestão afetaram, e ainda afetam, a maneira como a sociedade passou a se organizar, bem como a forma como o mercado de trabalho tem se comportado, reforça a relevância do presente estudo.

Ao longo da dissertação, abordam-se algumas definições sobre a categoria desemprego, contudo, o desemprego estrutural é a perspectiva que a presente pesquisa se concentra, uma vez que este tipo de desemprego se mostrou de forma mais acentuada e difícil de lidar após a reestruturação tecnológica no Brasil. Em face da automação de boa parte do processo produtivo houve uma migração de trabalhadores entre alguns setores da economia brasileira, como da Indústria para o setor de serviços, por exemplo. Assim, embora os índices de desemprego tenham atingido patamares alarmantes ao longo da década de 1990 no país, houve o aumento de postos de trabalho e empregados nos setores mais flexíveis e menos estruturados da economia – caso do setor de serviços. Contudo, tais postos de trabalho e empregos caracterizaram-se por terem alta-rotatividade, serem mais instáveis, rotineiros e não exigirem maiores qualificações da mão-de-obra. Logo, o desemprego estrutural também contribuiu para o aspecto precário que os postos de trabalho vêm adquirindo ao longo dos últimos anos, além do aumento de contratos de trabalho temporários, da terceirização, do subemprego etc. uma vez que muitos profissionais perderam seus empregos por não conseguirem acompanhar as exigências do mercado competitivo e dos novos modelos de gestão após a reestruturação produtiva. Há que se destacar, contudo, que tais consequências descritas foram sentidas imediatamente após a reestruturação produtiva no país. Porém, o cenário brasileiro vem se modificando ao longo dos anos no que diz respeito ao desemprego estrutural, devido a outras variáveis, tais como, as políticas públicas e econômicas, os programas sociais e os investimentos governamentais.

Com base em dados e análises estudadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), e a partir do estudo dos autores presentes no texto, que se debruçaram em analisar o fenômeno do desemprego, constatou-se que a reestruturação do sistema econômico, bem como o surgimento de novas formas de gestão, agravou o aumento da taxa global do desemprego nas sociedades capitalistas, além de acentuar de maneira significativa o desemprego estrutural no Brasil. É preciso esclarecer que nos países de industrialização consolidada, ou seja, desenvolvidos, os efeitos da reestruturação do sistema produtivo são perceptíveis no início da década de 1970, enquanto nos países de industrialização tardia, caso do Brasil, o processo e seus efeitos tornam-se evidentes, de fato, na década de 1990.

Outro aspecto importante sobre o fenômeno do desemprego no mundo do trabalho nos últimos anos tem sido a complexidade e heterogeneidade do mesmo, verificado após a reestruturação tecnológica. Atribui-se esta característica as mudanças ocorridas no setor produtivo, bem como no mercado e sociedade. As causas do desemprego se diversificaram, além dos tipos de contrato de trabalho, bem como o fato do desemprego estrutural ter ganhado forças neste período, contribuindo para a precarização dos postos de trabalho. As constantes e acentuadas mudanças na sociedade contemporânea afetaram diretamente o mundo do trabalho, o universo do trabalhador, bem como a taxa do desemprego e mesmo as causas para o crescimento deste nos últimos anos.

O esforço intelectual busca ampliar a heterogeneidade do fenômeno do desemprego agravada após a reestruturação produtiva do sistema capitalista no Brasil. O método da investigação consistiu de bibliografia dos autores que dão suporte às análises apresentadas, fornecendo embasamento teórico aos dados quantitativos obtidos. Com base nos estudos de Harvey (1993), contextualiza-se a sociedade contemporânea após os adventos da globalização e reestruturação produtiva e destacam-se as principais consequências que estas mudanças desencadearam nas sociedades capitalistas no período em questão; com base em Pochmann (2001b), verificam-se as causas, características e consequências do desemprego no Brasil, e no mundo, ao longo da década de 1990; de acordo com Santos e Silveira (2010), obtêm-se dados relevantes acerca da População Economicamente Ativa (PEA) e do percentual de desempregados nas principais regiões metropolitanas do país; de acordo com Sanchis (1997), explana-se sobre as

teorias que tentam explicar o fenômeno do desemprego - neoclássica, keynesiana e marxista. É importante ressaltar que com base nas teorias estudadas, coaduna-se com a constatação de que o desemprego é endógeno ao sistema capitalista, assim, ele é inerente ao mesmo e sempre haverá mão-de-obra excedente sob a égide de tal sistema. Para Harvey (1993), Castel (1998) e Pochmann (2001b) a reestruturação produtiva desencadeou na precarização do trabalho e na incapacidade dos profissionais em acompanharem as novas exigências do mercado, agravando o desemprego estrutural no país. As informações e os fatos analisados foram fornecidos pelos dados primários e pesquisas do IBGE e DIEESE, dentre outros. Assim, o cerne da pesquisa consiste em verificar o comportamento do desemprego em três setores da economia brasileira após a reestruturação produtiva na década de 1990, além de demonstrar o agravamento do aspecto heterogêneo no mundo do trabalho após as mudanças ocorridas durante o período no país.

As principais descobertas da investigação foram as constatações do aumento das taxas de desemprego aberto e, sobretudo, do desemprego estrutural em função da inovação tecnológica. Além disso, verificou-se a redução do número de empregados no setor industrial nas seis regiões metropolitanas usadas como referencial para fazer esta pesquisa, bem como a constatação de que o declínio ocupacional no setor industrial é mais acentuado nas regiões mais industrializadas, como em São Paulo, enquanto nas regiões em que o setor industrial não é a alavanca da economia o comportamento dos dados é diferente, como em Salvador. Houve também o aumento do emprego doméstico e no setor de serviços – mais flexíveis e menos estruturados -, consideráveis reduções de vínculos empregatícios estáveis, bem como a expansão da massa de trabalhadores informais, autônomos, terceirizados e por contratos temporários. No Brasil, no setor supermercadista e na indústria siderúrgica, constatou-se significativo aumento da produtividade e considerável diminuição dos postos de trabalho e do percentual de empregados. Na construção civil, verificou-se que apenas cerca de 20% dos empregados possuem carteira assinada e que a renda média dos trabalhadores deste setor varia de acordo com a região. Enquanto por um lado diagnosticou-se o crescimento de trabalhadores desqualificados, por outro lado percebeu-se o aumento da exigência de qualificações e especializações da mão-de-obra por parte do mercado. Assim, tornou-se imprescindível que os trabalhadores fossem capazes de se desenvolver e mostrar capacidade em se adaptar às atuais exigências do mercado competitivo. No

entanto, o universo de trabalhadores que possui empregos estáveis, rendas satisfatórias e as qualificações que o mercado atual exige é bem menor em relação ao universo de trabalhadores desqualificados e que estão alocados em postos de trabalhos precários executando tarefas simples e rotineiras.

Nos países desenvolvidos verificou-se o crescimento econômico e tecnológico cada vez mais contundente, enquanto nos países subdesenvolvidos percebeu-se uma crescente exploração da mão de obra de trabalhadores pouco qualificados, sobretudo após a globalização, quando muitas empresas instalaram-se nesses países em busca de mão-de-obra barata visando aumentar a sua margem de lucro, restringindo os melhores cargos para a minoria de trabalhadores bem preparados e treinados para lidar com as contingências do momento em questão. (POCHMANN, 2001b) Assim, outra característica evidenciada em decorrência da globalização foi o agravamento das discrepâncias entre os países desenvolvidos e não desenvolvimento, ou em desenvolvimento, ao invés de proporcionar melhores condições a todos os países capitalistas.

Assim, a dissertação está dividida em cinco capítulos, incluindo esta Introdução e a Conclusão, seguindo a seguinte lógica explicativa: no capítulo 2, contextualiza a sociedade capitalista, tanto nos países avançados quanto nos países em desenvolvimento, após a reestruturação produtiva e elucida os principais efeitos de tal mudança estrutural, explicando as causas das mesmas e a mudança de gestão decorrente deste processo. O capítulo finaliza fazendo uma abordagem da reestruturação tecnológica no Brasil nos anos de 1990. No capítulo 3 será abordada a definição de desempregado e que a mesma varia de acordo com a metodologia adotada em cada país, ou região. No Brasil, há basicamente duas metodologias que buscam mensurar e definir o universo de desempregados, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade-DIEESE. Enquanto o DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1993) define o desempregado de maneira mais ampla, contemplando os empregos precários, desalentados e o desemprego aberto, o IBGE contempla apenas o desemprego aberto para mensurar tal contingente. A metodologia que balizará a dissertação na definição do desempregado será a do DIEESE. O capítulo 3 abordará também as três teorias econômicas sobre o desemprego, além de explanar sobre os tipos de desemprego existentes: friccional, conjuntural e estrutural. Ainda no

presente capítulo será mostrada uma tabela que ilustra o comportamento do desemprego nos setores da economia brasileira ao longo da década de 1990 em seis regiões metropolitanas com o intuito de demonstrar o comportamento dos trabalhadores nos setores da economia ao longo deste processo. O capítulo 4 começa definindo a PEA e o comportamento da mesma no Brasil, e concentrar-se em analisar o comportamento do desemprego nos três setores da economia a que se propõe a dissertação, além de trazer dados quantitativos e análises, com base no DIEESE, para ilustrar este comportamento.

O resultado não alcançado, e sugestão para futuras pesquisas, foi a impossibilidade de verificar o comportamento do desemprego, após a reestruturação do sistema produtivo, nas regiões carentes de pólos industriais, ou onde os setores estudados não interferem de forma significativa na geração de empregos.

2 A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO

Este capítulo pretende contextualizar a sociedade contemporânea após a reestruturação do sistema econômico, que ocorreu de forma sistêmica à globalização, e descrever quais os principais efeitos e características da sociedade após este fenômeno, bem como discorrer sobre a mudança do modelo de gestão fordista para o modelo de gestão flexível e seus impactos no mundo do trabalho.

2.1 A Reestruturação Produtiva Na Sociedade Contemporânea

Para compreender as nuances que influenciaram no fenômeno do desemprego após a reestruturação produtiva, além de suas causas, consequências e características, é relevante a compreensão do cenário social depois da mudança no sistema produtivo, ocorrido inicialmente nos anos de 1970 nos países de industrialização consolidada e, posteriormente, nos países em desenvolvimento. Quais são as principais características da sociedade contemporânea e como isso interfere no desemprego. Compressão do espaço-tempo, simultaneidade, volatilidade, consumo, capitalismo, globalização, flexibilização das relações de trabalho, precarização das tarefas, uniformização das informações etc. são alguns eventos que caracterizam a sociedade contemporânea. (HARVEY, 1993)

Harvey (1993) se debruçou na análise e compreensão das transformações socioeconômicas ocorridas nos últimos anos a partir de um fenômeno o qual ele denomina compressão do espaço-tempo. De acordo com o autor, a compressão do espaço-tempo é um processo decorrente da globalização, no qual o mesmo provoca angústia no homem contemporâneo, que se vê diante de uma rotina diária cada vez mais extenuante, onde não encontra tempo para fazer tudo de que necessita e, dessa maneira, se frustra e se torna insatisfeito. Pochmann (2001b), por sua vez, destaca como a globalização potencializou a dicotomia que existe de forma cada vez mais significativa no universo do trabalho com relação à qualificação e tarefa dos trabalhadores, além das acentuadas diferenças entre os países de industrialização consolidada e os países de industrialização tardia, Brasil. Segundo Harvey (1993), o marco que exalta a característica pós-moderna da compressão do espaço-tempo é a

crise da superacumulação, que teve início no final na década de 1960, tendo seu auge em 1973, e é justamente nesse período que Pochmann (2001b) destaca os efeitos marcantes da globalização no mundo contemporâneo.

A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança nas associações entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, e as imagens passaram a dominar a narrativa, a efemeridade e a fragmentação passaram a ser precedentes sobre as verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômico e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas. (HARVEY, 1993, p. 293)

Marshall Berman (apud HARVEY, 1993, p. 187) descreve a modernidade como uma experiência do espaço e do tempo. Daniel Bell (apud HARVEY, 1993, p. 187) destaca que os vários movimentos responsáveis pelo ápice do modernismo necessitaram de uma nova maneira para conceber o espaço e o movimento. Harvey faz menção a tais autores em sua obra e concorda com a idéia de que as mudanças que ocorreram na sociedade afetaram a forma do homem contemporâneo perceber o tempo, levando o mesmo a uma nova maneira de viver na sociedade. Ainda segundo Harvey, a noção de tempo e espaço está vinculada aos processos político-econômico e cultural da sociedade. Assim, o autor esclarece a ligação entre o pós-modernismo e a mudança modelo de acumulação fordista para o flexível, através das “medições de experiências espaciais e temporais”.

O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana. [...] tendemos a tê-los por certos e lhes damos atribuições do senso comum ou autoevidente. Registramos a passagem do tempo em segundos, minutos, horas, dias, meses, anos, décadas, séculos e eras, como se tudo tivesse o seu lugar em uma única escala temporal objetiva. Embora o tempo na física seja um conceito difícil e objeto de contendas, não costumamos deixar que isso interfira no nosso sentido comum do tempo, em torno do qual organizamos rotinas diárias. (HARVEY, 1993, p. 187)

Segundo Harvey (1993, p. 189), os conceitos de espaço e tempo são formados através das práticas e dos processos materiais que reproduzem a vida social. Ou seja, há grupos sociais, como os índios das planícies, de acordo com o autor, que “objetificam” aspectos do espaço-tempo de maneira completamente distinta das sociedades que estão sob a égide do sistema capitalista. Assim, a

objetividade do tempo e espaço está diretamente vinculada às práticas materiais de produção de cada sociedade, de maneira que cada modelo produtivo em cada contexto socioeconômico possui seu conceito particular e práticas próprias em relação ao tempo e ao espaço. Logo, as mudanças ocorridas a partir da reestruturação do sistema produtivo desencadearam transformações espaciais e temporais para o homem circunscrito nesse cenário, bem como no mundo do trabalho e em relação aos fenômenos relacionados a este, como o desemprego suas características e comportamento.

De acordo com Antunes (1995), a diminuição da taxa de lucro decorrente do excesso de produção, o esgotamento do modelo de acumulação taylorista/fordista, a desvalorização do dólar, a crise do *Welfare State* ou do “Estado de Bem-Estar Social”, desencadearam a crise do sistema capitalista que teve início na década de 1970 nos países de industrialização consolidada. Para Harvey (1993, p. 316), sobretudo após a mudança do sistema produtivo, que ocorreu concomitante ao processo de globalização, o homem contemporâneo se vê diante da perda de parte da própria identidade cultural em função da necessidade de se comunicar de maneira global.

Assim, a globalização marcou o processo de aceleração e expansão do capitalismo que desencadeou o que Harvey (1993) chama de “encolhimento do mundo”. Dessa maneira, o homem contemporâneo se vê diante de novos desafios em função das novas identidades locais geradas por tais transformações. É neste contexto que se acentua gradativamente o que Harvey chama de “compressão do espaço-tempo” – em decorrência da transição do modelo fordista de produção para o modelo de acumulação flexível –, mudando, inclusive, o entendimento e o uso do tempo e do espaço para o homem contemporâneo. Assim, o avanço tecnológico, a diminuição das barreiras geográficas, a maior acessibilidade às informações etc., gera um cenário cada dia mais competitivo que potencializa as vantagens proporcionadas a diversos lugares, tornando-se, dessa maneira, um fator decisivo no que concerne à concorrência. Logo, quanto maior o desenvolvimento tecnológico do país ou região, maior será a sua vantagem competitiva. Harvey (1993) destaca ainda que o controle do trabalho é central na organização espacial e pontua que as novas formas organizacionais vêm ganhando destaque em função do atual modelo produtivo, além de que a “compressão do espaço-tempo” e a condição pós-moderna desencadeiam mudança em nossos mapas mentais que não ocorrem na mesma

velocidade das transformações que ocorrem no espaço pelo vetor técnico-científico, o que gera um déficit nos estágios decisórios.

Para Harvey (1993), devemos conhecer e estabelecer o quanto foram fundamentais e profundas as mudanças e transformações na economia política do capitalismo no final do século passado. Segundo o autor, “[...] são abundantes e radicais as modificações em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc.” (HARVEY, 1993, p. 117) nesse novo contexto. A produção em função do lucro ainda é o princípio organizador elementar da vida econômica das sociedades no ocidente. Contudo, as mudanças no setor produtivo acarretaram consequências no mundo do trabalho e em suas relações – aumento da necessidade de qualificação, a precarização de postos de trabalhos e tarefas, a flexibilização do modo de gestão e dos contratos de trabalho contribuindo para o enfraquecimento dos sindicatos – bem como o acréscimo da taxa global de desemprego.

Harvey (1993) ainda destaca a importância dos referentes de espaço e tempo para o senso de identidade pessoal do homem em sociedade. O lugar onde nascemos, trabalhamos, vivemos, estudamos etc. são informações básicas que constroem o nosso núcleo de identidade pessoal. Assim, o que faz com que o indivíduo aprenda sobre quem é na sociedade e onde vive, está diretamente relacionado com as ordenações simbólicas do tempo e espaço. “As ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência mediante a qual aprendemos quem ou o que somos na sociedade.” (HARVEY, 1993, p. 198) Isso justifica o rigor ao qual somos submetidos ao ritmo coletivo. Desta maneira, pode-se inferir que as novas configurações e representações do espaço e tempo, desencadeadas pela reestruturação do sistema econômico, causaram mudanças na construção da identidade pessoal do homem contemporâneo, bem como na forma do mesmo relacionar-se na sociedade e no mundo do trabalho. Ainda de acordo com o autor, a compressão do espaço-tempo atingiu seu ápice nos últimos anos, levando o homem a uma noção de tempo cada vez mais acelerada e as noções de distâncias cada vez menores. Logo, a velocidade, a instantaneidade, a simultaneidade, a uniformização das informações e a mentalidade de racionalizar o tempo e o espaço são características da sociedade contemporânea.

Os acontecimentos narrados caracterizam a sociedade contemporânea após a reestruturação do sistema produtivo. Tais fenômenos passaram a pressionar o

homem moderno a tomar novas decisões desencadeando neste uma nova gama de necessidades. De acordo com Harvey (1993), a velocidade que a tecnologia proporciona ao indivíduo e o ritmo que impõe à sua vida podem gerar também um estado de confusão e angústia pela incapacidade do mesmo em lidar com tais contingências geradas por tamanhas transformações. Segundo Pochmann (2001b, p. 8), nos últimos vinte anos do século XX tem havido uma significativa concentração de desemprego, pobreza, postos de trabalho mais simples e mal remunerados nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Assim, enquanto nos países desenvolvidos concentram-se os maiores lucros, os funcionários mais bem qualificados e as tarefas mais complexas – residindo os trabalhadores com maiores benefícios -, nos países menos desenvolvidos concentram-se as atividades mais simples e rotineiras, contratos de trabalho temporário, em muitos casos mal remunerados e, dessa maneira, uma crescente e maior precarização da mão de obra. “Ao contrário da propaganda oficial, observa-se que a globalização não vem produzindo um mundo mais homogêneo, com uma melhor divisão de riquezas, produção, trabalho e poder.” (POCHMANN, 2001b, p. 8)

Destaca-se que não é apenas nos países desenvolvidos que há concentração dos melhores postos de trabalhos e lucros para o universo de trabalhadores melhor qualificados, mas nos países em desenvolvimento também se verifica tal comportamento. Harvey (1993) e Pochmann (2001a, 2001b) coadunam em relação aos efeitos causados pela globalização na sociedade contemporânea, bem como apontam características similares decorrentes desse fenômeno no contexto atual. A “compressão do espaço tempo” é um efeito direto da globalização que chegou ao seu ápice a partir da flexibilização do modelo produtivo. Ou seja, entender como esse processo se encadeou e surgiu na sociedade contemporânea ajuda na compreensão do cenário em que se estuda o objeto de pesquisa proposto na presente dissertação.

Segundo Mattoso (1995, p. 70), a reestruturação do sistema econômico nas últimas décadas desencadeou uma quebra de paradigma tecnológico e industrial. Tais mudanças influenciaram as relações no processo produtivo, o mercado de trabalho, os sindicatos e o modelo de um sistema baseado no trabalho.

Estas mudanças alterariam o âmago do processo produtivo, criando novas, mas restritas relações de trabalho, mas também acentuando as características de exclusão econômica e social do sistema capitalista e recriando condições aparentemente superadas durante os *anos dourados* do pós-guerra. (MATTOSO, 1995, p. 70)

Ainda de acordo com Mattoso (1995), concordando com Pochmann (2001b), as relações de trabalho e a organização industrial, que se construiu em função do novo modelo produtivo após a reestruturação do sistema capitalista, mostraram a dicotomia no mundo do trabalho entre trabalhadores bem escolarizados, participativos e polivalentes, qualificados tecnicamente, em contraste com os trabalhadores com poucas habilidades técnicas, que normalmente produzem tarefas mais repetitivas e ocupam cargos mais simples. Assim, para Mattoso (1995), o primeiro grupo de trabalhadores faz parte, em geral, de grandes organizações, preparados para lidar com as adversidades e contingências advindas do modelo flexível e possui maior garantia de empregos e salários elevados. Este padrão de perfil ocupacional, por sua vez, força a necessidade em elevar os níveis de educação e qualificação.

Desta maneira, as mudanças decorrentes da reestruturação produtiva desencadearam um cenário instável e desorganizado tanto na economia internacional, quanto na economia nacional, onde o capital, para se reorganizar, movimentou-se na direção oposta ao trabalho organizado, levando, assim, ao aparecimento de um novo universo trabalhadores e novas formas de relações de trabalho. (MATTOSO, 1995) Desta maneira, uma significativa parcela dos trabalhadores perdeu seus empregos e muitos não conseguiram reinserir-se no mercado de trabalho de maneira competitiva, ou acompanhar os novos padrões de exigências técnicas decorrentes do novo modelo de gestão organizacional. Assim, a necessidade de novas formas de gestão passou a exigir não apenas competências técnicas dos trabalhadores, como também culturais e sociais, contrariando a tradicional cultura profissional da grande maioria dos assalariados e desencadeando novas formas de relações trabalhistas. (CASTEL, 1998)

As 'formas particulares de emprego' que se desenvolvem recobrem uma infinidade de situações heterogêneas, contratos de trabalho por tempo determinado [...], interinidade, trabalho de tempo parcial e diferentes formas de 'empregos ajudados', isto é, mantidos pelos poderes públicos no quadro da luta contra o desemprego. (CASTEL, 1998, p. 514)

Assim, uma vez que o trabalhador não tenha alcançado tais níveis de escolaridade e qualificação técnica que o mercado flexível exige, os mesmos tenderam a perder seus empregos, ou mesmo migrar para outras profissões, em geral mais instáveis. Logo, consideramos que o desemprego estrutural é responsável pela gama de trabalhadores que ficaram sem alguma ocupação, bem como dos trabalhadores que se realocam no mercado de trabalho desempenhando funções mais simples e desqualificadas, caracterizadas pela perda da estabilidade do vínculo empregatício formal, pela diminuição dos salários e pelo aumento da jornada de trabalho. Este contingente de trabalhadores vem crescendo desde a década de 1990 no país, embora destaque-se que o cenário brasileiro vem se transformando nos últimos anos no tocante ao desemprego estrutural.

Castel (1998), concordando com Pochmann (2001b), destaca que a variedade e instabilidade das formas de emprego geradas após o período da reestruturação produtiva levaram à precarização do trabalho, que, ao ser analisada, permite-nos a compreensão dos processos que produzem o fenômeno do desemprego. Sendo assim, a problemática do emprego fundamenta-se, atualmente, em face do número de desempregados como sendo a manifestação de uma profunda transformação na estrutura do emprego. Segundo Castel (1998), o reaparecimento de um perfil de trabalhadores sem trabalho demonstra as acentuadas transformações que ocorreram, e continuam ocorrendo, na relação que os indivíduos mantêm com o trabalho. Ele ainda afirma que o que gera a dignidade entre os indivíduos não é o emprego assalariado ou o trabalho necessariamente, mas a utilidade social deste, ou seja, a participação do indivíduo na produção da sociedade. Contudo, o autor destaca que o trabalho é mais que o trabalho e, dessa maneira, o não trabalho é mais que o desemprego. “O trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o tem”. (CASTEL, 1998, p. 578)

Para Ianni (1997), coadunando com Harvey (1993), o capital reconstrói novas formas de trabalho e de vida, bem como novas formas de ser e de pensar em vários níveis, desde local até internacional. Segundo Harvey (1993), a acumulação flexível baseia-se na flexibilidade dos mercados e processos de trabalho e confronta diametralmente o modelo rígido fordista de produção. Para este autor, a vida do indivíduo varia de acordo com a maneira como o sistema econômico está estruturado, de forma que os hábitos de consumo, os valores e os costumes se

constroem com base na estruturação do sistema produtivo. O modelo flexível que surge a partir da reestruturação do sistema econômico tem como principais efeitos: altos índices de desemprego estrutural, rápida destruição e construção das habilidades, baixos ganhos salariais e perda do poder sindical. Logo, a reestruturação produtiva afetou os hábitos, consumo e valores do homem em sociedade, bem como do fenômeno do desemprego e algumas das suas características.

2.2 Transformações Político-Econômicas do Capitalismo Segundo Harvey

Para o estudo e entendimento adequado das consequências da reestruturação produtiva nas sociedades de capitalismo avançado e nas sociedades em desenvolvimento – caso do Brasil – é necessário que se explique sobre as transformações políticas e econômicas que esse processo desencadeou nesse período, bem como o que culminou a reestruturação do sistema capitalista no início da década de 1970, que tem como grande característica a transformação do modelo fordista para o modelo flexível.

É de conhecimento geral que o sistema produtivo industrial predominante no século XX teve dois suportes doutrinários essenciais: o fordismo e o taylorismo. O fordismo nasceu em 1914 quando Henry Ford introduziu o dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores que faziam parte da linha de montagem de carros. Ford fez mais do que racionalizar a já detalhada divisão do trabalho e as antigas tecnologias. Ford conseguiu consideráveis aumentos na produtividade ao fazer com que o trabalho chegasse aos trabalhadores em uma posição fixa, através da linha de montagem. *Os princípios da administração científica* de Taylor já havia sido publicado em 1911, descrevendo como a produtividade do trabalho podia ser consideravelmente aumentada “[...] através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rígidos de tempo e estudo de movimento.” (HARVEY, 1993, p. 121) Contudo, o que distingue o fordismo do taylorismo é a sua percepção de que a produção em massa significava consumo em massa que desencadeia um novo sistema de reprodução da força de trabalho e uma nova política de controle e gerência do trabalho, além de uma nova psicologia e estética.

A partir do momento que Ford passou a implementar esse novo modelo, com foco na produção em massa para ser consumido pelos trabalhadores assalariados, verificou-se que houve mudanças no comportamento e hábito de consumo na sociedade, ratificando, assim, a idéia de que a estruturação do sistema produtivo afeta a maneira de o homem viver na sociedade. Dessa maneira, infere-se que o novo modelo de trabalho decorrente da mudança do sistema produtivo gerou uma nova forma de o homem moderno viver e pensar a vida. As transformações que existiram no modo de produção capitalista, na década de 1970, inseriram novos hábitos de consumo, valores e comportamentos na sociedade que se desenvolveu ao longo dos últimos anos até os dias atuais. Essa perspectiva coaduna com a idéia defendida por Marx (2002) de que a maneira que os indivíduos constroem a sua vida material reflete exatamente o que eles são. Ou seja, o que os indivíduos são coincide com a sua produção, tanto o que produzem como a maneira como o fazem, assim o homem é o resultado da própria produção material. Em virtude disso, surgiu uma nova sociedade, racionalizada, moderna, democrática e populista. (HARVEY, 1993, p. 121)

2.3 Mudança do Modelo Fordista para o Modelo Flexível

De acordo com Harvey (1993), em meados da década de 1960, os primeiros indícios de problemas no sistema produtivo começaram a aparecer. Alguns mercados internos, como o da Europa Ocidental e do Japão, estavam saturados e se vendo diante da necessidade de criar novos mercados para exportação de seus excedentes. A queda da produtividade e lucratividade nos Estados Unidos, no ano de 1966, marcou o início de problemas fiscais que só foram resolvidos com a aceleração da inflação, enfraquecendo o dólar como moeda reserva estável internacional. A constituição do mercado eurodólar juntamente com a contração de crédito constituíam indícios da perda de poder norte-americano de regulamentação do sistema financeiro internacional. Nesse mesmo período, as políticas de substituições de importações nos países do terceiro mundo juntamente com o grande movimento de multinacionais no exterior, culminaram em uma industrialização fordista competitiva em novos locais, onde o contrato social com trabalho, ou seja, trabalhadores com carteira assinada, praticamente inexistia. A

partir desse momento, a competição internacional tornou-se cada vez mais intensa, desafiando, dessa maneira, a hegemonia do fordismo. (HARVEY, 1993, p. 135)

O período de 1965 a 1973 foi crucial para a percepção de como o fordismo era, naquela altura, incapaz de conter as discrepâncias e contradições internas do sistema capitalista. (HARVEY, 1993, p. 137-140) Em suma, a rigidez do sistema produtivo no contexto em questão não mais era capaz de abarcar as necessidades do mesmo, impedindo uma maior flexibilidade de planejamento. “Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho. [...] toda tentativa de superar esse problema de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora” (HARVEY, 1993, p. 135) justificando os problemas trabalhistas ocorridos no período entre 1968 e 1972. Concomitante a isso, o mundo capitalista se via atolado por causa do excesso de fundos e com poucas áreas produtivas destinadas aos investimentos, desencadeando em uma forte inflação. Em 1973, os esforços de frear a inflação trouxeram à tona a capacidade excedente existente nas economias ocidentais, desembocando em uma crise mundial dos mercados imobiliários. Diante desses sucessivos acontecimentos, iniciou-se um período de reestruturação, racionalização e intensificação do controle do trabalho, que foi uma das grandes causas do aumento do desemprego nos países capitalistas avançados nesse período.

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro de capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. (HARVEY, 1993, p. 137-140)

Dessa maneira, o colapso do sistema capitalista, a partir de 1973, iniciou um período de rápidas mudanças, fluidez e incertezas. “No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma.” (HARVEY, 1993, p. 140) E foram tais fatores que caracterizaram a passagem do sistema de acumulação fordista para um regime de acumulação totalmente novo associado com um sistema de regulamentação social e política bastante diferente.

A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado. (HARVEY, 1993, p. 140)

A nova organização do sistema produtivo, os processos de trabalho, mercado e marketing mais flexíveis, juntamente com a rápida mobilidade geográfica e as mudanças de consumo passaram a caracterizar a sociedade moderna. A acumulação flexível contrapôs-se frontalmente à rigidez do sistema fordista. A flexibilização dos processos de trabalho e das leis trabalhistas – nos países de industrialização consolidada – desencadeou uma nova gama de tarefas, principalmente no setor de serviços, e novos tipos de contratos de trabalho – temporários, terceirizados – bem como novas causas de demissão em função da automação de vários postos de emprego, em que as máquinas passaram a substituir boa parte dos empregados, gerando o chamado desemprego estrutural. Os empregadores passaram a ter maior poder e exercer maior pressão sobre uma fragilizada força de trabalho diante do novo sistema de produção. Outra questão que caracterizou o momento de transição foi o aumento do desemprego nos países capitalistas avançados.

O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nesta nova área. (HARVEY, 1993, p. 141)

Além disso, o novo sistema produtivo havia desencadeado altos índices de desemprego estruturais, uma forte capacidade destrutiva e reconstrutiva das

habilidades, no enfraquecimento do poder dos sindicatos – um dos pilares do regime fordista – e em uma perda do salário real.

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade da mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito da flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como “nove dias corridos” ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito mais comuns. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. (HARVEY, 1993, p. 143)

O efeito dessa transformação resultou em grupos de trabalhos heterogêneos, em que os trabalhadores regulares – trabalham em tempo integral e fazem parte do quadro permanente da organização – diminuíram cada vez mais.

Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, quando necessário, geograficamente móvel. (HARVEY, 1993, p. 144)

Os trabalhadores que se localizam no grupo periférico das organizações – secretárias, setor financeiro, tarefas rotineiras e manuais menos especializadas – possuem habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, o que caracteriza esse grupo de trabalhadores com alta taxa de rotatividade. Há ainda um grupo de trabalhadores que possuem uma taxa de rotatividade maior, que é o pessoal com contrato por período determinado, temporários, subcontratados e treinados com subsídio público. Esses empregados possuem ainda menos segurança do que o grupo denominado periférico por Harvey (1993, p. 144). Vale a pena destacar que as evidências indicam um crescimento significativo dessas categorias de empregados nos últimos tempos. “A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais

uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins.” (HARVEY, 1993, p. 144)

A transformação da estrutura do mercado teve como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial. [...] A subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes à máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo. O retorno de formas de produção que envolvem exploração em cidades com Nova York, Los Angeles e Londres se tornou objeto de comentários na metade dos anos 70 e se proliferou, em vez de diminuir, na década de 80. O rápido crescimento de economias “negras”, “informais”, ou “subterrâneas” também tem sido documentadas em todo o mundo capitalista avançado. [...] Contudo, a ascensão de novas formas de organização industrial e o retorno de formas mais antigas [...] representam coisas bem diferentes em diferentes lugares. Às vezes indicam o surgimento de novas estratégias de sobrevivência para os desempregados ou as pessoas discriminadas. [...] em outros casos existem apenas grupos imigrantes tentando entrar num sistema capitalista. [...] Em todos esses casos o efeito é uma transformação do modo de controle do trabalho e de emprego. (HARVEY, 1993, p. 145)

Harvey (1993) chama atenção também para as transformações do papel das mulheres no contexto trabalhista e no processo produtivo ao destacar que as novas estruturas de mercado foram um facilitador para a exploração da força de trabalho feminina nas ocupações parciais, substituindo os empregados masculinos melhor remunerados e com menos chance de serem demitidos, pela força de trabalho feminina mal remunerada.

A transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência quanto por uma melhoria das condições de um segmento que hoje representa mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados. (HARVEY, 1993, p. 146)

O novo cenário levou também ao surgimento de modelos industriais novos em virtude das pressões competitivas ou “à integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de ‘deslocamento’ para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos.” (HARVEY, 1993, p. 148) O fato é que a produção em

pequenos lotes e a possibilidade de subcontratar superaram a rigidez do fordismo, tornando o novo modelo capaz de atender a diversas e novas necessidades do mercado. A produção flexível possibilitou à aceleração a inovação de produtos, além de explorar segmentos do mercado extremamente especializados e de pequena escala. O tempo de giro reduziu de maneira bastante significativa em virtude das novas tecnologias produtivas – concomitantemente à redução do tempo de giro no consumo - e dos novos modelos organizacionais – *Just in time*. A vida média dos produtos diminuiu consideravelmente em alguns setores.

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios e de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modelo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidades e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (HARVEY, 1993, p. 148)

Nesse contexto, a capacidade de tomar decisões rápidas em um ambiente altamente competitivo, incerto e veloz é fundamental para a organização se manter e alcançar suas metas de lucro pré-estabelecidas. A desregulamentação – espécie de *slogan* político da era flexível – facilitou o novo formato organizacional, e a acumulação flexível testemunhou substanciais diversificações e fusões corporativas. (HARVEY, 1993) O controle das informações, bem como seu acesso, é essencial aos interesses corporativos descentralizados. Assim, a capacidade de responder quase que instantaneamente às mudanças no mercado, nos gostos dos consumidores, ao universo financeiro é crucial à manutenção do sistema de acumulação flexível. Além disso, o acesso às informações gerou serviços altamente especializados e consultorias capazes de oferecer informações imediatas sobre as tendências do mercado, levando também às rápidas tomadas de decisões por parte das organizações em resposta a tais mudanças, o que caracteriza o modo de gestão que se organizou nesse novo cenário. A era da acumulação flexível destaca-se também pela vantagem competitiva gerada pelo acesso à última técnica, ao produto mais recente, às novas descobertas científicas, configurando o saber, no cenário atual, como uma mercadoria de alto valor, produzido e vendido a quem pagar mais.

Concordando com Harvey (1993), Pochmann (2001a, 2001b) destaca que houve profundas mudanças no mundo do trabalho após a reestruturação produtiva no final do século XX, sendo uma das principais a nova divisão internacional do trabalho em decorrência do excedente estrutural de mão-de-obra, o que levou ao aumento do desemprego e da concentração dos melhores postos de trabalho nos países desenvolvidos. Diante desse cenário, o mercado de trabalho se desestruturou, a taxa de desemprego aberto aumentou, o emprego assalariado diminuiu e houve um crescimento de ocupações mais precárias, além da flexibilização das relações de trabalho. E foi nesse período que a globalização, uma das principais características desse contexto, acentuou-se.

É nesse contexto social e econômico, especificamente no Brasil ao longo da década de 1990, que se concentram os estudos do comportamento do desemprego em alguns setores da economia brasileira. As mudanças ocorridas em função do sistema econômico causaram impactos notórios e abruptos tanto nos hábitos, valores e costumes do indivíduo na sociedade quanto no mundo do trabalho (HARVEY, 1993), ou seja, uma das principais características da sociedade moderna é o contraste existente dentro da classe trabalhadora que passou a se dividir entre trabalhadores vulneráveis, instáveis e precários *versus* trabalhadores estáveis, qualificados e intelectualizados. Tais mudanças podem ser percebidas através do meio social em que os indivíduos da classe trabalhadora transitam e através dos vínculos que os mesmos possuem e passaram a construir em função das mudanças no modo de produção. De acordo com Harvey (1993, p. 177), embora tenha havido imensas mudanças na aparência do sistema produtivo, a partir de 1973, a lógica de acumulação do sistema capitalista, suas tendências e crises permanecem inalteradas. Harvey ainda questiona se as mudanças testemunhadas no final do século XX e início do século XXI serão suficientes para conter as contradições internas do sistema em voga no futuro ou se essas foram apenas soluções temporárias.

2.4 A Reestruturação Produtiva no Brasil na Década de 1990

Segundo Leite (1994), o processo de reestruturação produtiva no Brasil acontece, de fato, no começo da década de 1990, embora tenha sido iniciada na década de 1970 nos países de industrialização consolidada. Os novos padrões de

competitividade internacional concomitante às mudanças econômicas, políticas e sociais, ocorridas no país ao longo dos anos de 1990 acentuaram o processo de reestruturação produtiva no país no período. Nesta época, as empresas passaram a se concentrar nas estratégias organizacionais e na adoção de novas formas de gestão da mão-de-obra que fossem compatíveis com as atuais exigências e necessidades do mercado. Outro fator constatado foi a necessidade de trabalhadores ativos e bem qualificados, capazes de desenvolver multi-habilidades. Contudo, tais trabalhadores existiam em um número bem menor em relação a crescente gama de trabalhadores desqualificados e que desenvolviam tarefas mais simples e rotineiras.

Mattoso (1995) chama atenção para o aumento do número de pessoas desempregadas, e com dificuldade de retornar ao mercado de trabalho, nos países desenvolvidos. No que concerne a realidade brasileira, esses dados foram ainda mais alarmantes, considerando a concentração de renda e exclusão social do país. O DIEESE, coadunando com o que foi dito pelos autores presentes no texto, ratifica que houve significativas transformações no Brasil no período assinalado e que o mesmo é marcado pelo crescimento econômico, sobretudo após a década de oitenta – “A partir de 1980 a economia brasileira sofreu uma profunda inflexão” (POCHMANN, 2001b, p. 36) – também conhecida como “década perdida”. Já nos anos de 1990, o país passou por profundas transformações que acentuaram o aspecto heterogêneo no mundo do trabalho, além de contundentes mudanças nos setores da economia brasileira, na tecnologia, no emprego formal e informal, na gestão organizacional, no salário mínimo, na segurança que o emprego representa etc.

Assim, como já explanado anteriormente, embora a década de 1990 tenha sido marcada pelo crescimento econômico e tecnológico no País, sobretudo em relação à década anterior, houve diversos aspectos relativos ao mundo do trabalho que caracterizaram a mesma como um momento de profundos desequilíbrios e transformações. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1994) Desta forma, para compreender o comportamento do desemprego nos setores da economia brasileira, em especial na construção civil, indústria siderúrgica e supermercadista, justifica-se o entendimento das mudanças de paradigma ocorridas ao longo deste período – estabilidade e trabalho formal *versus* instabilidade e contratos de trabalho flexíveis, desqualificação

de uma maioria de trabalhadores *versus* super-qualificação de uma minoria de trabalhadores, bem como o processo de precarização de tarefas e postos de trabalho que decorrem do aumento do desemprego estrutural no país.

3 O DESEMPREGO NO BRASIL E NO MUNDO

O presente capítulo se propõe a discorrer sobre o desemprego - na sua dimensão conjuntural, aparente, fenomênica, bem como os tipos de desemprego – Friccional, Conjuntural, Estrutural. O capítulo tem início ao focar a definição do desempregado e o significado desse conceito na sociedade capitalista, bem como aborda as teorias sobre o desemprego de acordo com Sanchis (1997). De forma sucinta, descreve-se sobre as transformações ocorridas de forma global no mundo do trabalho, além de explanar sobre a PEA e o excedente de mão-de-obra no país. Há um tópico dedicado a falar sobre as características da reestruturação produtiva no Brasil, onde consta uma tabela 1 ilustrando o comportamento do desemprego em seis regiões metropolitanas onde foi aplicada esta pesquisa ao longo da década de 1990, nos principais setores da economia brasileira.

3.1 O Desempregado

De acordo com Sanchis (1997, p. 41), existem definições do que vem a ser desemprego, e, por conseguinte, o individuo desempregado, do qual qualquer um tem uma idéia, nem que seja intuitiva. No entanto, é importante definir o desemprego com base em alguns critérios, como os de população ativa, por exemplo, que representa a parte da população que realiza ou quer realizar alguma atividade produtiva. Dentro dessa população há os ativos que possuem um emprego e os ativos desempregados, sendo esse último universo o que nos interessa investigar com acuidade. De acordo com o autor (SANCHIS, 1997, p. 45), as barreiras que separam os grupos dos ativos empregados, os ativos desempregados e os inativos não são muito claras, pois a diferença entre um ocupado e um inativo está diretamente ligada ao conceito de trabalho produtivo. Ou seja, vai depender do conceito de trabalho produtivo para se saber em que grupo a pessoa se encontra,

além de que a inclusão, ou não, de um indivíduo nessas estatísticas depende também das condições de realização da sua atividade, além do tipo das mesmas. (SANCHIS, 1997, p. 45) Como não há clareza na distinção entre desempregados e inativos, isso pode interferir na classificação de uma pessoa com relação a essa designação.

Assim, ao falar sobre o fenômeno do desemprego, e o que caracteriza o mesmo, torna-se relevante compreender o que vem a ser o desempregado nesse processo. Com base em uma pesquisa mensal sobre a força de trabalho no Japão, o desempregado é:

[...] alguém que não desenvolveu qualquer tipo de trabalho (ou o fez, mas por menos que uma hora) durante a semana de referência, que procurou ativamente por trabalho ou esperou pelo resultado da última pesquisa, mas, mesmo assim, ficou disponível para o trabalho. (BROUCKER apud REINERT, 2001, p. 46)

Contudo, destaca-se que cada nação apresenta suas peculiaridades sociais, institucionais, econômicas e políticas. Assim, o método estatístico para mensurar o universo de desempregados e sua definição vai variar em função do país e seu método estatístico escolhido. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2005)

O desempregado, nas sociedades calistas, passou a significar um ser sem trabalho. Porém, reside nesta assertiva uma identidade falsa, pois ser desempregado não significa, necessariamente, um ser sem trabalho, um ser que não labora. Assim, faz-se necessário esclarecer a diferença entre trabalho e emprego. O trabalho é valor constituído na modernidade e está associado à sociabilidade e mesmo ao exercício da cidadania, já o emprego é o trabalho amparado pela lei, consistindo nas condições que o Estado deve oferecer à proteção do trabalho e garantia ao espaço da cidadania. Assim, o ser humano desempregado, isto é, sem salário, não deixa de laborar necessariamente, contudo a existência do desempregado coloca tal fenômeno como um dos temas centrais dentro dessa dinâmica social. De acordo com Martta (2004), na sociedade contemporânea, a capacidade de consumo é fator determinante para que o sujeito possa participar ativamente do meio social onde vive. Contudo, se o indivíduo encontra-se involuntariamente ausente do mundo do trabalho, isso certamente produzirá efeitos

que afetam esse indivíduo em outras esferas da sua vida, além de o mesmo ver-se tolhido em consumir boa parte dos produtos dispostos no mercado.

É sabido que o desemprego acarreta significativos impactos na vida do desempregado e na sociedade. Assim, estudar e compreender como se caracteriza e se comporta este fenômeno tem sido tema de diversos debates e discussões ao longo dos anos, sobretudo, nas sociedades capitalistas. De acordo com Marx (1978, 2002), Antunes (1995) e Sanchis (1997), o fenômeno do desemprego é endógeno e inerente ao sistema econômico capitalista, ou seja, uma das características do desemprego é a necessidade da sua existência dentro do sistema capitalista – perspectiva, a qual, coaduna-se na presente dissertação. Evidentemente, para que o desemprego não seja nocivo ao sistema econômico, deve existir dentro de determinada “taxa” para que não afete o equilíbrio econômico social, ou seja, não é interessante uma quantidade muito grande de desempregados, uma vez que isso afetaria o poder de compra dos trabalhadores. Altas taxas de desemprego podem levar a um estado de miséria, o que não é bom para a economia do país. (MARX, 1974)

3.2 Teorias Sobre o Desemprego

Ao revisar as tentativas de interpretar o desemprego, pode-se, segundo Sanchis (1997), distinguir entre os enfoques teóricos e os enfoques empíricos – ainda que seja mais correto se falar em enfoque dedutivo e enfoque indutivo. De acordo com o autor:

Do primeiro ponto de vista, mais do que explicações específicas do desemprego, o que encontramos são distintas visões acerca do funcionamento do sistema econômico, em cujo marco se oferece uma interpretação do problema. Sobre o segundo enfoque, poderíamos agrupar todas aquelas tentativas de explicar por que, em certo momento e lugar, existe um desequilíbrio entre demanda e oferta no mercado de trabalho; desequilíbrio que se tentará compreender, tanto pelo lado da oferta (porque é superior à demanda), quanto pela da demanda (porque não é capaz de satisfazer a toda oferta). Partimos da posição de que as aproximações “empíricas” estão sempre explicita ou implicitamente vinculadas a uma ou outra interpretação “teórica”. (SANCHIS, 1997, p. 59)

De acordo com Piore (apud SANCHIS, 1997, p. 60), o desemprego é um fenômeno que se relaciona com o aprofundamento da divisão do trabalho que é inerente a toda sociedade industrial. Ou seja, o processo de especialização que leva à divisão do trabalho provoca efeitos importantes tanto na estrutura do emprego quanto do desemprego. Assim, segundo Piore, em uma economia de subsistência é quase automática a transferência de força de trabalho de uma atividade para outra, enquanto em uma economia especializada o ajuste não ocorre de forma muito rápida. Logo, em decorrência disso:

[...] é fácil ver por que, à medida que o desenvolvimento econômico segue seu curso, o desemprego vai se convertendo numa questão cada vez mais importante, como ponto central dos conflitos entre trabalhadores e empresários e entre os diferentes grupos de trabalhadores. (PIORE apud SANCHIS, 1997, p. 60)

Para Marx e Engels (2002, p. 11), em *A ideologia alemã* as relações entre as diferentes nações dependem do estágio de desenvolvimento das suas forças produtivas, da divisão de trabalho e das relações internas em cada uma dessas nações. Ou seja, as relações entre uma nação e qualquer outra depende do nível de desenvolvimento da sua produção e das suas relações internas e externas; o mesmo acontece com toda a estrutura interna dessa nação. Logo, reconhece-se facilmente o grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas de uma nação a partir do desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho. Ou seja, além de interferir na estrutura do emprego e do desemprego, de acordo com Piore (1983), a divisão do trabalho em uma nação, para Marx e Engels (2002), obriga à separação entre o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola, e, como consequência, à separação entre a cidade e o campo e à oposição dos seus interesses. O seu desenvolvimento ulterior conduz à separação do trabalho comercial e do trabalho industrial. Simultaneamente, e devido à divisão de trabalho no interior dos diferentes ramos, assiste-se ao desenvolvimento de diversas subdivisões entre os indivíduos que cooperam em trabalhos determinados. A posição de quaisquer dessas subdivisões particulares relativamente às outras é condicionada pelo modo de exploração do trabalho agrícola, industrial e comercial (patriarcado, escravatura, ordens e classes).

O mesmo acontece quando o comércio se desenvolve entre as diversas nações. Os vários estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho representam

outras tantas formas diferentes de propriedade; em outras palavras, cada novo estágio na divisão de trabalho determina igualmente as relações entre os indivíduos no que toca à matéria, aos instrumentos e aos produtos do trabalho.

3.2.1 As Teorias: Neoclássica, Keynesiana e Marxista

De acordo com Pochmann (2001b), na Europa, ao longo do século XX, o elevado excedente de mão-de-obra tiveram divergentes identificações nos diversos setores sociais, sobretudo na Inglaterra. “Segundo a visão dominante da época, a superpopulação de trabalho ocioso deveria ser combatida com a manutenção de salários de subsistência, o que levaria à redução da oferta de mão-de-obra.” (RICARDO, 1982 apud POCHMANN, 2001b, p. 83) Porém, o grande número de desempregados colaborou para o aumento da população de pobres, devido à concorrência dos salários dos trabalhadores de base, o que para alguns autores, poderia ser solucionado através apenas do constrangimento moral - abstinência matrimonial. Enquanto isso, de forma contrária ao pensamento dominante em questão:

Caminhavam as denúncias e teses a respeito da relação intrínseca entre os processos de acumulação de capital e a geração do desemprego e da desigualdade de remuneração. Desta forma, o excedente de mão-de-obra seria identificado menos com a oferta da força de trabalho e mais com a natureza do próprio desenvolvimento capitalista. [...] a oferta de força de trabalho e mais com a natureza do próprio desenvolvimento capitalista. (POCHMANN, 2001b, p. 84)

Contudo, foi somente em 1929, na época da grande depressão, que o fenômeno do desemprego foi compreendido como uma deficiência do desenvolvimento das forças produtivas, diferente de outrora em que o desemprego era considerado efeito de desajustes da concorrência no interior do mercado de trabalho. Após a segunda guerra, até a década de 1960, a tentativa de sanar o desemprego esteve relacionada ao comportamento geral das economias nacionais. Foi só com a crise econômica da década de 1970, com o retorno do desemprego aberto em grande quantidade, que as perspectivas conservadoras acerca do excedente de mão-de-obra voltou a relacionar o desemprego ao comportamento exclusivo do mercado de trabalho.

Num primeiro momento, o desemprego seria associado ao combate à inflação, pois se levava em consideração a hipótese de que a manutenção do quase pleno emprego provocava a elevação dos custos da empresa. Posteriormente, ganhou força a interpretação que ligava o desemprego à existência de diversos mecanismos de proteção social de garantia de renda do trabalhador, fazendo-o desmotivado para a procura de emprego, e mais do que isso, desinteressado em ocupar vagas com rendimento inferior ao seguro-desemprego (formas de desemprego voluntário). (POCHMANN, 2001b, p. 84-85)

Assim, a partir do final dos anos de 1970, as políticas neoliberais atacaram o desemprego aberto em larga escala apenas com mecanismos direcionados ao interior do mercado de trabalho. Concentrando seus esforços na oferta da mão-de-obra, buscando a desvalorização do custo de contratação através das desregulações do mercado de trabalho e desconsiderando a responsabilidade das políticas macroeconômicas na geração do desemprego. A inutilidade de tais ações foram reconhecidas, inclusive, pela própria Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (POCHMANN, 2001b) A permanência do desemprego, o crescimento da desigualdade entre os rendimentos e a pobreza continua sendo objeto de diversos estudos, enquanto, permanece a produção e reprodução do excedente estrutural da força de trabalho na economia mundial.

Sanchis (1997), em sua obra *Da escola ao desemprego*, aborda as três teorias econômicas que tentam explicar o excedente de mão-de-obra na sociedade capitalista. A construção econômica neoclássica se baseia na bastante estudada *lei de Say*, em que “tudo aquilo produzido pelos empresários será vendido porque tem uma demanda assegurada.” (SANCHIS, 1997, p. 61) Logo, toda oferta gera uma demanda, de forma que tudo que for produzido pelas empresas e indústrias será necessariamente vendido, pois há um mercado assegurado. Assim, com base na teoria neoclássica, em tese, em nível agregado, a oferta e a demanda devem coincidir e, eventualmente, caso a composição da oferta não corresponda exatamente à composição da demanda, tal desajuste pode ser corrigido através dos preços relativos. Assim, de acordo com a teoria neoclássica, sempre que o mecanismo auto-regulador do mercado – os preços relativos – atuar sem impedimentos, o sistema tenderá ao equilíbrio que gerará o pleno emprego. (SANCHIS, 1997, p. 62) Assim, o equilíbrio é alcançado quando a oferta e a demanda coincidem, ou seja, quando o nível de salários reais – ou o preço do “trabalho” – é igual à produtividade marginal do trabalho, sendo o desemprego, em

tal cenário, um acidente passageiro. Dessa forma, pode-se inferir que do ponto de vista neoclássico o desemprego só existe sob a forma friccional – manifesta-se em certos setores da economia cujo volume coincide com postos de trabalhos vagos em outros setores – ou voluntário – decorrente da conduta não ‘racional’ dos trabalhadores que exigem salários reais acima da sua produtividade marginal. Dentro dessa perspectiva neoclássica, o desemprego nunca será grave e sempre existirá uma taxa natural de desemprego que vê a perfectibilidade do mercado como uma das políticas de emprego possível. A constatação de que o trabalho não é homogêneo, resultante dos diferentes investimentos no capital humano, explica a diversidade de diferenças salariais no mundo do trabalho, recorda Sanchis. (1997, p. 64)

No caso dos pobres e dos desempregados, a teoria sugere que o problema reside em seu inadequado nível de capital humano. Daí que as soluções de política econômica que esta teoria oferece para estes problemas estejam sempre relacionadas à melhoria dos níveis educativos (aumento do capital humano). (TOHARIA apud SANCHIS, 1997, p. 14)

Segundo Sanchis (1997, p. 64) “[...] o enfoque keynesiano é, em parte, uma resposta à excessiva confiança neoclássica nas virtudes do mercado”. Durante a Grande Depressão, números elevados de taxas de desemprego foram atingidos que fogem às interpretações neoclássicas. Logo, nem o desemprego chamado de friccional poderia ser tão alto, nem os desempregados seriam tão “irracionais”, evidenciando-se, desta maneira, a incapacidade do enfoque neoclássico em explicar o fenômeno do desemprego. (SANCHIS, 1997, p. 64)

Diante do exposto, Keynes demonstrou que a economia de mercado não tende para o pleno emprego de todos os fatores produtivos, além de constatar que o desemprego é muitas vezes pouco influenciado por fatores que se encontram sob o domínio dos trabalhadores. Com base no enfoque keynesiano, a ênfase passa da oferta para a demanda, pois, enquanto para os neoclássicos toda oferta cria uma demanda própria, para Keynes é a demanda de bens, a chance de vendê-los, o que alavanca os processos produtivos. Dessa forma, a demanda não tem que necessariamente gerar empregos suficientes para absorver o excesso de oferta no mercado de trabalho, deixando, assim, de ser um problema meramente conjuntural ou desencadeado pelos impedimentos institucionais imposto ao mecanismo de

mercado. Sendo, o desemprego, visto por esta perspectiva, uma questão endógena ao sistema econômico, capaz de persistir mesmo quando o mercado esteja atuando de maneira mais livre possível. (SANCHIS, 1997 p. 65)

Assim, do ponto de vista neoclássico, o desemprego é visto como um problema quando fatores estranhos ao sistema econômico começam a afetá-lo, logo, uma vez que tais fatores sejam eliminados haverá a redução do desemprego para níveis aceitáveis. Com base na teoria keynesiana, o problema do desemprego pode aparecer também em decorrência do mau funcionamento do sistema econômico – que surgem a partir de fatores endógenos ao mesmo –, de forma que uma política intervencionista pode atenuar tais insuficiências. De forma contrária à teoria keynesiana, do ponto de vista marxista, o desemprego não decorre do mau funcionamento do sistema econômico, uma vez que é algo “intimamente ligado à lógica da economia capitalista, cuja não existência lhe impede de funcionar eficazmente.” (SANCHIS, 1997, p. 67) Já de acordo com a teoria marxista, a existência permanente de certa quantidade de desemprego, ou “exército industrial de reserva”, é imprescindível para manter os trabalhadores em seus devidos lugares, assegurando a disciplina de trabalho da empresa capitalista e preservando o poder do empresário sob os mesmos.

Para Marx (apud SANCHIS, 1997, p. 68), os salários tenderiam a subir em função do investimento, ou acumulação de capital, no entanto Marx estava certo de que essa tendência não colocaria em risco a economia capitalista e o “exército industrial de reserva”, ou “exército de desempregados”, que é a forma pela qual a economia conseguiria enfrentar essa tendência. Tal exército compete, de acordo com Marx, com os trabalhadores empregados e corrói o movimento dos salários, impedindo, dessa forma, o aumento dos mesmos. Contudo, o volume dessa população excedente de operários é relativo, pois se define em função do ritmo e da forma de acumulação do capital e não do chamado movimento “natural” da população. Assim, analisa Marx (apud SANCHIS, 1997, p. 69), que tal excedente populacional não fica à margem do sistema econômico e essa população tem papel tão importante como a própria população operária empregada que é efetivamente convertida em capital variável.

Em linhas gerais, o movimento geral dos salários é regulado exclusivamente pelas expansões e contrações do exército industrial de reserva, que correspondem às alternativas periódicas do ciclo industrial. Não obedece, portanto, às oscilações da cifra absoluta da população operária, mas à proporção oscilante em que a classe operária se divide em exército ativo e em exército de reserva, ao crescimento e à diminuição do volume relativo da superpopulação. (MARX apud SANCHIS, 1997, p. 69-70)

Em vista desse panorama acima explanado percebe-se que, enquanto a economia clássica concebe o crescimento, investimento e desemprego como fenômenos determinados por elementos estranhos, ou parcialmente estranhos ao sistema econômico, o enfoque marxista concebe que tanto o exército de reserva quanto o progresso tecnológico são fenômenos inerentes e explicados dentro do próprio sistema econômico, ou seja, endógeno a este. (SANCHIS, 1997, p. 70)

Marx estava consciente de que os salários tenderiam a subir sob a pressão do incremento do investimento, do que ele chamava de acumulação de capital; porém, estava seguro de que tal tendência seria enfrentada antes que chegasse a pôr em perigo a economia capitalista. Isso seria conseguido mediante a criação de um exército industrial de reserva, um exército de desempregados, que entraria em competição com os trabalhadores empregados, impedindo o aumento dos salários. Este exército de desempregados é gerado pela mudança tecnológica; em terminologia marxista, equivaleria a uma mudança na composição orgânica do capital. (SANCHIS, 1997, p. 68)

Assim, Sanchis (1997, p. 70), enquanto a economia clássica considera o crescimento, desemprego ou investimento, como elementos parcialmente determinados por fatores estranhos ao sistema econômico, a perspectiva marxista, de forma contrária, destaca que tanto o progresso tecnológico quanto o exército de reserva, gerado pelo mesmo, são explicados dentro do próprio sistema capitalista, através das tensões do mercado de trabalho. Contudo, a questão levantada é sobre até que ponto pode-se manter o enfoque marxista para explicar, atualmente, o elevado nível de desemprego contemporâneo. Sanchis destaca que a sociedade analisada por Marx, do exército de reserva, difere das circunstâncias da sociedade atual, pois nas sociedades a cada dia mais corporativizadas, com sindicatos e leis protegendo salários e condições de trabalho, com empresários cada vez mais obcecados apenas com os investimentos que poupam trabalho, etc. “É razoável pensar que se rompeu o automatismo com que a superpopulação relativa se

convertia em exercito de reserva.” (SANCHIS, 1997, p. 71) Desta maneira, nem mesmos os capitalistas precisam de tamanho exercito de desempregados para recompor suas taxas de lucro, além de que nem toda essa população excluída do mercado de trabalho esteja em condições objetivas de competir pelo emprego com os trabalhadores empregados.

A partir do exposto, Paci (apud SANCHIS, 1997, p. 71) colocou em dúvida a utilidade do conceito de reserva de desempregados para explicar a maneira de se organizar do mercado de trabalho nos países desenvolvidos, ou de industrialização consolidada. Segundo Paci, o conceito marxista do exército de reserva é duvidoso para explicar o funcionamento do mercado nos países capitalistas maduros, uma vez que esse conceito explica a acumulação extensiva de capital, mas não contempla a acumulação intensiva do mesmo, já que, de acordo com o autor, nesse último modelo, o problema das empresas não é mais abster-se de força de trabalho, mas, sim, o contrário disso, como abrir mão dessa força de trabalho excedente sem afetar a estabilidade social e, conseqüentemente, institucionalizar o esbanjamento do trabalho. Contudo, a fase da acumulação intensiva demonstra que o crescimento não depende necessariamente da redução de desemprego. (SANCHIS, 1997, p. 72) Logo, em virtude disso, a função dessa população excedente seria oferecer uma base objetiva ao consumo seletivo de força de trabalho por parte das empresas que estariam interessadas em renovar sua força de trabalho, mais bem qualificada para a fase tecnológica vigente, evitando, dessa maneira, problemas de transformação profissional. Assim, a força de trabalho poderia ser definida como uma mercadoria consumida rapidamente, apenas utilizada na fase tecnológica em que está qualificada, encerrando o paradoxo de que o desemprego deixaria de ser visto como uma ameaça pelos trabalhadores empregados. Contudo, ainda que o exército de reserva tenha diminuído sua influencia sobre a taxa de salários no cenário atual, o mesmo continua tendo importante tarefa na economia capitalista.

O enfoque marxista diferencia força de trabalho e trabalho, quer dizer, a capacidade potencial de realizar determinada atividade produtiva da realização efetiva dessa atividade. No mercado não se compra trabalho, mas força de trabalho. As características especiais desta mercadoria, de um lado, põem em apuros a pretensão neoclássica de analisar o mercado de trabalho da mesma maneira que o de qualquer outra mercadoria e, de outro lado, deixam em aberto o tema de como conseguir com que o trabalho potencial se converta em trabalho efetivo. É neste terreno que o exército de

reserva resta ainda muita vida pela frente. (VIOLA apud SANCHIS, 1997, p. 73)

Como demonstrado até então, Sanchis (1997) – embasado nos estudos de autores como Paci, Viola, Keynes, dentre outros – explana em sua obra os três enfoques teóricos que tentam explicar as causas do desemprego e destaca algumas convergências e divergências entre as mesmas. Tanto os neoclássicos como os keynesianos levam em conta o indivíduo isolado – “capitalistas” de diferentes classes de bens, consumidores – e estudam o sistema econômico como um conjunto de relações entre indivíduos e bens escassos inseridos em um sistema mais amplo, percebendo-se nesses enfoques traços do pensamento weberiano. Já a perspectiva marxista trabalha com grupo de indivíduos, com classes sociais – para estes o sistema econômico é um conjunto de relações sociais, de relações entre indivíduos, não tendo lógica estudá-los sem levar em consideração o contexto econômico o qual estes indivíduos estão inseridos. Embora partam de perspectivas bem distintas, keynesianos e marxistas concordam que o Estado deve intervir na economia. (SANCHIS, 1997, p. 74-75)

As políticas de emprego discutidas e aplicadas no atual momento econômico de crise dos países capitalistas avançados estão vinculadas a algumas dessas três visões analisadas anteriormente. A partir da década de 1970 houve uma crescente dominação do liberalismo econômico, independente do enfoque ser centrista, conservador ou social democrata, Boyer (apud SANCHIS, 1997, p. 75). Com base em dados referentes de indústrias em seis países europeus, foram verificadas empiricamente as limitações tanto da política econômica keynesiana quanto da política neoclássica para responder ao problema contemporâneo do desemprego. Ou seja, caso houvesse uma reedição da política keynesiana para estabilizar o emprego nas indústrias, em 1973, embora com efeitos significativos, a mesma seria limitada, pois o crescimento depende de outros fatores tais como exportações e, essa reedição, só poderia ser feita levando-se em conta os seus efeitos sobre o equilíbrio exterior. No entanto, isso não é sinônimo de dizer que as políticas liberais terão mais sucesso, uma vez que nas economias medianas a demanda interna tem papel mais importante do que as exportações como fator de crescimento; consequentemente, as políticas de ajuste acabam reduzindo o emprego ao invés de estimularem as exportações. Ou seja, a maior parte do mercado internacional, em

países cuja economia é mediana, como no caso do Brasil, se consegue através do agravamento do desemprego industrial e não através de resoluções do mesmo. Em face desse contexto, encontra-se um problema difícil, uma vez que de um lado há a necessidade de que a política econômica favoreça a adaptação estrutural dos sistemas produtivos, das inovações e do consumo, porém a competitividade a qualquer custo desencadeia na redução dos empregos industriais, e as políticas de apoio ao emprego põem em risco o equilíbrio exterior e, assim, o próprio emprego em longo prazo. (SANCHIS, 1997, p. 76-77)

Em suma, as teorias econômicas analisadas tentam explicar as causas do desemprego e os aspectos que desencadeiam o seu agravamento no mercado de trabalho, quer este seja nacional, regional ou de uma categoria específica. (SANCHIS, 1997) Contudo, no cenário que se construiu após a reestruturação tecnológica, percebem-se novos tipos de desempregos com diferentes causas entre si. Diante dessa perspectiva, o desemprego estrutural entra, nesse contexto, como resultado de um ajuste entre as oferta e da demanda de trabalho.

É estrutural o desemprego que afeta aquelas categorias da força de trabalho para as quais a diferença entre demanda e oferta é angustiante, e o chamado *desemprego tecnológico*, consequência do diferente ritmo em que mudam as técnicas produtivas e as qualificações da força de trabalho encarregadas de aplicá-las. (SANCHIS, 1997, p. 80)

Fica patente que a questão do desemprego não é algo simples de se resolver e nem mesmo algo que seja necessariamente prioritário por parte do mercado a depender do seu foco. (SANCHIS, 1997) Existe uma complexidade nas relações existentes no cenário econômico que refutam, a priori, a teoria de que o mercado seria capaz de se regular *per si*, sem a influencia de políticas estatais, por exemplo. Nem sempre o que é mais interessante e lucrativo ao mercado, interno ou externo, em determinado contexto, favorece a empregabilidade, bem como o aumento do índice de desemprego pode pôr em risco a própria estabilidade econômica. Dessa forma, o estudo destas três teorias ajuda a compreender alguma faceta do mercado em determinado cenário, mas apenas uma dessas teorias não é capaz de explicar e prever a melhor forma de se enfrentar essa situação.

3.3 As Mudanças no Mundo do Trabalho e o Desemprego

Segundo Guimarães e Hirata (2006, p. 25), o desemprego não é um dado objetivo inscrito na infra-estrutura social, embora os desempregados existam e possa ser vistos quando olhamos ao nosso redor dentro da sociedade. De acordo com as autoras o desemprego está relacionado a um conjunto de operações – cognitivas e de linguagem – de classificação e de categorização. Para Guimarães e Hirata (2006) a produção de números é uma forma hegemônica de tratar o desemprego.

Os estatísticos trabalhando para produzir indicadores de medida e nomenclaturas – por exemplo, por meio das conferências do Baureau Internacional do Trabalho, que desemboca na definição de uma norma internacional, ou das recomendações de Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) relativas ao registro e à contabilização das demandas de emprego – e os sociólogos interessando-se pelas maneiras de vivenciar o desemprego, pelos significados subjetivos da condição de desemprego [...] Desde o início dos anos de 1960, Raymond Ledrut via o caráter disparado e limitado dos materiais estatísticos sobre as populações de desempregados uma das maiores dificuldades de uma sociologia do desemprego, para a qual ele lançava aos fundamentos, pois “os dados econômicos e demográficos constituem [...] a base de um estudo sociológico do desemprego”. Sem convenções simples, que permitissem a produção de dados regulares e a construção de indicadores padronizados do desemprego (empregabilidade, vulnerabilidade, etc.), era impossível observar variações das formas de desemprego e compreender o que são os desempregados, qual é a sua unidade ou diversidade, em que medida eles formam um agrupamento social, etc. (GUIMARÃES; HIRATA, 2006, p. 25-26)

Assim, segundo as autoras (GUIMARÃES; HIRATA, 2006, p. 26), o crescente aumento do desemprego nos últimos anos, sobretudo ao longo da década de 1990, trouxe consigo novos desafios políticos e sociais, de forma que a produção estatística sofreu severa críticas que levaram ao desmoronamento da “ilusão das estatísticas”, ainda que sem romper totalmente com a representação do grupo fechado e delimitado que define os desempregados – através da descrição do número de desempregados e da delimitação de quem é, ou não, desempregado. Assim, a passagem do século XX para o século XXI também foi marcada pelos desafios relativos à codificação do desemprego, o que desencadeou no surgimento de uma nova categoria, “o desempregado moderno”, com causas econômicas e

também problemas industriais. De acordo com as pesquisas das autoras, pode-se dizer que o desemprego é um fenômeno histórico e social que pertencente a uma época e determinado lugar e é uma situação específica a certa condição socioeconômica: “aquela do trabalhador assalariado.” A categoria desemprego passou a substituir a qualificação “falta de trabalho” em decorrência da codificação da relação salarial. Ou seja, com base nas análises de Guimarães e Hirata (2006, p. 28) as análises históricas do final do século XIX apontaram não apenas como o desemprego é fabricado, mas também como este é codificado e inscrito dentro dos quadros normativos. A categoria do desemprego apareceu, desta maneira, como uma categoria assimilada, estabilizada e institucionalizada que adentrou as concepções comuns do trabalho e do emprego. (GUIMARÃES; HIRATA, 2006, p. 28-29)

De acordo com Pochmann (2001b, p. 41), concordando com Harvey (1993), a partir da década de 1970 surgiu um debate complexo sobre as implicações que houve no mundo do trabalho em função do novo paradigma técnico-produtivo e da competição acirrada nas economias avançadas. A mudança nas normas produtivas tradicionais e a crescente concorrência culminaram na transformação da estrutura econômica que desencadeou em uma nova composição do emprego. No final do século passado, o mundo do trabalho reproduziu as mudanças técnico-produtivas que se caracterizaram pela elevada concorrência da população ativa e o aumento da insegurança no emprego. Assim, a exigência de novos conhecimentos tecnológicos e científicos “[...] estariam associados às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional, maior capacidade motivadora e habilidades laborais adicionais no exercício do trabalho.” (POCHMANN, 2001b, p. 41) Tais requisitos profissionais, necessários para o ingresso e permanência do trabalhador no mercado competitivo contemporâneo, só poderiam ser alcançados através de maior grau de educação dos trabalhadores, de forma que estes precisariam de maior qualificação e treinamento – o que assegurou, e assegura, ao trabalhador maior condição de ingresso e permanência no mercado de trabalho. A transição do modelo de gestão fordista para as novas formas de gestão da mão-de-obra e organização da produção no final do século XX seria o resultado da “constituição de uma nova empresa, que operaria cada vez mais em rede, mais adaptada às crescentes variações do mercado voltada à diferenciação dos produtos,

num ambiente de acirrada e desregulada concorrência capitalista.” (POCHMANN, 2001b, p. 42)

Desta forma, a reestruturação do modelo produtivo caracteriza-se, também, pela difusão do novo padrão tecnológico que culminou na transição da mecanização e automação rígida – produção convencional – para a acumulação flexível – sistemas digitais, robôs, computadores associados às máquinas, etc. A fusão patrimonial, consequência da concentração e centralização do capital, culminou na propagação de novos critérios na oferta e produção de bens e serviços no que concerne à qualidade, bem como na diminuição dos custos financeiros e estoques e no aumento da taxa de ocupação e no controle dos meios de produção. (POCHMANN, 2001b, p. 42) Em virtude dessas mudanças, coube às empresas focalizar na produção e terceirizar as atividades que não fossem essenciais à área produtiva, para, assim, serem capazes de atuar no atual cenário fortemente competitivo e de grande instabilidade econômica. (POCHMANN, 2001b, p. 42-43)

Assim, o novo desenho empresarial se daria a partir do pressuposto da empresa enxuta e competitiva, com ampla integração nas fábricas, maior flexibilidade produtiva e inovadores processo produtivos (*just-in-time*, sistema de informação, células de produção e minifábricas). Apesar disso, não seria possível identificar, ainda, uma convergência clara em torno do novo modelo de organização e gestão de trabalho e, por consequência, das exigências de qualificação do trabalhador do século XXI. (POCHMANN, 2001b, p. 43)

Por conta das mudanças ocorridas no ambiente ocupacional – que desencadearam na necessidade de investimento na melhor preparação dos profissionais modernos através de investimentos na qualificação e educação destes – houve uma redefinição do conteúdo dos postos de trabalho, o que levou a uma nova base de conhecimento para a atividade laboral. (POCHMANN, 2001b, p. 43) A ausência dos novos requisitos de qualificação e educação reforçou o aumento do desemprego estrutural e da precarização dos postos de trabalho. Tais transformações na estrutura produtiva levaram a mudanças no número de postos de trabalho e empregados nos setores da economia brasileira.

Ainda segundo Pochmann (2001b, p. 77), o excedente estrutural de mão-de-obra em grande escala é uma das causas do desemprego na modernidade – iniciado no último quartel do século XX, caracterizado pela “mundialização” das

economias. Para o autor, as informações empíricas trabalhadas mostram que o desemprego aberto encontra-se cada vez mais presente nas economias não desenvolvidas, embora a maior evidência do desemprego aberto nos países pobres seja uma novidade, uma vez que na década de 1980 eram esses países que se caracterizavam por formas disfarçadas de desemprego e subemprego – trabalho precário, autônomo não remunerado ou sub-remunerado. Para Pochmann, a transformação que houve no tocante à composição do excedente de mão-de-obra afetou tanto as economias avançadas como as economias atrasadas. Enquanto nos países desenvolvidos o desemprego aberto, as ocupações precárias e sub-remuneradas ganharam importância, nas nações menos desenvolvidas o desemprego aberto passou a ser representado na geração do excedente de mão-de-obra. Contudo, tem sido decrescente a participação dos países desenvolvidos no desemprego mundial atualmente. Ressalta-se, no entanto, que de acordo com a teoria marxista, o excedente de mão-de-obra, ou exército industrial de reserva, não só é necessário ao funcionamento do sistema econômico como é inerente ao mesmo, perspectiva a qual se corrobora na dissertação. Pochmann (2001b) destaca que o desemprego é um problema na medida em que ele atinge patamares alarmantes nas sociedades capitalistas, sobretudo após a reestruturação tecnológica, de certa forma, coaduna neste sentido com a teoria marxista que considera que o excedente de mão-de-obra não deve exceder determinada “taxa”, para que o mesmo não seja nocivo ao sistema.

Até o final da década de 1970, as regiões mais ricas do mundo se caracterizavam por serem fontes de grandes difusões de emprego aberto no mundo. Estar empregado, segundo Pochmann (2001a, 2001b), é fundamental para a maioria da população, pois através do emprego, o indivíduo pode usufruir dos resultados produzidos. “Como se sabe, a ocupação representa para a maior parte da população a principal forma de acesso aos frutos do desenvolvimento das atividades produtivas.” (POCHMANN, 2001b, p. 78) Contudo, no final do século XX, a crescente e forte globalização das economias e a introdução de novas formas de produção desencadearam o aumento da mão-de-obra ociosa, em grande parte relacionada ao circuito da pobreza e exclusão social, destacando, a partir daí, o fenômeno do desemprego aberto na economia global. O processo narrado acima explicita como a mudança tecnológica de gestão empresarial e a crescente

globalização impactaram no aumento do desemprego, sobretudo estrutural, e da precarização dos trabalhadores.

3.4 A População Economicamente Ativa e o Excedente de Mão-de-Obra

Cada país possui um contingente de pessoas que faz parte das atividades de produção social, também conhecido como População Economicamente Ativa (PEA). Dessa forma, o grupo de pessoas ativas que extrapola as necessidades e exigências do processo de acumulação do capital é chamado de mão-de-obra excedente. O desemprego aberto é a explicitação desse excedente, enquanto a parte pouco perceptível é composta pelas diversas formas elementares de organização da produção e de sobrevivência da população ativa. (SINGER, 1971, SOUZA, 1980 apud POCHMANN, 2001b, p. 78)

Em síntese, o desemprego aberto, que corresponde aos trabalhadores que procuram ativamente por uma ocupação estando em condição de exercê-la imediatamente e sem desenvolver qualquer atividade laboral, indica o grau de concorrência no interior do mercado de trabalho em torno do acesso às vagas existentes. O subemprego e outras formas de sobrevivência respondem pela parte menos visível do excedente de mão-de-obra porque envolvem os trabalhadores que fazem “bicos” para sobreviver e também procuram por trabalho, assim como aqueles que deixam de buscar uma colocação por força de um mercado de trabalho extremamente desfavorável (desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento). Por isso, a tentativa de medir o excedente de mão-de-obra não se constitui uma tarefa simples. Embora desde a década de 1920 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) venha colaborando intensamente no esforço de definir os parâmetros fundantes das informações estatísticas sobre o mercado de trabalho em todo o mundo, constata-se que, ainda hoje, nem todos os países incorporaram, no mesmo grau, os conceitos e procedimentos estabelecidos internacionalmente pela OIT. (POCHMANN, 2001b, p. 78-79)

Segundo Pochmann (2001b), como já citado anteriormente, há que se destacar que existem diferentes formas de medição do excedente de mão-de-obra e, em função disso, há diferentes definições para o universo de desempregados em algumas regiões, ou países. Com relação aos tipos de metodologias adotadas no Brasil para medir este contingente, será abordada com maior acuidade no tópico 3.7 deste capítulo. O fato de não existir uma padronização universal da metodologia

utilizada nas pesquisas para medir o montante de desempregados desencadeia em uma maior heterogeneidade nas definições destes. O processo de reestruturação produtiva no Brasil gerou o agravamento do aspecto heterogêneo no que concerne o mercado de trabalho, o que tem acentuado a complexidade da análise do desemprego e suas causas na contemporaneidade. Contudo, conforme destacado por Pochmann (2001b), a dificuldade para medir o excedente da mão-de-obra não impede o exercício estatístico e analítico acerca da situação do desemprego no mundo, pelo contrário, há um grande esforço no sentido de obter mais informações acerca do desemprego mundial, possibilitando a reflexão sobre a situação atual do mesmo.

Conforme destacado na introdução da dissertação, o desemprego estrutural é o enfoque que norteia a presente pesquisa, por ser este mais contundente após a reestruturação tecnológica no Brasil. O que constatamos, com base nos estudos dos autores citados no texto, é que o processo de acentuamento da heterogeneidade no mundo do trabalho tem uma relação direta com o aumento do desemprego estrutural, que por sua vez, tem como efeito colateral o surgimento de diversos postos de trabalhos precários e menos complexos, sobretudo no setor de serviços e doméstico do país, para absorver a demanda de mão-de-obra excedente que tem crescido significativamente a partir dos anos de 1990.

Assim, o desemprego tem sido um dos grandes problemas sociais enfrentados pela humanidade nos últimos anos. (REINERT, 2001) Ainda que possa ter oscilado em alguns períodos, aumentando e diminuindo, em função de alguns fatores econômicos, a taxa de desemprego global continua em um padrão considerado elevado para muitos especialistas. Segundo Pastore (1997), a rigidez dos mercados de trabalho contribui diretamente para o crescente desemprego da mão-de-obra, de forma que para o autor uma solução para esse problema, ou mesmo uma forma de amenizá-lo, é a flexibilização das leis trabalhistas, uma vez que estas estimulariam as empresas a empregarem mais mão-de-obra. De forma contrária a Pastore, Pochmann (2001b) acredita que o número de emprego gerado através da flexibilização das leis trabalhistas seria insignificante, e o autor se baseia nas crescentes taxas de desemprego enfrentadas por todos os países de industrialização consolidada, inclusive os países em que se predomina a flexibilização nas relações de trabalho desde a década de 1970.

Contudo, a rápida expansão do comércio internacional, a ampliação da liquidez internacional e o crescimento tecnológico são três fortes características que marcaram o último quartel do século XX. (POCHMANN, 2001b) Concomitantemente a isso, a exaltação das políticas liberalizantes – desregulamentação dos mercados de capitais, financeiros e de trabalho e a mudança no papel do Estado na economia. – contribuíram para a acirrada competição intercapitalista, ainda que esse fator não tenha sido suficiente para dar maior dinamismo ao desenvolvimento da economia mundial. Acrescente-se a isso a globalização das economias que tem colaborado significativamente para agravar as desigualdades socioeconômicas mundiais. (UNCTAD, 1999 apud POCHMANN, 2001b, p. 80-81) Desta maneira, o mundo do trabalho passou a ser palco da acentuada repercussão do novo cenário na economia global, o que reforça o caráter heterogêneo destacado como característica neste cenário. O desemprego e a desigualdade salarial têm sido crescentes entre os países ricos e pobres, bem como no interior de cada nação, sobretudo nas economias não desenvolvidas, que são consideradas “grandes feiras internacionais” de economia em função da oferta da mão-de-obra a baixíssimo custo e, cada vez, decrescente. As mudanças que influenciaram diretamente no aumento do desemprego nos últimos anos não significam que esse fenômeno seja um problema recente na história, apenas ressaltam novos aspectos que levaram ao crescimento desse evento na sociedade. (POCHMANN, 2001b, p. 81)

Para uma População Economicamente Ativa estimada em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho em 3 bilhões de pessoas, havia cerca de 1 bilhão de trabalhadores vivendo com sua capacidade de trabalho subutilizada. Ou seja, 1 de 3 trabalhadores encontrava-se na situação de desemprego ou exercendo atividade de sobrevivência. Em síntese, condição disfarçada de desemprego (subemprego). Do total de pessoas que conformam o excedente mundial de mão-de-obra, cerca de 150 milhões de trabalhadores encontram-se na categoria de desemprego aberto, enquanto 850 milhões são considerados na condição de subemprego, exercendo atividade de sobrevivência, com jornadas de trabalho insuficientes e remuneração muito comprimida. Apesar de expressivo, o desemprego em massa na economia global não constitui uma novidade histórica, assim como a sua forte interface com a pobreza e a exclusão social. (POCHMANN, 2001b, p. 81-82)

De acordo com Pochmann (2001b, p. 82-83), concomitante com a evolução histórica de cada país, há três diferentes padrões de desemprego da população em idade ativa, conforme explicitado abaixo:

O primeiro padrão ocorre nos países com atividades econômicas concentradas no setor agropecuário, com a grande parte da população ativa concentrada no campo, envolvida em atividades simples, como de auto-consumo e exportação de matéria-prima e produtos alimentícios. Nesse caso, o desemprego aberto é inexpressivo em função das estratégias de sobrevivência que mascaram a escassez de ocupação para todos. Em função da reduzida renda *per capita* e das vias de auto-sustento no campo, há o aumento de ocupação por conta própria e dos postos de trabalho sem remuneração, que permitem o consumo alimentar básico através do cultivo da terra.

O segundo padrão de desemprego é referente às nações industrializadas que possuem a grande parte da população ativa alocada no meio urbano. Tais sociedades são mais complexas e possuem uma composição diversificada da cesta de consumo dos trabalhadores, além de uma renda *per capita* mais elevada. Por se tratar de economias urbanas, não há a possibilidade do uso do escambo para se ter acesso ao consumo, logo o emprego da mão-de-obra é uma contraprestação monetária e através dele o indivíduo tem condições de consumir na sociedade em que vive. Dessa forma, a ausência de emprego impede o acesso à renda e ao consumo de bens e serviços básicos. Interessante destacar que nas sociedades mais avançadas há mecanismos de proteção social que garantem a renda do cidadão e impedem o rebaixamento do padrão de vida do desempregado e sua exclusão social, enquanto nas sociedades pouco desenvolvidas muitas vezes o desemprego representa a drástica queda de vida e a consequente exclusão social do desempregado. As estratégias de sobrevivência, sobretudo nos países mais pobres, muitas vezes mascaram o desemprego, dificultando a comparação deste entre as nações ricas e pobres.

O terceiro padrão de desemprego refere-se às nações que, após o processo de industrialização, concentraram-se em desenvolver atividades de serviços modernos – setor terciário. Estabelecem-se como economias urbanas de alta renda *per capita* e representam um padrão de consumo altamente diversificado. Nessas sociedades, a jornada de trabalho pode ser reduzida, de forma que há condições de o indivíduo usar o tempo de não trabalho de forma mais intensa nas atividades

relacionadas a serviços de saúde, educação, turismo, entretenimento, dentre outros. A grande difusão dos mecanismos de transferência de renda assegura condições de emprego nos mais variados setores econômicos, tanto avançados tecnologicamente quanto mais tradicionais. Os fundos públicos dão subsídio à grande parte da população inativa de forma que o padrão de desemprego pode ser contido de forma civilizada e intencional. Ainda que tecnicamente o enfrentamento do excedente de mão-de-obra seja possível, vale destacar que ele depende das condições políticas adotadas em cada nação.

De acordo com Pochmann (2001b), as políticas neoliberais adotadas para conter o excedente de mão-de-obra nos países desenvolvidos na década de 1970, concentraram-se em atacaram o desemprego aberto através de medidas direcionadas ao interior do mercado de trabalho. Ou seja, tais medidas focavam a oferta da mão-de-obra visando à desvalorização do custo de contratação dos trabalhadores, bem como a desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização das leis trabalhistas. Assim, omitiu-se a responsabilidade das políticas macroeconômicas pelo excedente de mão-de-obra. Recentemente a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) admitiu a ineficácia de tais medidas, uma vez que se constata a permanência do desemprego nestes países e a crescente desigualdade entre renda e pobreza, sem contar com a contínua produção pela economia mundial de excedente estrutural de força de trabalho.

A quantidade de trabalhadores que faz parte do excedente mundial de mão-de-obra vem apresentando uma tendência de crescimento desde 1975. Naquela época a taxa de desemprego aberto foi estimada em 2,3% da População Economicamente Ativa mundial. Vinte e quatro anos depois, a taxa de desemprego aberto foi estimada em 5,5%. Ou seja, 2,4 vezes maior do que a taxa de desemprego aberto desde 1975. A elevação na taxa do desemprego mundial terminou por ocorrer de maneira mais concentrada nas nações não desenvolvidas do que nos países desenvolvidos. (POCHMANN, 2001b, p. 85)

De acordo com Pochmann (2001b, p. 86-87), a taxa de desemprego aberto tem aumentado consideravelmente ao longo dos últimos anos, mesmo nos países de industrialização consolidada, sobretudo a partir da mudança no setor produtivo e gerencial da década de 1970.

Em 1999 a taxa de desemprego aberto para as nações desenvolvidas era estimada em 6,18%, enquanto em 1975 era de 4,04%. Em 24 anos a taxa de desemprego aberto do conjunto de 141 países pesquisados aumentou 53%. (POCHMANN, 2001b, p. 86)

Nos países pobres, igualmente, houve um crescimento vertiginoso na taxa de desemprego aberto que aumentou 200%, passando de 1,79% em 1975 para 5,3% em 1999. Nessa mesma época, a taxa de desemprego aberto no Brasil aumentou 369,4%, o que significa 1,73% em 1975 para 9,85% em 1999. Em face desses números, fica claro que o aumento do desemprego requer igualmente medidas capazes de controlar essa situação, bem como estudos que apontem as causas do crescimento desse fenômeno no mundo. O excedente estrutural da mão-de-obra nos países não desenvolvidos aumentou a partir da década de 1970, pois, em 1999, o número de desempregados nos 141 países pesquisados foi estimado em 138 milhões de trabalhadores, ou seja, em 1975, 37,8 milhões de trabalhadores faziam parte do excedente estrutural de mão-de-obra. Mesmo nos países desenvolvidos, o número de desempregados aumentou 1,85 vezes, passando de 15,4 milhões de desempregados, em 1975, para 28,5 milhões no ano de 1999. Nas nações não desenvolvidas houve um crescimento de trabalhadores desempregados, passando de 22,3 milhões, em 1975, para 109,5 milhões em 1999, equivalente a 4,9 vezes de aumento. Tal panorama gerou modificações na divisão internacional do desemprego aberto. Tanto a participação relativa quanto a absoluta dos países mais pobres têm sido crescentes no tocante ao crescimento do excedente mundial de mão-de-obra. Só no ano de 1999 as nações não desenvolvidas foram responsáveis por 79,4% do desemprego aberto mundial, enquanto em 1975 esse percentual era de 59%. Em função disso, as nações desenvolvidas tiveram uma redução nas suas participações relativa de 41%, em 1975, para 20,6%, em 1999. (POCHMANN, 2001b, p. 86-87)

Em relação ao contexto internacional, com relação à divisão geográfica do desemprego aberto, o Brasil teve uma posição de destaque. “Entre os 141 países pesquisados, o Brasil apresentou a vigésima segunda maior variação no volume de desemprego aberto no período entre 1995 e 1999, com variação de 1134,23%.” (POCHMANN, 2001b, p. 86) A partir da recessão de 1981-1983, o desemprego aberto mundial no Brasil passou a ter maior representação do que na População Economicamente Ativa Global. Porém, de 1985 até 1991, o Brasil diminuiu a

geração de excedente de mão-de-obra, tanto que, em 1986, o país ocupava a décima terceira posição no desemprego mundial. Porém, a partir de 1991, tem sido crescente no Brasil a geração de excedente de mão-de-obra, chegando a representar 5,61% do total do desemprego aberto no mundo em 1999, ainda que contribuindo com 3,12% na População Economicamente Ativa global. (POCHMANN, 2001b, p. 88)

Ainda segundo Pochmann (2001b), o desemprego tem sido uma constante nas economias ao longo da história do capitalismo. Contudo, a dimensão do mesmo tem estado associada ao grau de desigualdade no acesso aos postos de trabalho pelo trabalhador. O desemprego pode se caracterizar ainda como friccional ou conjugal, o que significa dizer que tanto a desigualdade no acesso ao posto de trabalho como a seletividade na contratação patronal não são muito intensas, com relação aos tipos de desemprego será descrito com o vagar necessário nos tópicos 3.6 e 3.7 deste capítulo.

Em virtude do desemprego estrutural e de massa, a seletividade ao contratar e a desigualdade em relação ao acesso do trabalhador aos postos de trabalho se tornam bastante intensas, ratificando o que Harvey (1993), Castel (1998) e Pochmann (2001b) elucidam em suas obras quando apontam a discrepância entre as exigências atuais do mercado de trabalho e real qualificação, ou pouca qualificação, de boa parte do contingente de trabalhadores. Nos estudos de Pochmann (2001b), constatou-se que há diferentes modalidades de desemprego aberto que variam em função da sua manifestação. Por exemplo, a composição do desemprego por faixa etária é formada pelo segmento etário de 15 a 49 anos de idade. Interessante destacar que nos anos 1990 houve um acréscimo do número de desempregados com mais de 25 anos. Tal fato é perceptível nos países desenvolvidos onde 70% do excedente de mão-de-obra referem-se às pessoas com mais de 25 anos de idade. Já nos países não desenvolvido, 51% dos desempregados são pessoas com menos de 25 anos de idade. No Brasil, por exemplo, 54% dos desempregados pertencem à faixa etária abaixo dos 25 anos de idade. Ou seja, ao longo dos últimos anos, houve estudos que acompanharam a evolução do desemprego nos países pobres e nos mais desenvolvidos em função da faixa etária, gênero e setor econômico. No Brasil há significativas diferenciações nas formas de manifestação do desemprego aberto mundial. No que diz respeito ao excedente de mão-de-obra feminino, em 1980 equivalia a pouco mais de 1/3 da

população, porém, nos últimos anos, o número de mulheres desempregadas cresceu rapidamente para cerca de 48,3%. De modo geral, tem havido o crescimento de mulheres desempregadas nos países não desenvolvidos. Já no quesito referente aos setores econômicos na formação de estoque de desempregados, o setor terciário foi o que mais contribuiu para o crescimento do desemprego aberto mundial, mais evidenciado nos países desenvolvidos, em que 70% do excedente de mão-de-obra são decorrentes desse setor. Nos países não em desenvolvimento, Brasil, o setor industrial e agropecuário são os grandes responsáveis na geração do desemprego. (POCHMANN, 2001b, p. 89-94)

3.5 O Desemprego no Brasil na Década de 1990

No tocante às transformações econômicas houve grandes expectativas bastante positivas no Brasil dos anos 1990. Tais expectativas justificam-se, segundo alguns autores¹, em função do:

[...] sucesso do processo de reconversão econômica, que se caracteriza por uma nova etapa de crescimento sustentado e de inserção externa, marcada pela introdução de novos fundamentos competitivos e expressivos ganhos de produtividade do trabalho. (POCHMANN, 2001b, p. 61)

Tudo isso teve início durante o governo Collor através da Política Industrial e de Comércio Externo (PICE). Desde então, o país passaria a internalizar o novo paradigma técnico-produtivo que é decorrente da inovação tecnológica, da reorganização do trabalho e da gestão da produção.² Logo, assim que fosse superada a fase de ajustes econômicos em função da reconversão econômica, o nível de emprego no país voltaria a crescer, de forma que os problemas do mercado de trabalho se resumiriam apenas à precarização das ocupações geradas, à resumida qualificação profissional e à grande rotatividade da mão-de-obra. (AMADEO; VILLELLA, 1994; NAJBERG; VIEIRA, 1996; URANI, 1995) Em função disso, a intensificação da qualificação profissional passaria a ter papel

¹ Para maiores informações cf. Amadeo e Villela (1994), Franco (1995) e Bonelli (1996).

² Para a discussão sobre as possibilidades de difusão do novo paradigma técnico produtivo dos anos 90 cf. Erber (1991), Gytahy (1992), Humphrey (1993), Githay e Rabelo (1993) e Leite (1994).

imprescindível tanto para diminuir o desemprego como para elevar a qualidade dos postos de trabalho no país. (ANUÁRIO..., 1999; LEITE, 1994)

Contudo, a expectativa com relação ao aumento do nível de emprego no Brasil, através das medidas sugeridas, não ocorreu conforme se imaginou no período proposto, além de boa parte da mão-de-obra disponível não ter sido capaz de acompanhar as novas exigências do mercado e nem dos atuais modelos de gestão – sendo incapaz de reinserir-se de maneira competitiva no novo cenário do mercado de trabalho – o que desencadeou, assim, o aumento do desemprego estrutural no país.

A literatura internacional especializada faz referência às possibilidades de expansão das ocupações profissionais que utilizam maior informação, sobretudo aquelas sustentadas por exigências crescentes de escolaridade e qualificação profissional. Os perfis profissionais para o início do próximo século tenderiam a estar associados diretamente à crescente capacitação tecnológica. (POCHMANN, 2001b, p. 67)

No final dos anos 1970, também houve um diagnóstico favorável ao Brasil na difusão de novas tecnologias de base microeletrônica, contudo, ao longo da segunda metade da década de 1980 – em face da baixa *performance* da economia brasileira – percebeu-se o quanto as possibilidades de modernização do parque produtivo estavam longe da realidade do país. (POCHMANN, 2001b, p. 62-63) Não ocorreram significativos avanços na automação industrial, muito menos foram generalizadas as tentativas de introdução dos novos modelos de gestão da produção e de organização do trabalho. O que se constatou, no entanto, foi um cenário econômico identificado com “a década perdida”, com a utilização dos novos equipamentos concentrados em poucas empresas, em geral, as internacionalizadas. Assim como na década de 1980, verificou-se posteriormente a frustração das expectativas de modernização dos parques produtivos difundidos na primeira metade da década de 1990 no país, além da desestruturação da capacidade produtiva que impediu a percepção das reais possibilidades de difusão do então atual modelo técnico-produtivo da economia nacional. Assim, a década de 1990 caracterizou pelo crescente desemprego, contínua concentração da renda, aumento do endividamento interno e externo e inexistência de crescimento sustentado.

Desta maneira, durante a década de 1990, a economia brasileira passou por profundas modificações em função do aumento do desemprego nacional. Em princípio a temática que versa sobre o desemprego foi associada à estabilização monetária, à busca de competitividade empresarial à baixa qualificação da mão-de-obra e a rigidez do mercado de trabalho. (POCHMANN, 2001b, p. 95) Contudo, posteriormente, tais possibilidades foram descartadas diante da jornada do desemprego nacional, pois, mesmo diante de medidas voltadas para a flexibilização do mercado de trabalho e para a elevação da escolaridade e qualidade técnica do trabalhador, as taxas de desemprego assumiram proporções sem paralelo na história do país na desaceleração econômica posterior ao ano de 1997. Outro aspecto que preocupa é que ainda que o crescimento econômico possa sanar a alta taxa de desemprego conjuntural do país, no tocante ao desemprego estrutural, isso não é possível, uma vez que o trabalhador, neste caso, é substituído por processos produtivos mais modernos ou máquinas.

O desemprego atual ataca o tecido social brasileiro tal como epidemia, cuja complexidade da manifestação somente pode ser entendida pelo curso do amplo período de duas décadas de estagnação econômica e pela ação, desde 1990, de um novo modelo econômico de inserção internacional desfavorável ao desemprego nacional. (POCHMANN, 2001b, p. 95)

Pochmann (2001b, p. 97) elucida que, após a abolição da escravidão, o emprego assalariado ganhou impulso no país, sobretudo após a revolução da década de trinta do século XX. Dessa maneira, entre os anos de 1932 e 1980, o Brasil teve um dos mais bem sucedidos modelos de crescimento econômico nesse período, iniciado com a difusão do emprego assalariado. De modo geral, sempre que houve expansão da produção no país, houve igualmente a geração de empregos assalariados, sobretudo os formais. Com a diminuição da capacidade da economia brasileira se expandir, durante a década de 1990 houve algumas mudanças significativas na composição da ocupação total. Por exemplo, o fato de que durante a década de 1990, no Brasil, a cada 10 empregos criados, apenas dois eram assalariados e sem registro formal configurou o contexto ocupacional de maior difusão do número de postos de trabalho não assalariado. (POCHMANN, 2001b, p. 97) Tal desaceleração dos postos de trabalho assalariado formais denotou a profunda transformação na qualidade da ocupação gerada no país.

A constatação acerca da forte desaceleração dos postos de trabalho assalariado permite identificar uma profunda modificação na qualidade da ocupação gerada no país³. Ao se reconhecer que o emprego assalariado formal representa o que de melhor o capitalismo brasileiro tem construído para a sua classe trabalhadora, pois vem acompanhado de um conjunto de normas de proteção social e trabalhista, conclui-se que a sua redução absoluta e relativa nos anos 90 vem acompanhada do aumento de vagas assalariadas sem registros e de ocupação não assalariadas, implicando aumento considerável da precarização das condições e relações de trabalho. (POCHMANN, 2001b, p. 98)

Ainda de acordo com o autor (POCHMANN, 2001b, p. 98-99), a ocupação não assalariada também pode ser entendida como uma maneira de inserção no mercado de trabalho. No Brasil, por exemplo, o tipo de ocupação que mais se expandiu a partir dos anos 1990 é o trabalho por conta própria, ou autônomo. Este, em geral, se caracteriza pelas condições precárias de trabalho e pela baixa remuneração. A partir dos anos 1990, houve um aumento na precarização da força de trabalho do país em função do crescimento desse tipo de ocupação não assalariada. O aumento na relação produto-ocupação a partir da década de oitenta, concomitantemente à perda do dinamismo econômico do Brasil, acabou refletindo também na diminuição do potencial da geração de empregos assalariados de qualidade, com registro formal, bem como no aumento das ocupações não assalariadas, ou autônomas. Porém, na grande parte das vezes, as ocupações não assalariadas representam formas de produção e reprodução de sobrevivência, desabilitando, dessa forma, uma avaliação positiva sobre a qualidade nos postos de trabalho do país nesse período.

Caso a metodologia das pesquisas oficiais fosse mais rigorosa na apuração da qualidade dos postos de trabalho, possivelmente uma parcela considerável das ocupações não assalariadas poderia ser qualificada como forma disfarçada de desemprego e não ocupação propriamente dita. (POCHMANN, 2001b, p. 99)

A título de exemplificação, Pochmann (2001b) destaca que entre os anos de 1979 e 1993 a ocupação variou a uma taxa anual de 3%, onde tanto a indústria de transformação quanto o setor terciário contribuíram positivamente na geração de

³ De acordo com o Ministério do Trabalho em 1980 o Brasil possuía cerca de 23 milhões de trabalhadores assalariados com registro formal. No ano de 1993, passou para 25,5 milhões. No ano de 1999 a quantidade de assalariados com carteira assinada caiu para 22,3 milhões de trabalhadores.

vagas de emprego. Porém, já no período de 1993 a 1998, a ocupação teve o ínfimo aumento de 1,5% na média anual. Ou seja, somente a indústria de transformação foi culpada pelo desaparecimento de 1,4 milhões de postos de trabalho no país. Vale à pena destacar ainda que a falta de homogeneidade no tocante às metodologias adotadas para caracterizar e medir o desemprego no Brasil dificulta a sua identificação. A presença de três metodologias distintas na apuração mensal do fenômeno nas regiões metropolitanas acaba por produzir resultados diferentes, gerando confusão técnica e desorientação da opinião pública. De acordo com o referencial metodológico oficial do Brasil, que é realizado sob a responsabilidade do IBGE:

[...] considera-se desempregado apenas e tão somente o trabalhador que, além de ter procurado emprego durante o período de referência da pesquisa, se encontrava apto para o exercício imediato de uma vaga, sem ter trabalhado nem mesmo uma hora durante a semana da pesquisa. (POCHMANN, 2001b, p. 100-101)

Dessa maneira, percebe-se uma subestimação na identificação do volume de desempregados, pois o desempregado que porventura não procurou por trabalho no período da aplicação da pesquisa é classificado como inativo, enquanto o que exerceu algum trabalho por mais de 60 minutos durante a pesquisa, como lavador de carro, por exemplo, é considerado ocupado. Além do fato de que se um trabalhador considera-se autônomo, seja em que circunstância for, perde a possibilidade de ser classificado como desempregado, ainda que tal ocupação seja esporádica e totalmente incerta.

Em 1999 o Brasil país ficou em terceiro lugar no *ranking* mundial de desemprego com 7,6 milhões de pessoas sem trabalho⁴. Nesse *ranking*, o Brasil ficou atrás apenas da Índia, Indonésia e Rússia. Desde o início da década de 1990, o desemprego ganhou forte dimensão no país, ficando em 1994 entre os quatro países do mundo com maior número de trabalhadores desempregados.

Apesar de representar 3,1% da força de trabalho de todos os países, o Brasil possuía, em 1996, 6,6% do desemprego mundial. Mesmo tendo menos população que a China e os Estados Unidos, a quantidade de desempregados no Brasil foi maior em 1999. (POCHMANN, 2001b, p. 101)

⁴ Estes dados são de acordo com o IBGE e PNAD.

De acordo com as pesquisas, constata-se que até o final da década de 1980 o desemprego no Brasil não era alarmante, porém, a partir de 1990, o número de desempregados cresceu consideravelmente. Afora o volume de pessoas desempregadas no país, outro fato importante foram as profundas alterações na composição do fenômeno, que deixou de ser restrito a determinados grupos sociais. “O desemprego mudou de perfil, deixando de ser um fenômeno que atingia segmentos específicos da sociedade para se generalizar por toda a população ativa.” (POCHMANN, 2001b, p. 102)

Ao longo dos anos 1990, o aumento do desemprego no país teve como uma de suas conseqüência a pouca evolução dos postos de trabalho por causa da expansão da PEA.

Dos 13,6 milhões de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho nos anos 90, apenas 8,5 milhões obtiveram acesso a algum posto de trabalho, gerando um excedente de mão-de-obra de 5,1 milhões de desempregados. (POCHMANN, 2001b, p. 103)

Ou seja, apenas 62,5% das pessoas que se disponibilizaram a ingressar no mercado de trabalho brasileiro encontraram alguma vaga. Vale ressaltar ainda que a década de 1990 colaborou com o registro adicional de 567 mil desempregados. Outro aspecto interessante é o fato de o desemprego ser mais significativo para os trabalhadores com escolaridade entre 4 e 7 anos do que para as pessoas com menos de 1 ano de estudos. Tal situação revela muito sobre a natureza dos recentes postos de trabalho criados no país, mais relacionados às estratégias de sobrevivência do que à qualidade que propicia o advento da tecnologia nesse período. “Por estarem mais associadas ao baixo rendimento e a formas precárias de trabalho, tendem a ser justamente os trabalhadores com menos escolaridade os principais explorados dessas oportunidades ocupacionais.” (POCHMANN, 2001b, p. 105) O autor também designa tais ocupações como “categoria disfarçada de desemprego”. Ratificando esse fenômeno, em 1988, a taxa de desemprego das pessoas com mais de 8 anos de escolaridade foi 2,2 vezes superior à dos trabalhadores com pouquíssima escolaridade, caracterizando, ainda mais, a natureza intelectual do desemprego atual – diretamente vinculado à maior capacitação técnica e escolaridade.

3.6 Reestruturação Produtiva e Características do Desemprego no Brasil

De acordo com as pesquisas realizadas pelo DIEESE e IBGE, coadunando com estudos de Pochmann (2001b), constata-se que na década de 1990 o mercado de trabalho brasileiro tornou-se acentuadamente heterogêneo em função da discrepância de renda das famílias nas diferentes regiões do país, da desigualdade social, da expansão das jornadas de trabalho, das modificações na legislação trabalhista, da flexibilização do mercado de trabalho, do aumento do número de ocupações informais etc. Tais acontecimentos foram determinados principalmente pelo tardio processo de industrialização no Brasil que inicialmente se concentrou na região Sudeste do país e posteriormente expandiu-se para o sul, e só recentemente atingiu o Norte e o Nordeste. Com base nas informações coletadas no DIEESE, ao longo da década de 1990, constatou-se que o aumento do desemprego no Brasil acentuou a discrepância entre as rendas das famílias brasileiras nas diferentes regiões do país. Na década de 1990, o desemprego alcançou patamares recordes em todas as regiões em que a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) foi realizada. A PED é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente na região metropolitana de São Paulo desde 1984 em convênio com a Fundação SEADE e o DIEESE. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2005) Essa pesquisa ocorre atualmente em outras regiões do país – Distrito Federal, Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Belém – em parceria com órgãos públicos. A elaboração da metodologia da PED teve como objetivo exteriorizar o comportamento de um mercado de trabalho pouco estruturado, onde se verifica grande quantidade de mão-de-obra e uma estrutura produtiva caracterizada por significativas diferenças entre as empresas, em que cerca de apenas metade dos trabalhadores contratados possui garantias oferecidas pela legislação do trabalho, estando grande maioria dos mesmos submetida à jornadas de trabalho extensas, baixos salários e alta rotatividade. Os trabalhadores sem carteira assinada e o trabalho autônomo compõem significativa parte do montante de ocupados, em que a precariedade de inserção decorre da falta de acesso ao contrato formal de trabalho, da instabilidade de rendimentos e da descontinuidade da relação de trabalho. Nesse cenário, os mecanismos de proteção aos desempregados são demasiadamente limitados, em

termos de duração e valor do benefício recebido. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1993)

Dessa forma, se adotadas as noções usuais de emprego – exercício de qualquer atividade por no mínimo uma hora na semana da entrevista – e desemprego – ausência de trabalho combinada à procura e disponibilidade para trabalhar – a dinâmica desse mercado de trabalho não é captada de forma satisfatória. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2005) Dessa forma, a dicotomia emprego/desemprego aberto é insuficiente para descrevê-lo. Em face às limitações impostas às análises sobre o mercado de trabalho brasileiro através dos conceitos mais tradicionais, a PED desenvolveu indicadores mais adequados à situação do país, preservando a possibilidade de obter os indicadores frequentemente adotados em diferentes países. A maior amplitude metodológica da PED tem se mostrado bastante adequada à captação das mudanças em curso no país em face do processo de precarização do mercado de trabalho brasileiro que ocorre de forma acentuada a partir da década de 1990.

Os valores a seguir ilustram como o percentual da PEA e do desemprego variou nas seis Regiões Metropolitanas pesquisadas. Segundo Santos e Silveira (2010, p. 219) de acordo com dados obtidos no ano de 1999, houve aumento do desemprego em todo o Brasil. Só na região metropolitana de São Paulo chegou a quase 20% da PEA. Tal universo de desempregados era levemente menor ao total da PEA da região metropolitana de Belo Horizonte e maior em relação a PEA das regiões metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador e do Distrito Federal. Contudo, neste mesmo período, existiam índices de desemprego mais elevados do que os da metrópole paulista, como nas regiões metropolitanas de Salvador, com 24,5% e Recife, com 21,4%.

Novas formas técnicas e organizacionais, como a informatização e automação das tarefas tanto nas atividades agropecuárias quanto na indústria e nos serviços, os novos modos de circulação os atuais tipos de contratação e as políticas trabalhistas, conduziam, entre outros aspectos, a uma precarização das relações de emprego e a um aumento do desemprego ao longo dos últimos 15 anos. (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 220)

Com base nas pesquisas e análises feitas pelo DIEESE⁵, em 1999, apenas nas seis regiões onde esse levantamento foi realizado, 3.270.000 pessoas encontravam-se desempregadas, enquanto 12.905.000 encontravam-se ocupadas. Ou seja, quase um quinto da PEA dessas regiões não tinha emprego, sendo que boa parte desse grupo encontrava-se desempregado há mais de um ano. A parte da população que se manteve empregada, ou que conquistou uma nova ocupação, testemunhou suas condições de trabalho desvalorizando-se nesse mesmo período. A redução da importância do emprego industrial nas seis regiões pesquisadas, associada ao aumento do emprego doméstico e no setor de serviços – mais flexíveis e menos estruturados – são reflexos dessas mudanças ocorridas ao longo dos anos 1990 em decorrência da reestruturação tecnológica no Brasil.

A Tabela 1 a seguir tem a finalidade de ilustrar a distribuição de acordo com os setores de atividade econômica, por região metropolitana do Brasil, entre o período de 1989 e 1999 (em %).

⁵ Sobre essas pesquisas cf. as informações disponíveis em: <<http://www.dieese.org.br/esp/releaselivro.xml>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

Tabela 1 - Distribuição dos ocupados, segundo Setor de Atividade Econômica, por Regiões Metropolitanas - 1989-1999 (em %)

Setor de Atividade	São Paulo			Distrito Federal			Porto Alegre			Belo Horizonte			Salvador			Recife	
	89	98	99	92	98	99	93	98	99	96	98	99	97	98	99	98	99
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	33,0	19,8	19,6	4,3	3,9	3,8	24,2	18,9	19,0	16,1	15,3	14,4	8,3	8,0	8,1	10,0	9,3
Construção Civil	5,5	5,6	5,4	5,6	4,4	3,9	5,9	6,2	5,8	8,2	8,6	8,3	5,4	5,5	5,4	4,8	4,7
Comércio	14,8	16,7	16,1	15,2	14,8	14,2	16,3	16,8	16,9	15,1	15,3	15,0	17,9	17,0	15,9	20,7	21,5
Serviços	39,7	48,8	49,6	61,7	63,8	65,3	46,9	50,0	50,2	49,6	49,8	51,3	55,6	57,3	58,5	51,5	51,5
Serviços Domésticos	6,1	8,4	8,9	11,7	12,0	11,8	6,1	7,6	7,6	10,0	10,1	10,2	10,8	10,2	10,4	9,7	9,6
Outros	0,9	0,7	0,4	1,4	1,1	0,9	(1)	(1)	(1)	0,9	0,9	0,8	1,9	1,9	1,6	3,4	3,4

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/releaselivro.xml>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

Com base nos dados e pesquisas coletadas no DIEESE/SEADE, ilustrados pela Tabela 1, pode-se constatar que houve aumento do percentual de ocupados nos setores de serviços e serviços domésticos em quase todas as regiões metropolitanas onde foi aplicada a pesquisa ao longo da década de 1990, bem como um decréscimo significativos dos empregados no setor da Indústria, sobretudo nas regiões que há forte concentração de pólos industriais, como é o caso da cidade de São Paulo. No setor do comércio, a variação do percentual de alocados aumentou e diminuiu dependendo da região. Em São Paulo, Porto Alegre e Recife houve aumento do percentual de alocados no setor, já no Distrito Federal, Belo Horizonte e Salvador houve diminuição deste percentual no ano de 1999. No setor da construção civil houve leve oscilação no percentual de empregados em algumas cidades. Em São Paulo, os índices variaram pouco entre os anos de 1989, 1998 e 1999. Em Salvador, nos anos de 1997 à 1999, manteve-se praticamente o mesmo, aumentando em 1% e depois diminuindo o mesmo percentual posteriormente. Em Belo Horizonte, o percentual de alocados chegou a aumentar 1% no ano de 1999 em relação ao ano de 1996. Já no Distrito Federal, houve a mais significativa diminuição do percentual de alocados no setor da construção civil, passando de 5,6% para 3,9% entre os anos de 1992 e 1999. Curiosamente, a renda média dos trabalhadores do setor alocados no Distrito Federal é maior do que o dos

trabalhadores das demais regiões onde foi realizada esta pesquisa no período. Pode-se constatar, também através da Tabela 1, que embora o declínio do índice ocupacional se concentre na indústria, é justamente nas regiões mais industrializadas que esse declínio ocorre de modo mais contundente, notadamente em São Paulo, enquanto nos locais em que o setor industrial não é a alavanca da economia, como em Salvador, o comportamento dos dados é diferente - aumentando apenas 1% dos empregados no ano de 1999 em relação ao ano anterior. Evidencia-se que o processo de mecanização e robotização que decorre da reestruturação tecnológica afetou na quantidade de trabalhadores alocados em áreas onde ocorreu forte substituição da mão-de-obra por máquinas, ou processos produtivos mais modernos – caso das Indústrias.

No tocante à renda, as pesquisas elaboradas e analisadas pelo DIEESE⁶ mostram que esta teve comportamento negativo na década de 1990 no Brasil, não sendo capaz de acompanhar o aumento de produtividade da economia. Nem mesmo o poder de compra dos trabalhadores que viviam de seus salários se manteve. De forma contrária, embora tenham existido alguns momentos de recuperação nessa época, o período caracteriza-se pela diminuição do poder aquisitivo de todos os que têm no trabalho a sua fonte de renda. Vale a pena destacar que essa queda do poder de compra já vinha ocorrendo desde a década de 1970.

A Tabela 2 ilustra o rendimento mensal médio, o nível de ocupação e a massa de rendimentos dos ocupados ao longo da década de 1990 na região metropolitana de São Paulo.

⁶ Cf. as informações disponíveis em: <<http://www.dieese.org.br/esp/releaselivro.xml>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

Tabela 2 - Rendimento mensal médio, nível de ocupação e massa de rendimentos dos ocupados Região Metropolitana de São Paulo - 1989-1999 (Valores em reais de janeiro/2000)

Anos	Rendimento Médio Mensal(1)		Ocupados com rendimento		Índice da Massa de Rendimentos (2) e (3)
	Valor em R\$	Índice (2)	Milhares de Pessoas	Índice (2)	
1989	1.079	100,0	6.192	100,0	100,0
1990	937	86,8	6.208	100,2	87,1
1991	801	74,2	6.413	103,6	76,9
1992	719	66,6	6.337	102,3	68,2
1993	807	74,8	6.494	104,9	78,4
1994	862	79,9	6.599	106,6	85,1
1995	971	90,0	6.860	110,8	99,7
1996	968	89,7	6.925	111,8	100,3
1997	970	89,9	6.964	112,5	101,1
1998	938	86,9	6.899	111,4	96,8
1999	886	82,1	6.950	112,2	92,2

Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Convênio DIEESE/Seade. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/releaselivro.xml>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

A contínua desvalorização do salário mínimo – instrumento de regulação do mercado de trabalho – e a falta de política de valorização do mesmo desencadearam na manutenção de grandes contingente da população levado à pobreza e exclusão social. De acordo com o DIEESE⁷, mesmo os indivíduos que se mantinham alocados – empregados – faziam parte de um grupo cada vez mais numeroso de pessoas em condições de vida precária. Ao longo da década de 1990 o salário mínimo perdeu 34,52% do seu valor.

Ratifica-se, assim, uma das principais características desse período: aumento da desqualificação da mão-de-obra, a desvalorização do salário mínimo e a crescente precarização dos postos de trabalho com tarefas cada vez mais simples e mal remuneradas, contrapondo-se à existência de um contingente cada vez menor de trabalhadores bem qualificados e bem remunerados que atuavam em cargos melhores e possuíam empregos estáveis, os quais conseguiram acompanhar as

⁷ Cf. as informações disponíveis em:<<http://www.dieese.org.br/esp/releaselivro.xml>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

exigências dos novos modelos de gestão e qualificação do cenário que surgiu após a reestruturação econômica. Mais uma vez, verifica-se que o desemprego estrutural foi responsável pelo crescimento do montante de trabalhadores desqualificados e subaproveitados alocados nos chamados subempregos, contribuindo, assim diretamente para a precarização dos postos de trabalho no período. (POCHMANN, 2001b)

A mudança de paradigma entre as relações de trabalho, com empregos em tempo integral e de longa duração – protegidos pela legislação e contatos acordados por sindicatos – passou por uma implacável destruição que desencadeou no aumento da insegurança no emprego. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1993) O novo paradigma que se construiu ao longo dos anos 1990 teve a ver com o crescimento dos vínculos empregatícios vulneráveis e sem proteção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a expansão da massa de trabalhadores informais e autônomos – que operam seus cargos, ou funções, de forma precária – e o aumento do emprego doméstico e de ocupações de crianças e idosos.

Outro aspecto testemunhado coma reestruturação tecnológica no Brasil foi o crescimento da terceirização ao longo desse, o que, também, reforçou a precarização do trabalho em muitas ocupações no país. De acordo com Campos (2005), ao estudar o processo de terceirização no Brasil, constatam-se duas modalidades de terceirização. A primeira refere-se àquela identificada como parte do processo de reestruturação produtiva ocorrido em nível mundial, que se justifica pela busca da qualidade, produtividade e competitividade e que transfere as inovações tecnológicas e de políticas de gestão da qualidade para as empresas subcontratadas. A segunda modalidade, que é a predominante nas empresas do Brasil, sobretudo no período assinalado do estudo, é determinada basicamente pela redução de custos, e sua rápida e ampla adoção provoca uma evidente precarização das condições de trabalho e de emprego no país. Assim, grande parte dos estudos realizados em diversos setores e regiões do Brasil aponta esse processo de precarização das condições de trabalho, que desencadeia a desestruturação e a desintegração da força de trabalho. Estudos do DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1993) realizados com 40 empresas de vários ramos econômicos na região sudeste do país constatou que em 67,5% das empresas os níveis salariais das empresas

terceirizadas eram significativamente inferiores aos da empresa contratante. Em 72,5% dos casos, os benefícios sociais eram menores que os praticados pelas contratantes. A terceirização, neste caso, faz parte da segunda modalidade de terceirização que mais cresce no Brasil, de acordo com Faria (1994). Ou seja, a menor segurança no trabalho, que foi constatada em 32% das empresas pesquisadas, por exemplo, evidencia a precarização das condições de trabalho e de emprego em decorrência da terceirização no Brasil.

3.7 Os Tipos de Desemprego e suas Características

Como já foi dito anteriormente, cada país possui traços sociais, institucionais e econômicos que diferenciam o mesmo dos demais. (GOBATO; SANTOS, 2010) Assim, ao tentar descrever a situação em vigor, faz-se necessário descrever qual método estatístico escolhido a fim de obter as informações a serem utilizadas, pois as mesmas tanto podem estar embasadas de forma coerente com a realidade do país, como se sustentarem em conceitos usados em outros países como parâmetros.

A existência de taxas de desemprego com critérios tão distintos no Brasil resulta do fato de as pesquisas da PED, da Fundação SEADE e do DIEESE, e PME do IBGE – utilizarem conceitos e metodologias diferentes para expressar os tais traços característicos da forma de organização, funcionamento e das taxas de desemprego do mercado de trabalho brasileiro. (GOBATO; SANTOS, 2010)

De acordo com o IBGE, desempregada é toda pessoa com 16 anos, ou mais, que durante a semana em que se fez a pesquisa tomou medidas para procurar trabalho ou que procurou estabelecer-se durante a semana precedente. (MOCHON; TROSTER, 1994 apud ROSSI; OLIVEIRA, 2005) O DIEESE, diferente do IBGE, utiliza um prazo de trinta dias e inclui o chamado desemprego oculto, representado pelo trabalho precário e desalento. Dessa maneira, o percentual de pessoas desocupadas em relação ao total da população Ativa (PEA), que são as pessoas ocupadas mais os desempregados, define a taxa de desemprego. Para definir o desemprego faz-se necessário conhecer as nuances de suas medidas. Cada fonte estatística tem seu conceito, que pode ser incompatível e, assim, incomparável com outra fonte. Tais medidas geralmente são escolhidas com base em critérios de conveniência. Enquanto o DIEESE define o desemprego de maneira mais ampla,

uma vez que contempla os empregados precários, o emprego aberto e os desalentados, o IBGE apenas se concentra no critério do desemprego aberto. As especificidades culturais, institucionais e econômicas, muitas vezes incomparáveis, interferem nas taxas internacionais de desemprego, logo, tudo o que os números indicam é a variação do fenômeno do desemprego, sua natureza e estrutura. (ROSSI; OLIVEIRA, 2005)

A Tabela 3 abaixo ilustra a divergência de dados em face da metodologia aplicada ratificando o que foi explanado acima. (GOBATO; SANTOS, 199-)

Ano	IBGE(%)	SEADE-DIEESE (%)
1980	7,20	-
1981	7,25	-
1982	5,98	-
1983	6,79	-
1984	6,80	-
1985	5,02	12,5
1986	3,34	9,8
1987	3,76	9,0
1988	4,02	9,7
1989	3,44	8,8
1990	4,55	10,0
1991	5,52	11,6
1992	6,51	14,9
1993	5,73	14,7
1994	5,41	14,3
1995	5,17	13,2
1996	6,72	15,1
1997	7,15	16,0
1998	9,41	18,3

Fonte: Gobato e Santos (199-)

Desde 1985, quando a metodologia do SEADE – DIEESE passou a ser aplicada, na região metropolitana de São Paulo, podemos constatar que o percentual de desempregados é significativamente maior com relação à metodologia adotada pelo IBGE. Assim, saber qual metodologia está sendo aplicada para calcular o percentual de alocados faz-se imprescindível, pois, em função da metodologia usada obtêm-se resultados distintos acerca de uma mesma realidade. A metodologia

adotada pelo SEADE – DIEESE é a que baliza os argumentos da presente dissertação em relação à definição de desempregado no Brasil.

3.7.1 Friccional, Conjuntural e Estrutural

De acordo com a teoria econômica mais tradicional, há três tipos de desemprego, a saber: (ROSSI; OLIVEIRA, 2005)

- a) Friccional;
- b) Conjuntural;
- c) Estrutural.

Embora já tenha havido um esboço superficial, ao longo da dissertação, sobre os tipos de desemprego, este tópico propõe-se em esclarecer as nuances que desencadeiam cada tipo de desemprego e suas causas, bem como reforçar como o desemprego estrutural é o mais complexo e delicado em ser tratado. Vale reforçar que a perspectiva que norteia a dissertação esta embasada no desemprego estrutural, sobretudo por este se mostrar mais contundente e intimamente ligado à reestruturação tecnológica.

A ausência de transparência do mercado de trabalho, associada à informação incompleta que os agentes têm, desencadeia uma determinada forma de desemprego, que em geral é de curta duração, chamada friccional, ou seja, é quando existe a vaga e o candidato adequado à mesma, porém ambos não se encontram por falta de comunicação adequada, ficando a vaga vazia e o candidato frustrado. Para solucionar esse impasse, faz-se necessário que haja informação abundante através dos meios de comunicação, lugares públicos, bancos de empregos etc. O desemprego conjuntural está ligado a fases de recessão da atividade produtiva. Na década de 1980, testemunhou-se a ausência de investimentos provocarem uma espécie de desemprego duradouro, onde existia conflito entre objetivos de curto e longo prazos. (ROSSI; OLIVEIRA, 2005) Contudo, a forma de desemprego mais resistente está ligada a um descompasso entre a estrutura qualificada da mão-de-obra necessária e da força de trabalho disponível, que muitas vezes é desqualificada e sem a habilidade necessária para ocupar a função disponível no mercado de trabalho. Esse terceiro tipo de desemprego é

conhecido também como estrutural. Ou seja, após a reestruturação do sistema produtivo na década de 1970, esse fenômeno – discrepância entre mão-de-obra necessária e o tipo de qualificação disponível no mercado – tem sido mais frequente no mundo do trabalho em face das mudanças no modelo de gestão, da inserção e crescimento da robotização das tarefas, do avanço tecnológico no mercado de trabalho etc. A curto e a longo prazos, essas três formas de desemprego misturam-se e confundem-se. A longo prazo, pode-se dizer que a pior forma de desemprego – estrutural – resulta na defasagem entre a evolução da tecnologia e o ensino. A incapacidade, ou inabilidade, do empregado em desempenhar as funções exigidas pelo mercado por causa do avanço tecnológico geram essa situação, restando-lhes a execução de tarefas simples, rotineiras e precarizadas para desempenhar, ilustrando, assim, a dicotomia presente no mercado de trabalho – o que destaca e acentua o caráter heterogêneo do mesmo no Brasil – sobretudo ao longo da década de 90. (ROSSI; OLIVEIRA, 2005) Ao falar sobre o desemprego e suas categorias, faz-se necessário explicar quais tipos de desemprego existem e as suas causas. Contudo, o desemprego estrutural tem sido bastante contundente e agressivo após a reestruturação do sistema produtivo, motivo pelo qual o mesmo baliza a perspectiva de argumentação da presente dissertação.

Dessa maneira, preparar o aspirante ao mercado de trabalho para lidar com uma tecnologia cada vez mais complexa e em constante evolução é condição essencial para ter acesso ao mercado de trabalho. Tal condição obriga grande parte dos atuais trabalhadores a mudar seu modo de trabalhar por causa do progresso técnico inserido na produção. Apenas uma minoria nesse cenário consegue desfrutar de um emprego estável em tempo integral, durante o ano todo e toda a vida ativa, pois a maioria dos ativos acaba ocupando funções temporárias, precárias e irregulares em tempo parcial e falsamente independentes. É importante destacar que, enquanto as empresas tornam-se mais modernas e com tecnologias mais complexas, são imprescindíveis maior condição técnica e pessoal para lidar nesse contexto. Em virtude disso, mais pessoas são consideradas desqualificadas para vários cargos abertos nas empresas. (ROSSI; OLIVEIRA, 2005)

Em síntese, percebe-se a controvérsia entre as taxas de desemprego no país e as qualificações técnicas exigidas, bem como o perfil da educação, sobretudo nos últimos anos da década de 1990. Percebe-se que a globalização e o surgimento de

novas tecnologias levaram ao aumento do desemprego e à diminuição de postos de trabalho em alguns setores da economia brasileira.

4 COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO EM TRÊS SETORES DA ECONOMIA BRASILEIRA

O presente capítulo abordará como a reestruturação produtiva, ocorrida na década de 1990, incidiu diretamente no recrudescimento do desemprego, bem como no comportamento dos seguintes setores da economia brasileira: supermercadista, construção civil e indústria siderúrgica. Para tanto, faz-se necessário explanar sobre a caracterização da PEA no Brasil, ao longo do período assinalado, e a distribuição da PEA por setores de atividade no país, destacando e ilustrando como a divergência metodológica afeta a composição da PEA em cada região.

4.1 Caracterização da Pea no Brasil na Década de 1990

Para o IBGE e a Fundação SEADE, a taxa de desemprego corresponde à percentagem de pessoas desocupadas em relação ao total da População Economicamente Ativa (PEA). Dessa maneira, para falarmos sobre o desemprego e o montante da população que vivencia o fenômeno, temos que entender qual parcela da população compõe o grupo de desempregados com base no entendimento e definição da chamada população economicamente ativa do país. De acordo com o IBGE, em 1991, o Brasil possuía 147,4 milhões de habitantes, dentre os quais 113,6 milhões de pessoas tinham 10 anos ou mais de idade, ou seja, integravam a chamada população em idade ativa. (MENEZES, 2007)

De acordo com Menezes (2007), a população do Brasil é muito grande em números absolutos, porém, em valores relativos, ela é inferior à de muitos países, sobretudo os desenvolvidos. Nos países desenvolvidos, apenas por volta dos 15 anos uma pessoa é considerada economicamente ativa, de forma que, se no Brasil houvesse esse limite de idade, o percentual de ativos seria consideravelmente menor. A Tabela 4 abaixo mostra o percentual de ativos em alguns países no início da década de 1990.

Tabela 4 - População ativa (1991)

País	Milhões de habitantes	População jovem (0 a 14 anos) em %	% de ativos
Japão	123,9	18,1	52,5
EUA	252,7	21,5	50,0
França	56,6	19,9	43,0
Coréia do Sul	43,3	25,1	42,7
Brasil	147,4	34,5	36,6

Fontes: O Mundo Hoje, 1993; Banco Mundial/FGV, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1993 (apud MENEZES, 2007)

Conforme ilustra a Tabela 5 abaixo, a população ativa do Brasil além de pequena tem baixa remuneração e pouca escolaridade. Apenas 19% do montante de ativos possui 9 ou mais anos de estudo, 18% é sem instrução ou possui até dois anos de estudos, enquanto 40%, possui apenas de 1 a quatro anos de escolaridade.

Tabela 5 – Grau de instrução das pessoas com 10 ou mais anos de idade

Sem instrução e menos de 2 anos de estudo	18,0%
De 1 a 4 anos de estudo	40,0%
De 5 a 8 anos de estudo	23,0%
9 anos ou mais de estudo	19,0%

Fonte: IBGE (apud MENEZES, 2007)

Com relação à distribuição da população economicamente ativa por regiões, podemos verificar que mais de 60% das pessoas residentes nas regiões sul e sudeste do Brasil compunham a população ativa do mesmo no início da década de 1990, enquanto menos de 40% do restante referente à população ativa encontrava-se nas demais regiões: centro-oeste, norte e nordeste do país.

Tabela 6 - Brasil: distribuição da população ativa por regiões (1991)

Região	População ativa	
	Número de pessoas (com 10 anos ou mais)	% do total nacional
Norte	1.983.422	3,0
Nordeste	17.231.677	27,0
Sudeste	29.601.295	46,0
Sul	11.043.014	17,0
Centro-Oeste	4.608.573	7,0
Brasil	64.467.981	100,0

Fonte: IBGE (apud MENEZES, 2007)

Os dados trazidos ajudam a ilustrar o cenário brasileiro no início da década de 1990 no tocante à População Economicamente Ativa do país – o grau de instrução da mesma e as regiões onde havia maior concentração de habitantes que se enquadram na definição. Vale a pena destacar que em função das diferentes idades

que uma pessoa é considerada economicamente ativa podemos ter índices bem distintos entre diferentes países. O Brasil, por exemplo, possui menos de 40% da população total, em relação a alguns países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos e Japão, que tinham, pelo menos, 50% da população situada no montante considerado economicamente ativo do país. Para conhecer a variação do desemprego, sua estrutura e natureza, no Brasil, ou em outros países, bem como alguns efeitos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho – como a precarização das tarefas e o crescimento da ocupação informal – é importante conhecer o montante da população que compõe a PEA e suas características, com, por exemplo, a constatação de que a população ativa do Brasil é relativamente pequena em relação a muitos países mais desenvolvidos que este, embora esses países tenham menor número de habitantes. Além disso, há a constatação de que a população economicamente ativa do Brasil é mal instruída, mal remunerada e de baixo preparo técnico.

4.2 Distribuição da População Economicamente Ativa por Setores de Atividade no Brasil

A população economicamente ativa está distribuída basicamente nos seguintes setores de atividade:

- a) Primário – agricultura, pecuária, caça e pesca;
- b) Secundário – indústrias de transformação, construção civil e extração mineral;
- c) Terciário – atividades ligadas à prestação de serviços: comércio, transportes, comunicações, atividades liberais, funcionalismo público, educação etc.

Segundo Menezes (2007), mais de dois terços da população ativa do Brasil estava concentrada no setor primário até o início da década de 40. Desde então, em face do processo de industrialização-urbanização, da mecanização do campo e do êxodo rural, percebeu-se acentuada e crescente a diminuição da população ativa do setor primário, em favor dos demais setores.

De acordo com o IBGE (MENEZES, 2007), a população ativa do setor primário diminuiu de 70,2% para 22,5% entre os anos de 1940 e 1991. Em

contrapartida, a população ativa dos setores secundário e terciário passou de 29,8% para 77,5%. Contudo, o significativo percentual de ativos no setor terciário não significa, necessariamente, que o mesmo cresceu tanto assim, mas, sim, que houve um forte efeito chamado de “inchação” no setor terciário, decorrente do chamado “empreguismo” – excesso de pessoas em órgãos públicos – e subemprego – comércio em semáforos, trabalho temporário etc. Ainda de acordo com o IBGE, sobretudo após a reestruturação do sistema capitalista que teve início na década de 70 nos países de industrialização consolidada, esse crescimento no terceiro setor foi ainda mais contundente. Segue Tabela 7 com a distribuição ativa por setores no Brasil, em %, da década de 1940 até o início da década de 1991.

Tabela 7 - Brasil: distribuição da população ativa por setores de atividade (%)

Setor	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Primário	70,2	60,7	54,0	44,2	29,0	22,5
Secundário	10,0	13,1	12,7	17,8	25,0	23,0
Terciário	19,8	26,2	33,3	38,0	46,0	54,5

Fonte: IBGE (apud MENEZES, 2007)

Podemos constatar que o percentual da população ativa no primeiro setor diminuiu cerca de 50% da década de 40 até o início da década de 90, enquanto os setores secundário e terciário foram os que mais cresceram ao longo desses anos, sobretudo os das atividades ligadas à prestação de serviços, ou terceiro setor.

Tabela 8 – Distribuição da população ativa por setores de atividades em três países (1991)

País	População ativa		
	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário
Etiópia	77,0	8,0	15,0
Brasil	22,5	23,0	54,5
EUA	2,9	25,3	71,8

Fonte: Adaptado do IBGE (apud MENEZES, 2007)

Percebe-se, com base nos dados acima, que a concentração de ativos nos setores secundário e terciário é proporcional ao desenvolvimento industrial e tecnológico dos países pesquisados. Isso explica o porquê da discrepância na distribuição da população ativa por setores, conforme mostra a Tabela 8 acima, como ocorre nos EUA com apenas 2,9% da população alocada no 1º setor enquanto na Etiópia 77% compõem o mesmo. Já no Brasil, 54,5% da população ativa concentra-se no 3º setor e 23% no segundo setor, enquanto nos EUA 71,8% da população ativa compõe o terceiro setor e 25,3% o segundo.

Os dados a seguir ilustram o comportamento da PEA ao longo da década de 1990 nas seis regiões metropolitanas normalmente usadas para pesquisas pelo IBGE. De modo geral, constata-se que do início ao fim da década de 1990 houve decréscimo da PEA em todas as regiões analisadas, ou seja, enquanto ao longo da década aumentou a quantidade de pessoas que se encontravam situadas no montante da população economicamente ativa, o percentual da mesma caiu em todas as regiões pesquisadas do país.

Quadro 1 - PEA por Região Metropolitana

MÉDIA	-- RJ	-- SP	-- PA	- BH	-- RE	-- SA	-- TOTAL
1991	-- 4.208.466	-- 6.885.836	-- 1.269.144	-- 1.426.707	-- 1.065.954	-- 992.087	-- 15.848.195
1992	-- 4.183.108	-- .938.833	-- 1.286.908	-- 1.425.139	-- 1.088.418	-- 1.009.493	-- 15.931.898
1993	-- 4.228.284	-- 6.936.090	-- 1.297.896	-- 1.466.221	-- 1.101.360	-- 1.026.800	-- 16.056.650
1994	-- 4.235.085	-- 7.094.547	-- 1.408.734	-- 1.528.699	-- 1.099.679	-- 1.065.000	-- 16.431.743
1995	-- 4.283.585	-- 7.282.190	-- 1.404.441	-- 1.599.872	-- 1.111.122	-- 1.073.470	-- 16.754.682
1996	-- 4.342.119	-- 7.603.345	-- 1.451.736	-- 1.642.070	-- 1.123.584	-- 1.110.754	-- 17.273.609
1997	-- 4.325.935	-- 7.598.853	-- 1.455.926	-- 1.735.468	-- 1.137.912	-- 1.114.136	-- 17.368.230
1998	-- 4.397.831	-- 7.705.368	-- 1.494.981	-- 1.773.822	-- 1.191.206	-- 1.122.102	-- 17.685.309
1999	-- 4.370.950	-- 7.758.947	-- 1.498.761	-- 1.773.232	-- 1.187.994	-- 1.131.236	-- 17.721.119
2000	-- 4.486.729	-- 8.046.757	-- 1.557.508	-- 1.869.405	-- 1.218.626	-- 1.210.921	-- 18.389.945

Fonte: Adaptado a partir dos dados da PME/IBGE. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt42/10_anexo01_populacao.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2010

Quadro 2 – Taxa de participação em % por Região Metropolitana

MÉDIA	-- RJ	-- SP	-- PA	- BH	-- RE	-- SA	-- TOTAL
1991	-- 57,52	-- 63,71	-- 61,64	-- 63,79	-- 55,68	-- 61,28	-- 61,07
1992	-- 55,75	-- 62,14	-- 60,50	-- 61,74	-- 55,25	-- 59,40	-- 59,50
1993	-- 55,42	-- 61,09	-- 59,88	-- 61,12	-- 54,44	-- 58,11	-- 58,73
1994	-- 56,35	-- 61,55	-- 61,34	-- 61,56	-- 53,09	-- 58,72	-- 59,30
1995	-- 56,02	-- 61,65	-- 61,37	-- 62,11	-- 52,78	-- 58,39	-- 59,28
1996	-- 55,85	-- 62,58	-- 61,92	-- 62,29	-- 52,12	-- 58,35	-- 59,64
1997	-- 54,96	-- 61,03	-- 60,99	-- 61,69	-- 51,53	-- 57,28	-- 58,53
1998	-- 54,97	-- 60,20	-- 61,03	-- 61,31	-- 52,90	-- 56,05	-- 58,18
1999	-- 53,90	-- 59,22	-- 59,79	-- 59,65	-- 51,63	-- 54,75	-- 57,06
2000	-- 54,40	-- 60,36	-- 60,65	-- 61,11	-- 51,66	-- 56,87	-- 58,02

Fonte: Adaptado a partir dos dados da PME/IBGE. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt42/10_anexo01_populacao.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2010

4.3 Comportamento do Desemprego em Três Setores da Economia Brasileira na Década de 1990

Os tópicos a seguir explanarão como o desemprego se comportou nos três setores da economia brasileira, que é foco do estudo em questão, além de demonstrar como a reestruturação tecnológica afetou cada um destes setores, bem como as suas principais características. A escolha destes setores se deu em face da relevância que os mesmos possuem na economia brasileira, além de sua importância na geração de empregos no país.

4.3.1 Efeitos da Reestruturação Produtiva nas Redes de Supermercados no Brasil na Década de 1990

De acordo com Parente (2000), o setor varejista resume-se às atividades que envolvem o processo de vendas de serviços e produtos que atendem às necessidades do consumidor final. O setor supermercadista é o que mais se destaca dentro do varejo. Um indicativo desta assertiva é que em no começo da década de 1980 o setor comercializava aproximadamente 75% dos produtos do mesmo e no final da década de 1990 passou a representar cerca de 86% do total das vendas

deste, ratificando a relevância econômica do setor no país. (FELIPE; SOUZA; VIEIRA, 2005)

Vários segmentos do comércio varejista passaram por um significativo processo de reestruturação desde o começo da década de 1990, sobretudo em função da abertura comercial no Brasil. Tais transformações forçaram à constante necessidade de investimento em tecnologias cada vez mais avançadas por causa do aumento da concorrência, interna e externa, exigindo transformações organizacionais e estratégicas em grande parte das empresas do setor supermercadista. De acordo com as pesquisas realizadas pelo DIEESE, (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997) em dez anos no Brasil, a partir do início da década de 1990, desapareceram cerca de 1970 mil postos de trabalho nos trezentos maiores supermercados do país. Nesse mesmo período, o faturamento e a produtividade por funcionário aumentaram entre 15% e 46%, respectivamente. Pode-se dizer que o aumento dos investimentos em automação comercial, o avanço tecnológico e as mudanças no modelo de gestão marcaram o setor neste período, bem como a ampliação das formas de crédito para o consumo. A Tabela 9 tem como objetivo ilustrar alguns índices, e como estes se comportaram, em face da reestruturação tecnológica nos treze maiores supermercados do país no período de estudo.

Tabela 9 – Perfil físico das treze maiores empresas de supermercados do Brasil nos anos de 1987, 1990 a 1996

Ano	1987	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Nº de lojas	4.949	4.949	4.042	3.548	3.440	3.430	3.140	3.059
Variação (%)		- 18,3	- 12,2	- 3,0	- 0,3	- 8,5	- 2,6	1,3
Área m ²	4120.950	4223.668	3952.970	3923.843	3935.540	3871.884	3905.340	3752.780
Variação (%)		2,5	- 6,4	- 0,7	0,3	- 1,6	0,9	- 3,9
Nº de check-outs (caixas)	40.943	42.463	39.597	39.517	39.939	39.295	39.369	36.648
Variação (%)		3,7	- 6,7	- 0,2	1,1	- 1,6	0,2	- 6,9
Check-outs/loja	8,3	10,5	11,2	11,5	11,6	12,5	12,9	11,8
Variação (%)		27,0	6,2	2,9	1,4	7,5	2,8	- 8,1
Área de venda(m ²)/loja	833	1.045	1.114	1.141	1.147	1.233	1.277	1.211
Variação (%)		25,5	6,6	2,4	0,0	7,5	3,5	- 5,2

Fonte: Adaptado da revista SuperHiper, abr. 1997 (apud DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997)

Conforme demonstrado na Tabela 9, as maiores redes de supermercados com atuação no país sofreram uma diminuição de 1.890 lojas no ano de 1996 em relação ao ano de 1987, o que equivale a uma queda de 37,4% no número de lojas no país. Porém, embora tenha havido uma redução significativa das mesmas em cerca de 10 anos, houve, por outro lado, o aumento da produtividade do setor no período em questão. Ainda de acordo com a Tabela 9, constata-se que embora a área em metros² tenha diminuído de 4120.950 metro² de 1987 para 3752.780m² em 1996, no mesmo período a área de venda por loja aumentou 378 metro², demonstrando um aumento da eficiência da utilização do espaço físico nos supermercados. Com base nas pesquisas coletadas no DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997), o auto-serviço é a principal característica do segmento - dispensando a necessidade de atendentes junto aos produtos – bem como a utilização de baterias de caixas registradoras em grande quantidade, *check-outs*, em que se realizam o pagamento e a embalagem das mercadorias compradas. Tais aspectos, concomitantes à inserção de modernas tecnologias e modelos mais flexíveis de gestão, contribuíram para o aumento do número de demissões e o agravamento do desemprego estrutural no setor. Em 1996, o número de *check-outs* encontrava-se em torno de 36.648

unidades, ou seja, aproximadamente 10,5% menor em relação ao ano de 1987, seguindo da redução no número de lojas e área de venda/loja. Vale destacar que apenas no ano de 1996 tanto o número de *check-outs* por loja quanto a relação área de venda por metro²/loja não são crescentes em relação ao ano anterior, porém, entre os anos de 1987 e 1995, os mesmos são crescentes em relação aos anos anteriores. Assim, no ano de 1996, os trezentos maiores supermercados contrataram aproximadamente 254.193 funcionários, ou seja, empregou 21,5% menos em relação ao ano de 1987. Ao longo da década de 1990 o setor chegou a eliminar cerca de 69.743 postos de trabalho. No ano de 1991 ocorreu a mais contundente queda de empregos no setor, quando foram demitidos 34.091 funcionários. DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997)

Tabela 10 – Evolução do emprego nas treze maiores empresas de supermercado no Brasil

Ano	1987	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Nº de empregados	323.936	308.012	273.921	267.667	282.129	278.550	273.929	254.193
Variação (%)		- 4,9	- 11,1	- 2,3	5,4	- 1,3	- 1,7	-7,2
Nº de empregados/loja	65,5	76,2	77,2	77,8	82,3	88,7	89,5	82,0
Variação (%)		16,4	1,3	0,8	5,7	7,8	0,9	- 8,4
Empregados/100 m ²	7,9	7,3	6,9	6,8	7,2	7,2	7,0	6,8
Variação (%)		-7,2	- 5,0	- 1,6	5,1	0,4	- 2,5	- 3,4
Empregados/check-out	7,9	7,3	6,9	6,8	7,1	7,1	7,0	6,9
Variação (%)		- 8,3	-4,6	- 2,1	4,3	0,3	- 1,8	- 0,3

Fonte: Adaptado da revista SuperHiper, abr. 1997 (apud DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997)

Conforme ilustrado pela Tabela 10, comparando-se o total de empregados com o número de loja, constata-se que no ano de 1996 cada estabelecimento tinha em média 82 funcionários. Dessa maneira, as lojas de supermercados são consideradas locais de grande concentração de trabalhadores. Para efeito de comparação, de acordo com o DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997), em 31 de dezembro de 1994, na indústria de transformação do Estado de São Paulo, o número médio de trabalhadores era de 31,4. Os dados agregados disponíveis no site do DIEESE

mostram que a combinação da área de vendas e do número de empregados desencadeou o decréscimo do número de empregados para cada 100 metros² de venda. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997) Entre os anos de 1987 e 1996 houve uma diminuição de 13,9% de funcionários por metro². Outra situação verificada é em relação ao número de empregados por caixa, entre os anos de 1987 e 1996 houve a redução de 12,3% de funcionários. Desta maneira, ao longo do período, ilustrado na Tabela 10, constatou-se que o faturamento dos supermercados foi alavancado pela redução do número de lojas, da área de venda por loja e do número de empregados. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997) Ainda segundo o DIEESE, o faturamento por caixa é outro aspecto que caracteriza o crescimento do setor, que se elevou em 28,4%, isso se deve às novas tecnologias adotadas, como código de barra etc. Esses dados, por si só, revelam o aumento na relação venda/funcionário em pelo menos uma função, o caixa. A diminuição de 4,6% do faturamento médio por loja, ocorrida em entre os anos de 1995 e 1996, não foi suficiente para impedir que o setor registrasse ganho de até 83,4%.

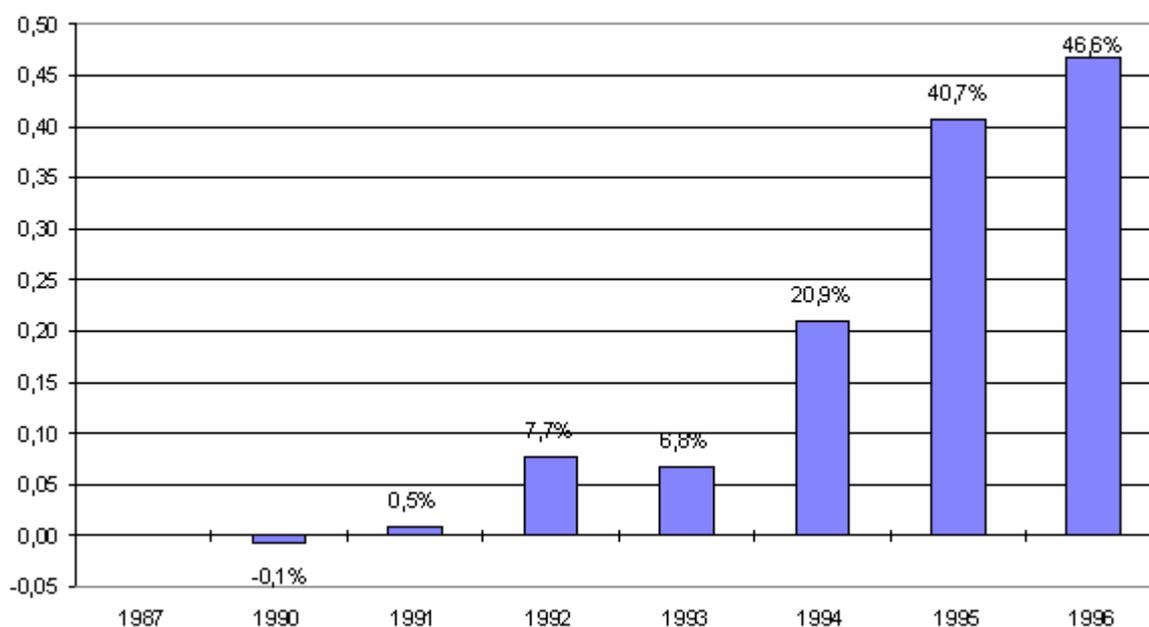
O segundo melhor resultado no balanço de 1987 a 1996 foi encontrado em relação ao faturamento por empregado – produtividade –, indicado pelo aumento de 46,6% no período. Nesse último ano, cada funcionário empregado nos trezentos maiores supermercados do país equivalia, aproximadamente, a um faturamento real de R\$ 124.952,00. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997) Tais indicadores atestam, portanto, que, tanto pelo prisma da estrutura – faturamento por área, loja, ou *check-out* -, quanto pelo quadro de trabalhadores – faturamento por trabalhador -, os maiores supermercados do país aumentaram significativamente seus índices de produtividade. A redução do número de funcionários desencadeou - além do crescimento do desemprego estrutural - o aumento da jornada de trabalho dos empregados.

Outra variável importante foi como a adoção de eficientes processos logísticos, de aquisição e distribuição dos produtos, foi sustentado e alavancado pela moderna tecnologia da informação. Tais fatores desencadearam impactos marcantes no nível de emprego do comércio e, por fim, nos supermercados. Há variados conceitos de produtividade e diversos critérios para mensurá-la, no caso

deste setor em questão a medida adotada foi a produtividade financeira. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997) O processo de competitividade no setor e a busca da eficiência por parte das empresas também levam ao aumento da produtividade que é inversa à evolução do nível de emprego entre os anos de 1987 e 1996 – a produtividade no setor cresceu 46% enquanto a ocupação caiu 21,5%. Assim, com base em todos os índices utilizados para mensurar a produtividade percebeu-se o aumento da mesma ao longo do período analisado.

O Gráfico 1 ilustra o comportamento descrito. Ou seja, como o desempenho individual do trabalhador contribuiu para alavancar o lucro do setor supermercadista.

**Gráfico 1 - Produtividade acumulada dos trezentos maiores supermercados
Brasil - 1987/1996**



Fonte: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (1997)

Os dados da Tabela 11 mostram a participação do salário médio no faturamento dos supermercados em São Paulo, nas grandes regiões e no Brasil. Na simulação a seguir foram usadas fontes de diferentes dados, o que pode levar à inconsistência, uma vez que as informações acerca do faturamento estão circunscritas às trezentas maiores lojas de supermercados enquanto as de salário médio referem-se a todos os supermercados que pertencem ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Contudo, não se pode ignorar que é uma

referência. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997)

Tabela 11 – Participação do salário médio no faturamento dos supermercados no ano de 1996

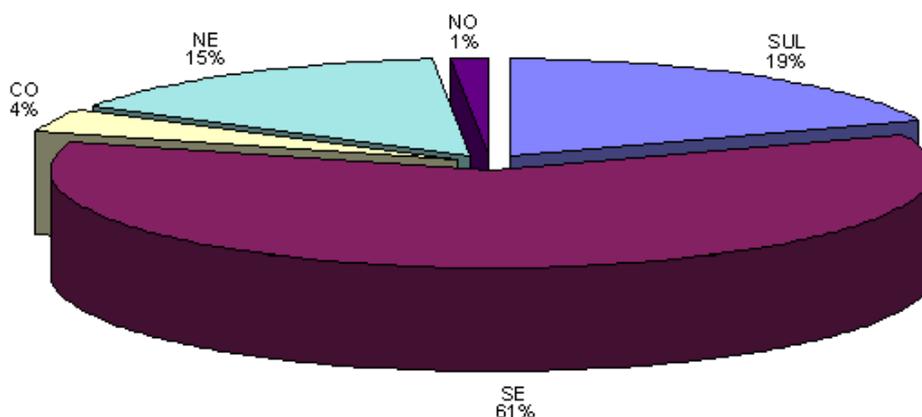
Estado/região	Salário médio (R\$)*	Nº de empregados	Faturamento (R\$)	Salário 1 X Faturamento
São Paulo	347,00	82.729	12816.332.694	2,91
Sul	293,00	57.995	6027.835.531	3,66
Sudeste (2)	263,00	58.124	6503.296.681	3,06
Centro-Oeste	242,00	8.197	1184.685.599	2,18
Nordeste	224,00	43.086	4806.628.830	2,61
Norte	233,00	4.062	423.579.262	2,90
Brasil	280,00	254.193	31762.358.597	2,91

Fonte: Adaptado do CAGED - Lei nº 4.923/65 Mtb/revista SuperHiper (apud DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997)

Os dados demonstram que em média os salários no faturamento do bloco supermercadista é muito pequeno. A maior parte das despesas do ramo está relacionada à compra de mercadorias. As margens de lucro alcançadas com a atividade fim não são das mais altas, uma vez que os acentuados ganhos decorrem do rápido giro de estoques, elasticidade do prazo para pagamento dos fornecedores, venda à vista, juros elevados nas vendas à prazo etc.

Há diferentes características no segmento de varejo alimentício do ponto de vista regional. Nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, está concentrada a grande parte das lojas de supermercados, contudo, existe uma considerável parcela dos estabelecimentos, de pequeno porte, que se distribuem entre o Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso. Outro fator percebido é que na região Sudeste concentra-se mais da metade das vendas, justamente onde há o maior número de supermercados, conforme ilustra o Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2
Faturamento dos 300 maiores supermercados por regiões do país-1996



Fonte: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (1997)

São Paulo, que faz parte da Região Sudeste, respondeu, no período analisado, por 66,3% do faturamento total dos supermercados, empregando 59% da mão-de-obra do setor. Considerado o quadro nacional no mesmo período o Estado foi responsável pelo emprego de 32,5% do total de trabalhadores e por 40,3% da receita total obtida pelo segmento, correspondente a R\$ 31,8 bilhões. (DIEESE, 1997)

A Tabela 12 ilustra um *ranking* nacional com alguns índices de desempenho do setor em por estado. Os trezentos maiores supermercados do país, que foram responsáveis por mais de 65% das vendas nesse ramo do comércio em 1996, empregavam 254.193 trabalhadores e possuíam um total de 3.100 lojas. Apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul responderam por aproximadamente 75% do total de trabalhadores nos supermercados. O Estado do Pará destaca-se por possuir o maior valor vendido por funcionário, R\$ 206.781,00.

Tabela 12 – Participação dos treze maiores supermercados no Brasil no ano de 1996

UF	Faturamento bruto 1996 (R\$)	(%)	Número de lojas	(%)	Número de Empregados	(%)	Faturamento (R\$) por empregado
SP	12.816.332.694	40,35	775	25,00	82.729	32,55	154.919
RJ	4.670.456.011	14,70	314	10,13	42.518	16,73	109.847
RS	2.904.124.007	9,14	324	10,45	28.811	11,33	100.799
PR	1.954.327.240	6,15	175	5,65	17.348	6,82	112.654
BA	1.692.805.706	5,33	606	19,55	18.151	7,14	93.262
MG	1.515.432.405	4,77	139	4,48	12.263	4,82	123.578
SC	1.169.384.284	3,68	302	9,74	11.836	4,66	98.799
PE	1.040.139.712	3,27	86	2,77	7.739	3,04	134.402
DF	543.812.189	1,71	32	1,03	3.431	1,35	158.500
RN	490.530.777	1,54	30	0,97	3.513	1,38	139.633
SE	395.499.173	1,25	43	1,39	3.687	1,45	107.269
CE	351.411.521	1,11	40	1,29	2.841	1,12	123.693
ES	317.408.265	1,00	33	1,06	3.343	1,32	94.947
GO	303.776.724	0,96	28	0,90	2.681	1,05	113.307
PB	281.784.993	0,89	24	0,77	2.105	0,83	133.865
AL	230.585.926	0,73	13	0,42	1.808	0,71	127.536
MA	192.015.745	0,60	29	0,94	1.849	0,73	103.848
MT	189.111.699	0,60	18	0,58	1.193	0,47	158.518
AM	171.642.657	0,54	27	0,87	1.701	0,67	100.907
MS	147.984.987	0,47	8	0,26	892	0,35	165.902
PI	131.855.277	0,42	28	0,90	1.393	0,55	94.656
RO	117.431.157	0,37	18	0,58	1.395	0,55	84.180
PA	105.044.503	0,33	3	0,10	508	0,20	206.781
TO	16.151.507	0,05	4	0,13	264	0,10	61.180
AC	13.299.438	0,04	1	0,03	194	0,08	68.554
TOTAL	31.762.348.597	100,00	3.100	100,00	254.193	100,00	124.954

Fonte: Adaptado da Revista SuperHiper (apud DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997)

De acordo com o DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997), o grupo francês Carrefour lidera o *ranking* nacional de supermercados. O faturamento bruto do Carrefour chegou a R\$ 4,9 bilhões no ano de 1996, O número de empregados alcançou 23.976, distribuídos por uma área total de venda de 450.348 metros², mantendo-se na segunda posição em termos de faturamento por empregado, com o valor de R\$ 204.246,00, atrás apenas do supermercado Cândia, em que cada empregado correspondeu a uma receita média de R\$ 304.559,00. A rede

Companhia Brasileira de Distribuição, ou Pão de Açúcar vem a seguir no *ranking* – exceto em número de lojas, em que é cinco vezes superior em relação ao seu maior concorrente. Assim, os grupos Carrefour e Pão de Açúcar são responsáveis por aproximadamente 55% das vendas globais na região de São Paulo e são consideradas as 30 maiores redes de supermercados com sede no Estado.

Segundo o DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997), o setor supermercadista brasileiro é um dos que mais crescem em vendas no mundo, acompanhando ou mesmo superando a expansão do PIB nos próximos cinco anos, cujas estimativas variam desde 2,5% até 4,5%, o que justifica a escolha deste setor na presente dissertação para verificar os efeitos da reestruturação produtiva e o comportamento do desemprego. Ainda de acordo com o DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997), vários segmentos do comércio varejista têm passado por um significativo processo de reestruturação ao longo dos anos 90. A abertura da economia brasileira, no início da década, e o aumento da concorrência, interna e externa, exigiram transformações organizacionais e estratégicas em considerável parte das empresas só do bloco supermercadista. A implantação do Plano Real, em julho de 1994, impulsionou o setor na busca pelo aumento de eficiência e disputa pelo mercado, indubitavelmente de consumidores das classes de renda C, D e E, nas quais há uma fraca demanda pela aquisição de produtos de primeira necessidade e de bens de consumo duráveis. No caso dos hipermercados, percebe-se um aumento da área de venda das unidades, que passaram a ter um formato semelhante ao das lojas de pulverização, redução de custos, departamentos etc. Com o aumento da concorrência dos hipermercados, os supermercados – a diferença entre os dois tipos de estabelecimento reside no número de caixas e no mix de produtos –, clubes de compras, lojas de conveniência etc., têm aumentado os investimentos em automação na área comercial e gerencial, promovendo mudanças de *lay-out*, expansão de marcas próprias e de financiamento ao consumidor, balem do aumento do mix de produtos disponíveis nas gôndolas etc.

Ainda de acordo com o DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 1997), Algumas tendências verificadas no setor decorrentes desse processo de reestruturação podem ser resumidas da seguinte forma: melhoria na qualidade do atendimento ao consumidor; ênfase treinamento; avanço da tecnologia da informação, maiores investimentos em

automação comercial; mudanças nos modelos gerenciais, profissionalização e gerência por categoria de produtos; ampliação das formas de crédito; otimização da área de vendas; estreitamento das margens de lucro; vendas por meio da rede mundial de comunicação – Internet.

Considerando-se as pesquisas feitas pelo Departamento Intersindical de Estudos Econômicos, com relação aos efeitos da reestruturação tecnológica no setor supermercadista ao longo do período analisado, concordamos que a inclusão de novas tecnologias e modelos mais avançados de gestão foi responsável direto pelo aumento da produtividade, bem como o agravamento do desemprego estrutural. Assim, como ilustrado na Tabela 1 - Distribuição dos ocupados, segundo Setor de Atividade Econômica, por Regiões Metropolitanas – 1989 -1999 (em %) - houve uma migração de profissionais entre setores da economia brasileira e consideramos que o setor supermercadista foi um dos que testemunhou tal migração de muitos destes profissionais para outros setores, testemunhando suas funções sendo substituídas por máquinas. Percebemos que o DIEESE enfatiza o aumento do número de demissões, bem como a diminuição de funções no setor, mas não faz uma correlação direta de que muitos destes profissionais, uma vez desempregados, voltaram ao mercado de trabalho através de ocupações mais precárias e instáveis. Outra questão que inferimos é que este novo universo de trabalhadores “desalentados”, e muitas vezes terceirizados, Pochmann (2001b), proveio de setores da economia em que houve forte robotização e inserção de máquinas que passaram a desempenhar a tarefa do trabalhador. Por fim, vale destacar que entendemos que o aumento da eficiência no setor teve como uma de suas causas a diminuição do espaço físico e do número de lojas, embora a área de venda/loja tenha aumentado, bem como uma distribuição logística que ajudou a otimizar este processo.

4.3.2 Efeitos da Reestruturação Produtiva na Construção Civil no Brasil na Década de 1990

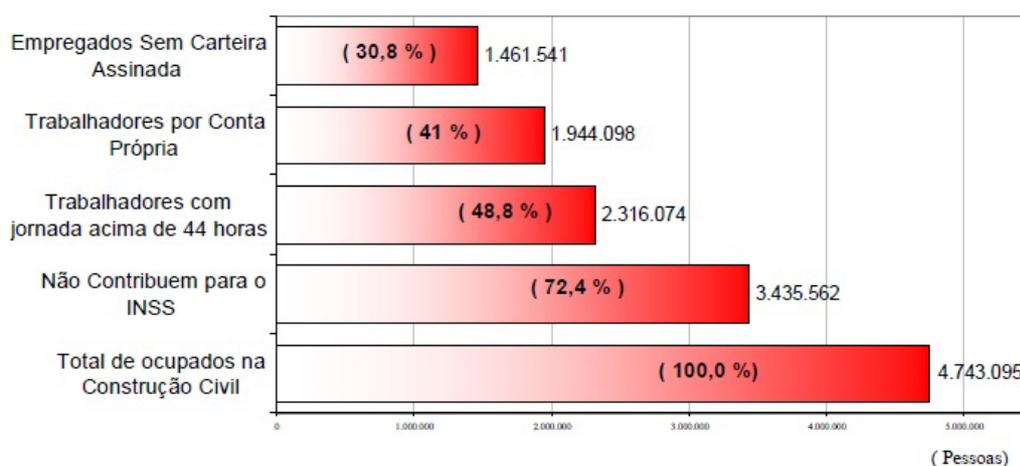
Com base na Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), foi a partir do início da década de 1950, em face do desenvolvimento econômico no Brasil, que a construção civil ganhou papel de destaque na economia do país. Tal cenário levou à busca de organização do setor através de uma entidade nacional

que defendesse seus interesses e proporcionasse sua ativa participação no desenvolvimento do país. A CBIC foi fundada em 1957 no Rio de Janeiro com este intuito. O setor da construção, propriamente dito, ou macro setor da construção – edificações, obras viárias e construções pesadas –, concomitante aos segmentos dos setores que fornecem equipamentos e matéria-prima para a construção e dos setores de distribuição e serviço ligados à construção pode ser ilustrada através de números. Assim, a participação do macro setor no PIB da economia brasileira no final da década de 1990 ficava em torno de 18%. Ou seja, em 1998, o setor da construção civil, isoladamente, contribui com aproximadamente 10% do PIB e acrescentou à economia do país um montante de R\$ 83 bilhões. De acordo com Pastore (1998 apud CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, 200-), cada 1% de acréscimo na infra-estrutura corresponde aproximadamente a 1% do PIB. E cada 1% do PIB corresponde a um crescimento de 0,5% de emprego. Assim, 1% de crescimento da infra-estrutura equivale a 0,5 % de crescimento de emprego. Outra característica do setor é seu baixo coeficiente de importação, que gira em torno de 2% de sua demanda total. Logo, o crescimento deste não gera pressão na balança comercial brasileira, nem no balanço de pagamento do país. Assim, além de não depender de financiamentos externos, os custos da construção em geral são equivalentes à taxa média da inflação no país. Desta maneira, conforme destaca Pastore (1998 apud CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, 200-), a construção nacional impulsiona a maioria dos segmentos produtivos no Brasil, além de justificar o termo de “[...] poderosa alavanca do desenvolvimento sustentado”. (TREVISAN, 1998, p. 17 apud CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, 200-)

As informações trazidas acima ratificam a importância do setor para a economia brasileira e justifica a escolha do mesmo para ilustrar o comportamento do desemprego no contexto da reestruturação tecnológica da década de 1990. Endossando o exposto, de acordo com o DIEESE (OS TRABALHADORES..., 2001), a construção civil é um setor que desempenha papel fundamental no universo produtivo da economia brasileira e no desenvolvimento da mesma. Com base nos dados extraídos pelo IBGE, relativos aos anos de 1998/99, verifica-se que só este setor responde por 10,3% do PIB nacional, coadunando com as informações obtidas na CBIC, e por 6,6% das ocupações no mercado de trabalho, afora as consequências positivas relacionadas à geração de empregos ao longo de toda sua

cadeia produtiva. Assim, para cada cem empregos diretos gerados na construção civil, outros 285 postos de trabalho são abertos em atividades ligadas a esse setor. Contudo, embora haja 4.700.000 pessoas alocadas na construção civil apenas 20,1% do total – são funcionários com carteira profissional assinada. Os demais ocupados na construção civil não possuem carteira assinada – 30,8% do total –, 41% do total fazem parte do montante de trabalhadores por conta própria e 3,7% do total fazem parte do montante de trabalhadores ocupados na construção de suas próprias casas, ou trabalhadores sem remuneração. Os empregadores correspondem a 4,3% do total de pessoas. Aproximadamente 72,4% do total dos trabalhadores na construção civil não fazem parte do grupo de contribuinte para a Previdência Social e, em sua maioria, têm jornada de trabalho que excede o limite de 44 horas semanais, além de ganharem menos de cinco salários mínimos. (OS TRABALHADORES..., 2001)

Gráfico 3 - Situação dos ocupados na Construção Civil – Brasil – 1999



Fonte: DIEESE (OS TRABALHADORES..., 2001)

Com base nos dados de 1999 obtidos na PED, realizada em seis regiões metropolitanas do Brasil – São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Distrito Federal – pelo DIEESE e Fundação SEADE/SP, em convênio com entidades regionais, a diferenciação regional dos rendimentos é uma das principais características do setor. (OS TRABALHADORES..., 2001) Por exemplo, em Recife, o rendimento médio de um empregado na construção civil é 43,7% menor do que no Distrito Federal e 45,1% menor do que em São Paulo. Outra característica da

Construção civil é a alta rotatividade, sendo que, em São Paulo, 52,8% dos empregados na construção civil não chegam a completar um ano na mesma empresa. Outra característica do setor é a grande concentração de trabalhadores mais pobres. Por exemplo, 11% dos desempregados na região metropolitana de Belo Horizonte têm experiência anterior de trabalho na construção civil e levam, em média, 40 semanas para encontrar outro trabalho. Assim, com base nos dados expostos ratifica-se a assertiva que afirma que os trabalhadores da construção civil compõem a base da pirâmide social.

Tabela 13 – Desempregados com Experiência Anterior e que tiveram a Construção Civil como último Trabalho e Tempo Médio de procura por Trabalho - Regiões Metropolitanas – 1998/1999

REGIÕES METROPOLITANAS	% DOS DESEMPREGADOS QUE VIERAM DA CONSTRUÇÃO CIVIL	TEMPO MÉDIO DE PROCURA POR UM NOVO TRABALHO
Belo Horizonte/MG	11,0%	40 semanas
Distrito Federal/DF	10,2%	70 semanas
Porto Alegre/RS	8,9%	37 semanas
Recife/PE	10,9%	33 semanas
Salvador/BA	10,6%	50 semanas
São Paulo/SP	8,3%	39 semanas

Fonte: DIEESE (OS TRABALHADORES...2001)

Como em outros setores da economia brasileira, alguns segmentos da construção civil vêm passando por significativos processos de reestruturação produtiva nos últimos anos. (OS TRABALHADORES..., 2001) Apesar do ritmo e velocidade dessas mudanças variarem nas diversas regiões do Brasil, é incontestável que um grande número de empresas passou a adotar novos métodos de construção, através da utilização de novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra.

A reestruturação produtiva na construção civil está mais ligada à utilização de novos materiais do que à introdução de novas máquinas. Vale destacar que as inovações tecnológicas na construção civil não excluem necessariamente materiais e sistemas de construção tradicionais, tais inovações propiciam uma maior flexibilidade a projetos. Outra forte característica verificada após a reestruturação

produtiva, que tornou-se contundente nas empresas nas últimas décadas, é a flexibilização dos contratos de trabalho e o aumento da jornada de trabalho. Esse processo, concomitante à crescente precarização das relações de trabalho e emprego, junto com a terceirização e subcontratação, estão presentes na grande maioria dos canteiros de obras. (OS TRABALHADORES..., 2001)

Ainda de acordo com o DIEESE, essa transformação na forma de organizar e gerenciar a mão-de-obra no Brasil associa a terceirização à redução de custos. A empresa contrata os subempreiteiros para deixar de arcar com o custo deste funcionário caso fosse contratado diretamente, além de terceirizar o risco do passivo trabalhista. Assim, o processo de terceirização, para os trabalhadores, significa precarização, diminuição da estabilidade e renda, além de enfraquecer a fiscalização dos respectivos sindicatos.

Embora, como constatado pela CBIC e DIEESE, a capacidade do setor da construção civil em gerar empregos no país seja significativa, sobretudo a partir da década de 1950 após o desenvolvimento econômico no país, verificamos que na década de 1990, no Distrito Federal, por exemplo, o setor teve significativo percentual de diminuição de empregados, conforme ilustra a Tabela 1 - Distribuição dos ocupados, segundo Setor de Atividade Econômica, por Regiões Metropolitanas – 1989 -1999 (em %) -. Contudo, nas demais regiões metropolitanas verificou-se que não houve significativos aumentos da taxa de empregados no período estudado. O que foi constatado pelo DIEESE (1993), e que verificamos através das obras de Pochmann (2001b), Castel (1998) e Harvey (1993), é que nas áreas, ou setores, em que há atividades que exigem menores qualificações técnicas houve aumento significativo de contratações temporárias ou terceirizações, sobretudo, para funções mais simples e rotineiras. Assim, verificamos ao longo dos estudos realizados que no setor da construção civil esta realidade é uma forte característica. Conforme constatado pelo DIEESE, o setor, ao final de década de 1990, possuía apenas 20% do montante de empregados com carteira assinada. Logo, nossa análise em torno da questão é de que embora o setor ainda seja, e tenha sido, responsável direto, ou indireto, na geração de empregos no país, o mesmo também é um dos responsáveis pelo aumento da precarização de postos de trabalho e, conseqüente, desqualificação da mão-de-obra, bem como na geração de subempregos e contratos temporários – além da alta rotatividade verificada no setor -, os quais não trazem os

benefícios e seguranças à grande maioria dos trabalhadores do setor. Assim, verificamos a desvalorização de boa parte da mão-de-obra alocada no mesmo.

4.3.3 Efeitos da Reestruturação Produtiva na Indústria Siderúrgica no Brasil na Década de 1990

De acordo com o DIEESE (BOLETIM DIEESE, 1999), a reestruturação da indústria iniciou nos anos de 1980 em meio a um cenário de crise econômica, caracterizado pela recessão e crescimento do desemprego. Na década de 1990, com a adoção de algumas políticas neoliberais – abertura comercial e internacionalização da economia – ocorreu a introdução de novos métodos de gestão da mão-de-obra e novas tecnologia, além da tentativa de desregulamentar o mercado de trabalho. Tais transformações, como já citadas anteriormente, tiveram como efeito colateral a precarização das relações de trabalho, o aumento do trabalho informal, bem como o crescimento do desemprego no país, contrastando com o aumento de produtividade na economia brasileira.

De acordo com pesquisas realizadas pelo DIEESE (BOLETIM DIEESE, 1999), o processo de reestruturação ocorrido nas indústrias siderúrgicas na década de 1990 teve como consequência direta a diminuição do emprego e o crescimento da produtividade. O setor siderúrgico tornou-se estratégico para o crescimento da economia neste século. Além do mais, este era um setor com alto índice de empregabilidade. O crescimento do setor foi contundente entre os anos de 1945 e 1979, enquanto a década de 1980 foi marcada como a fase de estagnação e adaptação - desencadeada pela desaceleração do crescimento econômico do país e pelo Estado impedindo as rápidas respostas que o mercado exigia das empresas. Só após a crescente privatização que teve início nos países de industrialização consolidada e, posteriormente no Brasil – mais precisamente ao longo da década de 1990 –, que a reestruturação do setor, de fato, começou. Essa se caracteriza pela concentração e internacionalização do capital e pelos grandes investimentos na tecnologia, buscando cada vez maiores índices de produtividade e a criação de novos produtos para nichos específicos. As mudanças tecnológicas tornaram o setor mais produtivo e lucrativo, contudo o mesmo passou a empregar menos mão-de-obra. De acordo com o DIEESE, a indústria siderúrgica tem grande importância na América Latina, e é um dos setores mais dinâmicos da região. O Brasil ocupa a

posição de 7º maior produtor mundial no mercado siderúrgico, passando a fazer parte do OCDE em 1996. Tais dados ratificam a relevância em pesquisar o comportamento do desemprego no setor e o impacto na reestruturação produtiva no mesmo.

Segundo o DIEESE (BOLETIM DIEESE, 1999), entre os anos de 1994 e 1997, a produção mundial teve o acréscimo de 48 milhões de toneladas além de uma taxa de crescimento anual de 2,1%. A América Latina teve um aumento maior, ou seja, de 2,6% ao ano. Com isso, a sua participação na produção evoluiu em nível mundial 0,4% entre 1994 e 1997. O Brasil foi o maior produtor da América Latina com 49% no ano de 1997, acompanhado do México com 27,01% e em terceiro lugar a Argentina com 7,96%. As principais empresas brasileiras não se concentraram no investimento para o aumento de produção, destinando-o principalmente à modernização e aumento de produtividade. Ainda com base no DIEESE (BOLETIM DIEESE, 1999), os investimentos verificados atualmente na indústria siderúrgica são influenciados pelo fenômeno da reestruturação do setor. A concentração industrial e a internacionalização são fortes características na reorganização do setor siderúrgico em todo o mundo, inclusive no Brasil. A reestruturação produtiva na indústria siderúrgica brasileira desencadeou impactos quantitativos e qualitativos consideráveis para os empregados do setor.

A Tabela 14 ilustra a queda no número total de trabalhadores entre os anos de 1989 e 1998 no setor. O total de trabalhadores na indústria siderúrgica brasileira no período teve uma redução de 60,22%, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS).

Tabela 14 - Efetivo Próprio em Exercício na Siderurgia Brasileira - 1989/1998

Efetivo	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total	132.928	111.898	102.367	93.594	87.012	82.459	75.457	65.227	60.425	52.879
Produção	103.407	87.775	81.728	76.685	71.804	68.460	63.408	55.294	51.005	44.831
Administração	27.073	22.3 95	19.912	16.496	14.978	13.516	11.813	9.632	8.902	7.774
Expansão	2.448	1.728	727	413	230	483	236	301	518	274

Fonte: IBS

Nota: Adaptado do DIEESE (BOLETIM DIEESE, 1999)

Podemos observar, com base nas informações acima, a significativa eliminação de postos de trabalho no setor dos trabalhadores alocados na área administrativa, onde houve redução de até 71,29% dos empregados entre os anos

de 1989 e 1998. Na área de produção, a diminuição da mão-de-obra foi de 56,65% neste período. Contudo, os empregados da produção aumentaram sua participação relativa de 77,79% em 1989 para 84,78% em 1998. Já os trabalhadores administrativos tiveram sua participação relativa reduzida em 20,37% no setor em 1989 para 14,70% em 1998. (BOLETIM DIEESE, 1999) Este comportamento nos leva a inferir que a diminuição da participação relativa ocorreu justamente com os trabalhadores alocados na área mais flexível do setor – administrativa – e justamente a que mais demitiu no período. Ou seja, consideramos que tarefas menos complexas tenham sido substituídas por máquinas que aperfeiçoaram os processos administrativos.

A Tabela 15 mostra que houve queda no número de empregados de empresas terceirizadas e que não ocorreu uma tendência significativa de sua maior utilização durante o período em questão.

Tabela 15 – Trabalhadores Terceirizados na Siderurgia Brasileira – 1989/1998

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total	34.486	19.765	19.133	16.113	14.516	14.955	13.789	12.320	13.153	9.989

Fonte: IBS.

Nota: Adaptado DIEESE (BOLETIM DIEESE, 1999)

Através de pesquisas realizadas no DIEESE (BOLETIM DIEESE, 1999), tomando-se como base o critério físico tonelada/homem/hora para apuração da produtividade da mão-de-obra na siderurgia brasileira, entre os anos de 1989 e 1998 houve um crescimento de 164,38%, como verifica-se na Tabela 16. Tais ganhos foram baseados quase que exclusivamente na redução do efetivo da mão-de-obra, que alcançou 60,22% entre 1989 e 1998 uma vez que a produção de 1998 foi apenas 2,8% maior que a de 1989.

Tabela 16 – Produção de Aço Bruto e Produtividade da Indústria Siderúrgica Brasileira –1989/1998

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Produção Aço (mil ton.)	25.055	20.567	22.617	23.934	25.207	25.747	25.076	25.237	26.153	25.760
Produtividade (t/h/ano)	160	158	188	220	250	266	283	336	375	423

Fonte: IBS.

Nota: Adaptado DIEESE (BOLETIM DIEESE, 1999)

Com relação às antigas empresas siderúrgicas estatais, a reestruturação que se seguiu às privatizações reduziu o número de empregados em todas as empresas, como se pode observar na Tabela 17. Podemos constatar que entre 1992 e 1997 houve significativas reduções nos números de empregados dos grupos Açominas, CSN, Cosipa CST, ao mesmo tempo em que as mesmas foram acompanhadas de um aumento de produção, favorecendo os ganhos de produtividade. (BOLETIM DIEESE, 1999) Nas siderúrgicas Acesita e Usiminas, os ganhos de produtividade foram em função da grande redução do número de empregados.

Tabela 17 – Indicadores das Empresas Siderúrgicas Brasileiras Privatizadas

Empresas	Ano	Produção de Aço Bruto (Mil t)	Faturamento (US\$ Milhões)	Lucro Líquido (US\$ Milhões)	Patrimônio Líquido (US\$ Milhões)	Retorno sobre Patrimônio Líquido (%)	Número de Empregados	Produtividade (ton/homem-ano)
Acesita	1992	700	397	(100)	428	-	7.462	94
	1993	768	463	31	499	6,2	5.584	138
	1995	612	678	32	1.064	3,0	4.996	123
	1997	632	523	3	1.051	0,3	4.247	149
Açominas	1992	2.127	394	38	2.567	1,5	6.479	328
	1993	2.375	430	55	2.852	1,9	6.261	379
	1995	2.435	678	35	2.244	1,6	5.060	481
	1997	2.376	571	(37)	1.718	-	3.906	608
Cosipa	1992	2.960	863	(297)	793	-	16.757	177
	1993	2.952	799	(579)	1.351	-	13.544	218
	1995	3.598	1.222	74	2.059	3,6	9.182	391
	1997	3.791	1.178	(109)	1.456	-	7.681	494
CSN	1992	4.363	1.516	125	4.136	3,0	18.162	240
	1993	4.337	1.604	22	3.937	0,6	17.904	242
	1995	4.340	2.206	110	5.905	1,9	13.900	312
	1997	4.796	2.290	403	3.942	10,2	9.400	510
CST	1992	3.179	546	(149)	1.972	-	4.892	650
	1993	3.571	617	33	1.923	1,7	5.085	702
	1995	3.739	931	190	3.129	6,1	4.350	859
	1997	3.714	876	113	2.778	4,1	3.622	1.025
Usiminas	1992	4.033	1.256	123	1.395	8,8	12.144	301
	1993	4.132	1.212	246	1.557	15,8	10.944	362
	1995	4.160	1.740	336	2.813	11,9	9.890	375
	1997	3.930	1.618	325	2.699	12,1	8.436	466

Fonte: IBS

Nota: Adaptado do DIEESE (BOLETIM DIEESE, 1999)

No tocante à remuneração média mensal, observa-se na Tabela 18 que 43,37% dos trabalhadores do setor siderúrgico brasileiro encontravam-se nas faixas

de 7,01 a 15,00 salários mínimos no ano de 1994. Já em 1997, a participação relativa dos trabalhadores que tinham sua remuneração média nesse patamar diminuiu para 41,12%. Por outro lado, pode-se verificar que ao longo do período em questão houve um aumento da participação relativa dos trabalhadores com remuneração média mensal de até sete salários mínimos, passando de 34,25% em 1994 para 37,57% no ano de 1997. Assim, constata-se que, em relação aos salários médios auferidos, que os trabalhadores do setor siderúrgico brasileiro tiveram uma diminuição de aproximadamente 10,4 salários mínimos no ano de 1994 para cerca de 10,0 salários mínimos no ano de 1997. Ainda assim, tal redução no número de salários mínimos não implicou na perda do poder de compra para os trabalhadores da área, uma vez que no período o valor real médio do salário mínimo aumentou. (BOLETIM DIEESE, 1999)

Tabela 18 – Faixa de remuneração média mensal no Brasil (em %)

Faixas de renda	1994	1997
até 2 salários mínimos	3,23	3,55
2,01 a 4	15,02	16,31
4,01 a 7	16,00	17,71
7,01 a 10,00	18,85	17,05
10,01 a 15,00	24,52	24,07
15,01 a 20,00	10,66	10,46
mais de 20,00	10,83	10,66
Ignorado	0,90	0,19
Total	100,00	100,00

Fontes: Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); IBS.

Nota: Adaptado DIEESE (BOLETIM DIEESE, 1999)

De acordo com o DIEESE (BOLETIM DIEESE, 1999), os países da América Latina são os responsáveis por mais de 6% da produção siderúrgica no mundo nos últimos anos, e sua produção aumentou 14% entre 1994 e 1997, ou seja, duas vezes mais que a taxa mundial. O Brasil é o principal produtor nessa região, além de ser responsável pela metade da produção. Após o processo de privatização ocorrido na América Latina, iniciou-se, de fato, a reestruturação do setor, que tem como característica a concentração e internacionalização do capital. Pode-se constatar que a reestruturação do setor siderúrgico provocou uma grande redução de empregados ao longo da década de 1990. Essa redução de pessoal, juntamente

com a manutenção da produção nos mesmos níveis, elevou de forma significativa a produtividade, que atualmente se encontra bem próxima do patamar dos grandes produtores. Além da redução do nível de emprego, o perfil do trabalhador da indústria siderúrgica também se transformou. A idade média do trabalhador do setor aumentou, bem como a sua escolarização média – exigência de maior qualificação técnica, característica do processo de reestruturação da produção. Atualmente o setor basicamente continua a empregar pessoas do sexo masculino e não se observou mudança significativa em termos da sua estrutura de remuneração – embora se perceba a melhoria da qualificação e de trabalhador com mais idade. Por outro lado, identificou-se o aumento da rotatividade no emprego, com os trabalhadores com tempo médio de emprego sendo demitidos e substituídos, em parte, por novos trabalhadores. Tal evento, por sinal, é uma das características do processo de reestruturação do sistema produtivo.

Ainda com base no DIEESE (BOLETIM DIEESE, 1999), As mudanças ocorridas na década de 1990 em função da reestruturação produtiva e organizacional levaram à drástica redução dos postos de trabalho em várias áreas da economia, inclusive na Indústria Siderúrgica. Tal situação alterou de forma profunda a PEA do Brasil no que diz respeito à relação entre ocupados e desempregados. Os postos de trabalho que se formaram nos anos seguintes foram insuficientes para absorver a imensa demanda gerada nos últimos anos, o que só aumentou ainda mais o número de desempregos e, assim, a taxa do desemprego estrutural nas regiões do País. Além do mais, na década de 1990, testemunhou-se o crescimento da desqualificação da mão-de-obra e da precarização dos postos de trabalho, a flexibilização das relações de trabalho e do mercado de trabalho, bem como o crescimento do trabalho informal, o enfraquecimento sindical, a fragilização do salário mínimo e dos trabalhos ditos estáveis.

Conforme constatado pelo Departamento Intersindical de Estudos Econômicos, a diminuição dos empregados e o aumento da produtividade é uma das principais características percebidas ao longo da década de 1990 na indústria siderúrgica. Durante a reestruturação tecnológica no setor pudemos perceber que as pesquisas, realizadas pelo DIEESE, que ilustram este processo - coadunam com os estudos de Pochmann (1001b), Castel (1998) e Harvey (1993) - demonstraram que a introdução de novos modelos de gestão e avançadas tecnologias desencadearam na demissão de muitos funcionários. A robotização, processo amplamente

verificados no setor industrial, foi responsável pelo desemprego de muitos funcionários do setor, além de constatarmos que as áreas menos complexas do setor foi responsável pelo maior número de demissões. Um fator interessante foi poder verificar que muitos destes funcionários que perderam as suas vagas, assim como os do setor supermercadista, migraram para outros setores da economia em que se constatou o aumento do percentual de empregados ao longo da década de 1990. Contudo, consideramos que parte deste percentual de empregados em outros setores menos estruturados da economia ocorreu sob a forma de empregos ocultos, terceirizados, ou temporários, os quais não trazem as mesmas garantias e segurança como o emprego formal - com carteira assinada – ao trabalhador. No setor industrial verificamos de forma contundente a substituição de postos de trabalhos por novas tecnologias e a eficiência das mesmas ao alavancarem a produtividade do setor. Concordamos, em face do exposto, que o desemprego estrutural torna-se, assim, um dos mais difíceis de serem contornados, além de responsável pelo aumento da precarização no mundo do trabalho.

5 CONCLUSÃO

No final do século XX houve significativas mudanças no mundo do trabalho. Uma das principais diz respeito à nova divisão internacional do trabalho em função do excedente estrutural de mão-de-obra – que desencadeou no aumento do desemprego e concentração dos melhores postos de trabalho nos países mais ricos. Foi neste cenário que o mercado de trabalho se desestruturou e se reestruturou, a taxa de desemprego aberto aumentou, o emprego assalariado diminuiu e houve um aumento nos postos de trabalhos mais precários e o crescimento dos trabalhos temporários e da terceirização. Neste período testemunhou-se o crescimento de uma marcante característica do final do século XX: a globalização. Concomitante a este fenômeno, as sociedades capitalistas evidenciaram a reestruturação do sistema produtivo que teve início no começo da década de 1970 nos países de industrialização consolidada. Nos países em desenvolvimento, caso do Brasil, as marcantes transformações decorrentes deste processo foram mais contundentes ao longo da década de 1990.

Ao contrário do que se propunha, a globalização não produziu um mundo mais homogêneo, com uma melhor divisão de riquezas, poder e trabalho. (POCHMANN, 2001b, p. 8) Diferente disso, neste período houve um aumento na concentração da pobreza, do desemprego e da precarização dos postos de trabalho, acompanhados de uma má remuneração dos empregados nos países mais pobres. Ainda segundo o autor (POCHMANN, 2001b, p. 8), enquanto os oligopólios mundiais solidificavam-se cada vez mais – destacando o papel das corporações transacionais na redefinição da produção e do emprego no mundo, privilegiando a contratação de pessoas qualificadas para cargos bem remunerados nos países ricos – houve o deslocamento de parte do processo produtivo dos países ricos para os pobres, porém, com atividades que demandavam uma mão-de-obra mais simples e rotineira. Desta forma, as economias pouco desenvolvidas transformaram-se em “feiras mundiais” ofertando os menores custos de trabalho visitadas por compradores das grandes corporações transacionais.

Os dados coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), dentre outros, juntamente com o estudo dos autores trabalhados na

dissertação ratificam que a reestruturação do sistema econômico e as mudanças na forma de gestão levaram ao aumento da taxa global do desemprego, além do crescimento do desemprego estrutural no Brasil, sobretudo em face da automação de vários postos de trabalho e dos modelos e processos de gestão mais avançados. No setor industrial constatou-se a diminuição do percentual de empregados em todas as seis regiões metropolitanas onde se buscou fazer a pesquisa quantitativa. O setor de serviços e serviços doméstico foi o que mais empregou neste período analisado, justamente por alocar funcionários para desempenhar tarefas mais simples e rotineiras. Pôde-se constatar também que muitos dos alocados nos setores pesquisados, por não terem acompanhado as exigências técnicas que o modelo produtivo passou a exigir, migraram para outros setores da economia, como o de serviços, por exemplo, justamente por contar com uma estrutura mais flexível – o que reforça a constatação do crescimento do setor de serviço nos últimos anos. A construção civil é responsável por cerca de 10% do PIB nacional, porém, o setor possui apenas cerca de 20% de empregados com carteira assinada, tendo como forte característica os contratos temporários e terceirizados. O setor alimentício, juntamente com o setor siderúrgico, teve consideráveis aumentos de produtividade, diminuições de empregados e postos de trabalho, sobretudo pelas novas tecnologias adotadas. Outro efeito da reestruturação produtiva constatada ao longo da dissertação foi o agravamento do aspecto heterogêneo no mundo do trabalho no período analisado.

Assim, pode-se verificar, com base nas pesquisas e autores estudados, que a sociedade contemporânea tem como característica o aumento do desemprego, sobretudo estrutural, em função da automação do processo produtivo, a precarização da mão-de-obra – em face da flexibilização dos contratos de trabalho – , a flexibilização das formas de gestão organizacional, bem como a constatação de que os valores, hábitos e consumo se organizam nas sociedades em função da estruturação produtiva. Ao estudar as características do desemprego e seu comportamento nas principais regiões metropolitanas do Brasil ao longo dos anos 1990, pôde-se verificar que embora o país estivesse em ascensão econômica o mesmo presenciou uma das maiores taxas de desemprego aberto no período.

REFERÊNCIAS

AMADEO, Edward J.; VILELLA, André. Crescimento da produtividade e geração de empregos na indústria brasileira. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 51-70, jun. 1994.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1995.

_____. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: BARROCO, Maria Lúcia Silva et al. (Coord.). **Capacitação em serviço social e política social**: módulo 1, crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília, DF: CEAD, 1999a.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999b.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO: 1995/1998. Brasília, DF: Sefor-MTE, 1999.

ANUÁRIO DOS TRABALHADORES. 3. ed. São Paulo: DIEESE, 1994.

BARAN, Paul A. **La economía política del crecimiento**. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1973.

BONELLI, Regis. Produtividade industrial nos anos 90: controvérsias e quase fatos. In: IPEA. **A economia brasileira em perspectiva**. Rio de Janeiro, 1996. v. 2. p. 619-647.

BOLETIM DIEESE, São Paulo, n. 214, jul./ago., 1999. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/bol/lpr/lpjul99.xml>>. Acesso em: 26 dez. 2010.

BROUCKER, Patrice de. Low unemployment in Japan: the product of socioeconomic coherence. In: MACLEAN, Brian K; OSBERG, Lars (Ed.). **The unemployment crisis**: all for nought?. Montreal; Buffalo: McGill-Queen's University Press, c1996.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. **Importância do setor de construção civil na economia brasileira**. [200-] Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/files/textos/027.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2011.

CAMPOS, José Guilherme Faria. **Terceirização de atividades financeiras de micro, pequeno e médio porte na grande São Paulo**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.geldbrasil.com.br/down/JoseGuilherme.pdf>> Acesso em: 2 jan. 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Zero à esquerda)

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Principais conceitos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**. [São Paulo, 2005]. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

_____. **Supermercados eliminam vagas e ganham produtividade**. [São Paulo, 1997]. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/es1dez97.xml>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

_____. **Os trabalhadores frente à terceirização**. São Paulo, 1993. (Pesquisa Dieese; 7).

_____. **Trabalho e reestruturação produtiva**. São Paulo, 1994.

ERBER, Fabio Stefano. O programa de competitividade e a política industrial. **Boletim de Conjuntura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.119-128, abr. 1991.

FARIA, Aparecido. Terceirização: um desafio para o movimento sindical. In: MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza; RAMALHO, Jose Ricardo (Org.). **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994.

FELIPE, Everaldo Alves; SOUZA, Michelle; VIEIRA, Wilson da Cruz. Eficiências técnica e de escala no setor supermercadista brasileiro: uma análise não paramétrica. In: CONGRESSO DA SOBER, 43., 2005, Ribeirão Preto, SP. Instituições, eficiência, gestão e contratos no sistema. **Anais...** Ribeirão Preto, SP: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/1069.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2011.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GARRATY, John A. **Unemployment in history: economic thought and public policy**. New York: Harper & Row, 1978.

GITAHY, Leda. **Na direção de um novo paradigma de organização industrial?**. 1992. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 1992.

_____; RABELO, Flávio. Educação e desenvolvimento tecnológico: o caso da indústria de autopeças. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP., v. 14, n. 45, p. 225-251, ago.1993.

GOBATO, Guilherme Fernandes; SANTOS, Henrique A. dos. **Metodologias de apuração das taxas de desemprego no Brasil: IBGE e Fundação SEADE**, [199-]. Disponível em: <<http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/9/portfolio/item/174/Metodologias%20PED%20PME.doc>>. Acesso em: 23 dez. de 2010.

GORZ, André; PAULA, Sérgio Góes de; VIANNA, Angela Ramalho. **Adeus ao proletariado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko (Org.). **Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo: Ed. SENAC, 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HUMPHREY, John. Adaptando o modelo japonês ao Brasil. In: HIRATA, Helena Sumiko. **Sobre o “modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho**. São Paulo: EDUSP, 1993.

IANNI, Octávio. **Sociedade global**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KERN, Horst; SCHUMANN, Michael. **Das ende der arbeitsteilung?: rationalisierung in der industriellen produktion: bestandsaufnahme, trendbestimmung**. München: Beck, c1984.

LEITE, Márcia de P. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: COMIN, Alvaro Augusto et al. **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Página Aberta, 1994. p. 563-587.

MARTTA, Margareth Kuhn. **Violência e angústia**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. v. 1, tomo 1.

_____. **O capital: crítica da economia política**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. _____. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1, tomo 2. (Os economistas).

_____. **Introdução à economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, c1995. (Pensieri)

_____. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: COMIN, Álvaro Augusto et al. **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

MENEZES, Eduardo Frigoletto de. **Estrutura produtiva da população brasileira**. 2007. Disponível em: <<http://www.frigoletto.com.br/GeoPop/estrutur2.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

MORCILLO, Francisco Mochon; TROSTER, Roberto Luis. **Introdução à economia**. 2. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1994.

NAJBERG, Sheila; VIEIRA, Solange Paiva. **Emprego e crescimento econômico: uma contradição?**. Rio de Janeiro: BNDES, Dep. de Relações Institucionais, 1996.

OFFE, Claus. **Contradictions of the welfare state**. Cambridge, Mass.: MIT Press, c1984.

PARENTE, Juracy. **Varejo no Brasil: gestão e estratégica**. São Paulo: Atlas 2000

PASTORE, José. **A agonia do emprego**. São Paulo: LTr, 1997.

PIORE, Michael J. (Comp.). **Paro e inflación: perspectivas institucionales y estructurales**. Madrid: Alianza Editorial, [1983]. Versão espanhola de M^a Esther Rabasco e Luis Toharia.

POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001b.

REINERT, Jose. N. Desemprego: causas, consequências e possíveis soluções. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 45-48, 2001.

ROSSI, Thaine; OLIVEIRA, Edson Aparecida Araújo. **A questão do desemprego no Brasil**. [2005]. Trabalho apresentado no IX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: <<http://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/inic/IC6%20anais/IC6-115.PDF>> Acesso em: 13 jun. 2011.

SANCHIS, Enric. **Da escola ao desemprego**. Tradução de Martha Alkimin. Rio de Janeiro: Agir, 1997. (A escola e as outras vozes).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVA, A. P. et al. Precarização: o trabalho como fator de desequilíbrio, um estudo de caso numa grande empresa petroquímica. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 16., 1996, Piracicaba. **Anais...**Piracicaba: UNIMEP/ABEPRO, 1996.

OS TRABALHADORES e a reestruturação produtiva na construção civil brasileira. **Resenha DIEESE: Estudos Setoriais**, n. 12, 2001. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/civil.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

URANI, André. Crescimento e geração de emprego e renda no Brasil. **Lua Nova: Cultura e Política**, São Paulo, n. 35, p. 5-38, 1995.